UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

*A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de
Julio Moreira*

Valéria de Araujo PEREIRA

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

*A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de
Julio Moreira*

Valéria de Araujo PEREIRA

Nº USP: 6528117

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite

*De acordo.
São Paulo, 26 de junho de 2015.*

Marli Quadros Leite (Orientadora)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Valéria de Araujo Pereira

A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de Julio Moreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

*A meu esposo, Jorge Viana de Moraes, companheiro de todas as horas por todo
incentivo, apoio, compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida.

À minha orientadora Professora Doutora Marli Quadros Leite, pela leitura atenta do trabalho, pelas dicas, pela orientação e pela oportunidade de convivência e amizades nesses últimos oito anos.

À minha coorientadora, Professora Doutora Maria Helena Pessoa Santos (UTAD), pelo acolhimento, indicações, incentivo e amizade durante a minha permanência em Portugal.

Ao Professor Doutor Carlos Assunção (UTAD) pela receptividade em Portugal, pelos conselhos, e pelas indicações bibliográficas oferecidas durante as disciplinas *A Gramática Portuguesa Medieval e Renascentista* e *A Gramática Portuguesa dos Séculos XVII, XVIII e XIX*, que ministrou no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da FFLCH-USP, respectivamente nos anos de 2013 e 2014.

Ao Professor Doutor Antonio Carlos Silva de Carvalho (UNIESP) e a Professora Doutora Maria Helena Pessoa Santos (UTAD), integrantes da minha banca de qualificação, pelas importantíssimas correções, apontamentos e questionamentos que me levaram a melhorias na elaboração da redação desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da FFLCH-USP, pelas magistrais aulas, que, incontestavelmente, contribuíram para minha atual formação acadêmica. Em especial, à Professora Doutora Marli Quadros Leite, à Professora Doutora Maria Cristina Fernandes Salles Altman e à Professora Doutora Maria Clara Paixão de Sousa.

Ao funcionário Julio da Secretaria de Pós-graduação da FFLCH pelo incentivo e informações prestadas para nosso estágio em Portugal.

Ao meu amado esposo, Jorge Viana de Moraes, companheiro e incentivador de todas as horas, pelo apoio incondicional, pelas trocas que vão além da nossa relação conjugal, pelas incontáveis conversas linguísticas e historiográficas, que ajudaram a enriquecer meu repertório de pesquisadora iniciante. Por ter insistido, mesmo quando eu não entendia suas razões, na construção de uma bela e rica biblioteca em nosso apartamento, com um acervo físico e virtual, repleto de obras fundamentais da nossa área de atuação. Economizou-me um enorme tempo de idas e vindas às Bibliotecas.

Às minhas filhas Vanessa, Amanda, Fernanda e ao Adriano pelo apoio familiar e por compreenderem a privação do tempo precioso de nosso convívio durante esses dois anos e meio.

À minha mãe Teresa por enfrentar um prolongado tratamento de saúde e precisar da minha presença e apoio durante o desenvolvimento dessa dissertação. Mãe, somos vencedoras!

Aos meus queridos avós Manuel e Maria Madalena por sempre me apoiarem em tudo, e, principalmente, por me incentivarem a vida inteira aos estudos.

Ao meu pai Maurício Pereira Leite (in memoriam) que, apesar dos poucos anos de convivência familiar, também sempre me incentivou aos estudos.

À minha irmã Virgínia e ao meu cunhado Roberto, que, nos momentos mais difíceis da minha vida, estiveram presentes, dando-me o apoio necessário. Obrigada.

Ao meu sogro Jorge e minha sogra Nalva pelo carinho e atenção.

Às minhas amigas Alessandra, Roberta, Arlete, Fátima, Regina, Ana e Jahilda pelos anos de apoio, amizade e carinho.

À minha amiga Madalena, da Pós-Graduação – UNIP, Especialização em Língua Portuguesa, pelos momentos de apoio e incentivo.

Todos, direta ou indiretamente, estiveram ligados ao desenvolvimento dessa dissertação; ou, pelo menos, contribuíram de alguma forma para que eu chegasse a ela, durante esse longo processo, que antecedeu sua preparação.

*A sintaxe do povo, por si só, nos explica muitas das construções da língua literária,
conservando-nos antigos aspectos do nosso idioma.*

Julio Moreira

RESUMO

PEREIRA, Valéria de Araujo. **A sintaxe popular: um estudo das ideias linguísticas de Julio Moreira**. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho tem como objetivo investigar, sob uma perspectiva historiográfica, as ideias linguísticas de Julio Gonçalves Moreira (1854-1911) no que se refere aos conceitos de *sintaxe popular* do português. Para tanto, fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos da História das Ideias Linguísticas, conforme o modelo de Sylvain Auroux (1992, 2008), o trabalho apresenta o *horizonte de retrospecção*, bem como o *horizonte de prospecção* relativos à obra e ao filólogo português. Serviu de *corpus* seus *Estudos da Língua Portuguesa*, vol I e II, respectivamente publicados em 1907 e 1913. Procurou-se demonstrar que, por hipótese, na concepção de Julio Moreira, a *sintaxe popular* é uma das “formas latinas antigas” presentes no português arcaico e conservadas na “fala do povo”. Para o autor, a *língua popular* é conservadora porque mantém traços de estágios de língua próximos do latim vulgar. Igualmente, procurou-se demonstrar pela comparação de suas ideias com a de outros autores o quanto Moreira contribuiu para discussões linguísticas de grande importância para a época, tais como os conceitos de *analogia* e de *etimologia popular* que aplicou ao estudo do português. Semelhantemente importantes são suas *explicações* ditas *psicológicas* para *fatos sintáticos*, assim como sua análise sobre o uso de certas *expressões enfáticas* empregadas na frase popular e na conversação de pessoas cultas de seu tempo. Conclui-se, pelos estudos das ideias linguísticas do autor aqui investigado, que sua contribuição – principalmente em relação ao estudo da *sintaxe popular* – é de grande relevância para a conformação dos estudos filológicos e linguísticos do português.

Palavras-chave: Julio Moreira; sintaxe popular; horizonte de retrospecção, horizonte de prospecção; História das Ideias Linguísticas.

ABSTRACT

PEREIRA, Valéria de Araujo. **The popular syntax: a study of the linguistic ideas by Julio Moreira**. 2015. 143f. Dissertation (Master's Degree - MA) - College of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

This work aims to investigate, from a historiographical perspective, the Linguistic ideas by Julio Gonçalves Moreira (1854-1911) with regard to the concept of *popular Portuguese syntax*. Therefore, based on theoretical and methodological assumptions of the *History of Linguistic Ideas*, as the model of Sylvain Auroux (1992, 2008), the study presents *Retrospective Horizon*, and the *Prospective Horizon* for the work and Portuguese philologist. He poured his *corpus Estudos da Língua Portuguesa*, Vol I and II, respectively published in 1907 and 1913. We sought to demonstrate that, by hypothesis, in the design of Julio Moreira, the *popular syntax* is one of the old Latin forms present in archaic Portuguese and preserved the "language of the people." For the author, the *popular language* is conservative because it keeps traces of language stages near Vulgar Latin. Also aimed to show by the comparison of ideas as the author contributed to linguistic discussions of great importance for the time, such as the concepts of *analogy* and *folk etymology* that applied to the study of Portuguese. Similarly important are their *psychological explanations* for said *syntactic facts*, as well as its anticipation analysis on the use of certain *expressions of situation* not only used in the popular phrase, but also in the conversation of educated people of his time. In conclusion, the studies of linguistic ideas of the author investigated here, your contribution - especially in relation to the study of *popular syntax* - is of great relevance for the conformation of philosophical and linguistic studies of the Portuguese.

Key-words: Julio Moreira; Popular Syntax; Retrospective Horizons; Prospective Horizon; History of Linguistic Ideas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	
AS IDEIAS LINGÜÍSTICAS DE JULIO MOREIRA: UM ESTUDO DO SEU <i>HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO</i>	
Introdução.....	17
1.1 Dados biográficos de Julio Moreira	18
1.2 Contexto histórico e filológico em Portugal no final do século XIX.....	21
1.2.1 Atuação política e filológica de Julio Moreira: a reforma ortográfica de 1911.....	23
1.2.2 Os estudos linguísticos em Portugal.....	28
1.2.2.1 Conceito de <i>analogia</i> e <i>etimologia popular</i> segundo Julio Moreira	32
1.2.2.2 Conceitos de <i>analogia</i> e <i>etimologia popular</i> : Julio Moreira e Ferdinand de Saussure.....	37
1.2.2.3 Julio Moreira: seus estudos latinistas como contribuição à filologia portuguesa....	44
CAPÍTULO 2	
JULIO MOREIRA E O CONCEITO DE SINTAXE POPULAR	
Introdução.....	47
2.1. Conceito moderno de <i>sintaxe</i>	54
2.1.1. Estudo da <i>sintaxe</i> : um breve panorama histórico.....	55
2.2 O emprego de expressões relativas ao conceito de <i>norma</i> e <i>uso</i> em Moreira.....	61
2.2.1 Expressões relacionadas ao conceito de <i>norma</i>	62
2.2.2 Expressões relacionadas ao conceito de <i>uso</i>	63
2.3 <i>Norma linguística</i> segundo Eugenio Coseriu.....	64
2.3.1 Conceito de <i>norma popular</i>	67
2.4 Relações entre <i>sintaxe histórica</i> e <i>sintaxe popular</i> – a tese do conservadorismo na fala do povo.....	68
2.5 A reflexão sobre o conservadorismo no Português do Brasil a partir de exemplos e comentários de Julio Moreira.....	72
2.5.1 Sobre o <i>uso</i> do artigo definido “a”	75
2.5.2 O sujeito “gente”.....	76
2.6 Orações relativas: a <i>sintaxe popular</i> do português d’aquém e d’além-mar	78
CAPÍTULO 3	
<i>HORIZONTE DE PROSPECÇÃO E RECEPÇÃO CRÍTICA À OBRA DE JULIO MOREIRA</i>	
Introdução.....	89
3.1 Autores portugueses contemporâneos.....	90
3.2 Repercussão da obra de Moreira na imprensa jornalística portuguesa e brasileira.....	104
3.2.1 Jornal <i>Correio do Norte</i> (Porto – Portugal)	105
3.2.1.1 Jornal <i>Correio do Norte</i> (Porto – Portugal) – anteriormente publicada no <i>Diário de Notícias</i> de Lisboa (1908)	106
3.2.2 Repercussão da obra de Moreira na imprensa brasileira.....	109
3.2.2.1 Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (Silvio de Almeida, 1908).....	110
3.3 Repercussão da obra na geração de filólogos, linguistas e gramáticos posteriores.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

Fig. 1: Fotografia e assinatura de Julio Moreira [In: *Estudos da língua portuguesa*, Vol. 2, Lisboa: Clássica, 1913, antes da p. III].

Fig. 2: Capa do segundo volume *Estudos da língua portuguesa*, Lisboa: Clássica, 1913.

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem o **objetivo** de analisar as ideias linguísticas de Julio Gonçalves Moreira (1854-1911) no que se refere ao conceito de *sintaxe popular* do português. O **objeto** de estudo é a *sintaxe popular* tal como o autor a estudou.

Partimos da **hipótese** inicial de que para Julio Gonçalves Moreira a *sintaxe popular* é uma das “formas latinas antigas”, presentes no português arcaico e conservadas na “fala do povo”. Para ele, a língua popular é conservadora porque mantém traços de estágios de língua próximos do latim falado.

A fundamentação teórico-metodológica

O trabalho está vinculado à *História das Ideias Linguísticas* e seguirá a perspectiva teórico metodológica de Sylvain Auroux (2008), principalmente no que diz respeito ao *horizonte de retrospecção* do filólogo português e, também, ao *horizonte de prospecção* (Auroux, 1992).¹

A organização dos capítulos e plano de trabalho

Para darmos cumprimento ao nosso objetivo, a dissertação se compõe de três capítulos a seguir comentados brevemente.

O primeiro capítulo intitulado “As ideias linguísticas de Julio Moreira: um estudo do horizonte de retrospecção de suas influências” terá como foco apresentar uma breve biografia de Julio Moreira, a contextualização histórica e filológica de sua produção no final do século XIX em Portugal, bem como as influências recebidas pelo autor. Além disso, mostrar o quanto pelo confronto de ideias o autor contribuiu para as

¹ Embora esse trabalho siga a fundamentação teórico-metodológica da chamada escola francesa da *História das Ideias Linguísticas*, conforme o modelo de Sylvain Auroux, sabemos da existência de outras abordagens em *Historiografia Linguística*, as quais não seguiremos por motivo de acomodação teórica. Essas abordagens se filiam, por exemplo, à perspectiva teórica e metodológica de Konrad Koerner (1996), que estabeleceu certos princípios historiográficos por ele denominados como: “princípio de contextualização”; “princípio de imanência” e “princípio de adequação”. De acordo com Moraes (2012, p. 3800), “todos os três princípios estariam voltados à compreensão do clima de opinião do período e à sua avaliação particular do objeto de estudo”. Dentre outros estudos que tratam do assunto, conferir Moraes (op.cit.) em *As diferentes abordagens em Historiografia Linguística: os princípios koernernianos e o horizonte de retrospecção de Auroux*.

discussões linguísticas e foi de relevante importância para a época, tais como os conceitos de *analogia* e *etimologia popular* que aplicou ao estudo do português. Sobre tais estudos, apresentaremos esses conceitos investigados por Moreira, que desenvolvia pesquisas *pari passu* às de Ferdinand de Saussure em relação ao mesmo tema, o que demonstra a atualização científica de Moreira diretamente ligado às questões de maior interesse para a época.

No capítulo dois, “O conceito de sintaxe popular”, apresentaremos o conceito de *sintaxe popular*, segundo Julio Moreira, e a relação desse conceito com o latim vulgar e com a Filologia Românica, o que se explica porque os autores que estão no *horizonte de retrospectão* de Moreira são Friederich Diez e Meyer Lübke. Julio Moreira demonstrou, por meio de exemplos, que a *sintaxe popular* mantém traços do português arcaico e que, muitas vezes, como demonstram os exemplos apresentados pelo autor, e citados ao longo desse capítulo, pode remontar à sua fase mais distante: a origem latina. Além disso, o capítulo contribui para pôr em evidência o relevante trabalho de Moreira sobre as orações relativas, tema de forte interesse ao atual estudo sintático do português.

E por último, no capítulo três, intitulado “Horizonte de Prospecção: receptividade crítica à obra de Julio Moreira” analisaremos a receptividade crítica (favorável e desfavorável) da obra do autor por filólogos portugueses e brasileiros.

Corpus (descrição)

Trabalhamos, especificamente, com os seguintes materiais:

- *Estudos da Língua Portuguesa*, 1º volume: primeira série – subsídios para a syntaxe historica e popular (1922 [1907]);
- *Estudos da Língua Portuguesa*, 2º volume: obra póstuma [conclusão da primeira série – subsídios para a sintaxe histórica e popular; segunda

série – diversas questões de linguagem e terceira série - lexicologia]
(1913).

Apresentamos abaixo, as características gerais das obras:

O 1º volume, *Estudos da Língua Portuguesa* – primeira série² – subsídios para a syntaxe historica e popular (1907), é a reunião de alguns artigos que o autor havia publicado anteriormente em revistas e periódicos, nacionais e internacionais, tais como: *Notas sobre a syntaxe popular* em “A Revista” (Porto); *Factos do português popular*, na “Revue Hispanique” (Paris) e *Notas philologicas* na “Revista Lusitana” (Lisboa). Ao coligir esses estudos no 1º volume, o autor ampliou-os e acrescentou também trabalhos inéditos, conforme advertiu nas páginas iniciais da obra (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. [5]).

Como o título já indica, Julio Moreira trata nessa obra de questões relativas à syntaxe popular e apresenta vários exemplos que remontam à origem latina da língua portuguesa. Apresentamos, em seguida, a descrição dos capítulos com seus respectivos títulos. De modo específico o autor apresentou estudos sobre: o *artigo definido* (capítulo I – Artigo definido); *os numerais* (do capítulo II ao VI - Numeraes cardinaes, Numeraes ordinais, Numeraes fraccionarios, Numeraes proporcionaes, Numeraes distributivos); *os pronomes* (do capítulo VII ao XIII – Pronomes pessoaes, pronomes pessoaes empregados emphaticamente, Pronomes possessivos, Pronomes relativos, Pronomes interrogativos, Pronomes demonstrativos, Pronomes indefinidos); a *comparação* [conjunções] (capítulo XIV - Comparação); a *concordância* do verbo *haver* e do sujeito *gente* (capítulo XV – Concordancia: a) O verbo “haver”, b) O sujeito “gente”, c) “Leso-patriotismo” em vez de “leso-patriotismo”); o *partitivo* (capítulo XVI - Partitivo); o

² Embora separada em dois volumes, a obra do autor foi estruturada tendo como parâmetro a divisão dos temas em três séries, a saber: 1ª série - subsídios para a syntaxe histórica e popular; 2ª série – diversas questões de linguagem e 3ª série – lexicologia.

modo indicativo e o *futuro do pretérito* (capítulo XVII – Indicativo e condicional);³ o *modo imperativo* e o *modo subjuntivo* (capítulo XVIII - Imperativo e conjuntivo);⁴ o *infinitivo* (capítulo XIX - Infinitivo); *particípio presente e gerúndio* (capítulo XX – Particípio do presente e gerúndio); *orações impessoais* (capítulo XXI – Orações impessoais); *orações optativas* (capítulo XXII – Orações optativas); *orações concessivas* (capítulo XXIII – Orações concessivas); *circunstância de lugar, tempo, causa, fim* (do capítulo XXIV a XXVII – Circunstancia de lugar, Circunstancia de tempo, Circunstancia de causa, Circunstancia de fim); *construção de expressões que significam “chamar”* (XXVIII – Construção de expressões que significam “chamar”); *subordinação das orações* (capítulo XXIX – Subordinação das orações); *negação* (capítulo XXX – Negação); *fórmulas enfáticas* (capítulo XXXI – Algumas formulas emphaticas empregadas como respostas); expressões enfáticas (capítulo XXXII – Expressões emphaticas); *colocação* (capítulo XXXIII – Collocação); Aditamentos: Circunstancia de lugar; O verbo *ter* com a significação de *existir*; Gerundio; A expressão “assim a modo”; “Até não” ou “até que não”; Vocabullario.

O 2º volume de *Estudos da Língua Portuguesa* (1913) chega à publicação pelos esforços de José Leite de Vasconcelos, um dos maiores filólogos do século XIX e um grande discípulo de Julio Moreira que, junto da família do autor conseguiu reunir vários outros estudos dispersos que veio, entretanto, a publicar. Vasconcelos coordenou para o prelo os manuscritos e apontamentos que constituem o 2º volume. Há nessa obra artigos publicados pela primeira vez. Conforme a “Táboa das matérias”, em continuação à primeira série, foram acrescentados mais capítulos (34-59) referentes aos subsídios para a sintaxe histórica e popular, iniciados no 1º volume, conforme segue: expressões

³ No tópico em que aborda a designação do tempo *futuro*, a Nomenclatura Gramatical Brasileira, em nota, afirma que: “a denominação futuro do pretérito (simples e composto) substitui a de condicional (simples e composto)” (NGB, 1959).

⁴ Quanto à designação desses modos verbais, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, 1959) adotou a terminologia *subjuntivo*, enquanto que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP, 1967) manteve a denominação *conjuntivo* (Cf. CUNHA e CINTRA, 2005, p. 466).

equivalentes a superlativos (capítulo XXXIV); alguns empregos dos pronomes possessivos (capítulo XXXV); particularidades dos pronomes demonstrativos (XXXVI); as locuções “tal qual”, “tal e qual”, e “tal ou qual” (capítulo XXXVII); fórmulas equivalentes a imperativos (capítulo XXXIX); “haver” sem “de” (capítulo XLIII); expressões impessoais (XLIV); alguns empregos de preposições e de advérbios (capítulo XLVI a XLVII); contaminações sintáticas (capítulo L); orações concessivas (capítulo LII); haplologia (capítulo LIII); algumas expressões da linguagem familiar e dialetal (capítulo LV); réplicas populares (capítulo LVI); colocação de pronomes (capítulo LVII); a expressão “a mais” considerada como pronúncia arcaica. Outros fatos análogos (capítulo LIX). Há também um item, “Adições ao 1º volume”, que Vasconcelos copiou de notas manuscritas deixadas pelo autor estudado e que estavam lançadas no 1º volume em papéis manuscritos colados no livro, neste item consta: várias adições (p. 105); outras adições mais desenvolvidas: a) “porque” e “por” para designarem “fim” (p. 109); b) exemplos da conjunção final “porque” e da expressão “per si” (p. 111). Para a “*Segunda série – diversas questões de linguagem*” (p. 115-199) tais como: etimologia popular (capítulo I), etimologias várias: etimologias populares de formação consciente e inconsciente; teratologia da linguagem (capítulo II); formação de palavras (capítulo III); formas divergentes (capítulo IV); prosódia (capítulo V); ortografia (capítulo VI); vária: correção de alguns erros, designação de provérbios (capítulo VII). Para a “*Terceira série – lexicologia*” (p. 205-321), neste item consta: fragmento de um estudo sobre a linguagem de Camilo (capítulo I); vocábulos avulsos da língua comum (capítulo II); nome de lugar (capítulo III). Há também um “Apêndice” em que constam três itens: “Falar português do Brasil” (p. 339); Notícias bibliográficas (p. 344); Camoniana (p. 353).

Uma vez descrito o *corpus* e introduzidos os principais pontos norteadores desse trabalho, passemos ao primeiro capítulo da dissertação.

Capítulo 1

As ideias linguísticas de Julio Moreira: um estudo do seu *horizonte de retrospecção*

INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo tem como objetivo central apresentar uma breve biografia de Julio Moreira, a contextualização histórica e filológica de sua produção no final do século XIX em Portugal, bem como as influências que sofreu. Isto é, este capítulo procura levantar questões de fundamental importância sobre os parâmetros *temporal* e *espacial* relativos ao autor. Além disso, procura mostrar, pela comparação de ideias, o quanto Moreira contribuiu para os estudos linguísticos, por meio, por exemplo, do tratamento, de relevante importância para a época, dos conceitos de *analogia* e *etimologia popular*, que aplicou ao estudo do português e de como tratou aspectos relativos à *sintaxe popular*. Portanto, no caso específico desse trabalho, nosso objeto de estudo é a *sintaxe popular*, tal como Julio Moreira a abordou.

Proceder a uma abordagem de nosso ponto de vista de historiador, levando em conta esse sistema de objeto, e relacionando-o ao contexto de atuação do autor é importante, porque, segundo Auroux (2008), “na prática do historiador, a pergunta da história pode-se resumir a uma pergunta de dimensões e de relações entre essas dimensões quando se constrói a representação histórica”. Nesse sentido, conforme o autor, essas dimensões são cinco, as que apresentamos abaixo, comentando brevemente cada uma delas para relacioná-las ao nosso trabalho:⁵

⁵ Agradecemos publicamente à Prof^a. Dr^a. Marli Quadros Leite, nossa orientadora, nesse trecho em específico, pela sua generosa contribuição quanto aos parâmetros de Auroux, em relação às especificidades de nosso trabalho. Sem essa contribuição, não teríamos chegado à compreensão exata da intrincada terminologia empregada pelo estudioso francês.

- **um sistema de objetos**, ou seja, uma representação construída a partir do domínio de objetos, que, no caso dessa pesquisa é a “sintaxe popular”, tal como a considerou Julio Moreira;
- **um parâmetro temporal** – ou seja, a investigação desse objeto localizado em um eixo temporal, aquele em que viveu o autor, que repercute necessariamente sobre sua configuração teórica;
- **um parâmetro espacial** – ou seja, a investigação desse objeto localizado em um eixo espacial, aquele em que viveu o autor;
- **um sistema de parametragem externo** que liga o sistema de objetos ao seu contexto – ou seja, a consideração de toda a situação que conecta os estudos de Moreira, especialmente aquele sobre a “sintaxe popular”, ao conhecimento científico produzido no campo das ciências da linguagem;
- **um sistema de interpretantes** – ou seja, a possibilidade de interpretação do objeto tanto pelos leitores que se beneficiaram do conhecimento produzido, quanto pelo historiador que interpreta esse conhecimento, levando em conta todas as demais dimensões (AUROUX, 2008, p. 138).

Ressalte-se ainda, sobre a última dimensão, que a interpretação das ideias diferem de historiador para historiador, isto é, diferem de interpretante para interpretante, porque cada um constrói a representação histórica a partir do que conhece sobre a ciência em geral, por isso quanto mais o interpretante “conhece e sabe”, mais condições terá de enxergar no trabalho tudo o que o suporta e como ele contribui para a produção de conhecimento novo, o que, em última instância, interessa à ciência.

1.1 Dados biográficos de Julio Moreira

Julio Gonçalves Moreira nasceu na cidade do Porto em 25 de julho de 1854 e faleceu na mesma cidade em 23 de outubro de 1911, segundo os testemunhos de J. J. Nunes (1911), Vasconcelos (1913), Tavares (1948)⁶ e, também, de acordo com uma

⁶ Leite de Vasconcelos faz a seguinte referência ao falecimento de Julio Moreira: “Nasceu Júlio Gonçalves Moreira no Porto em 25 de Julho de 1854 e faleceu na mesma cidade em 23 de Outubro de 1911” (VASCONCELOS, 1913, p. VII). Já Tavares, em artigo intitulado “Epifânio Dias e Júlio Moreira, editores e comentadores de textos latinos”, reproduz as mesmas informações do filólogo ao afirmar o seguinte: “Acerca da actividade literária e profissional de Júlio Moreira traçou o Dr. Leite de Vasconcelos a prefácio que se lê à frente do 2º vol. dos *Estudos da Lingua Portuguesa* daquele autor. Nela nos diz que Júlio Moreira, natural do Porto, onde nasceu no dia 25 de Julho de 1854 e onde faleceu em 23 de Outubro de 1911, foi um autodidacta, sempre insatisfeito [...]” (TAVARES, 1948, p. 383). J. J. Nunes, por sua vez, responsável pelo necrológio de Julio Moreira, publicado na *Revista Lusitana* nº 14, vindo a lume meses após o falecimento do autor, diz: “contando apenas 54 annos, e portanto quando muito havia a esperar da sua robusta intelligência, finou-se no Porto há pouco o distinto professor que, ao mesmo tempo que honrou a sciencia, illustrou a classe do magistério de que foi brilhante ornamento (NUNES, 1911, p. 323). Apesar de todos esses testemunhos apontarem a cidade do Porto como o lugar de nascimento e morte do autor, há no *site* do *Instituto Camões* (<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/jmoreira.html>) uma informação de Prista (2002), responsável pelas biografias dos filólogos ali apresentados, conforme consta

nota publicada, em 25 de outubro de 1911, no jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, em matéria não assinada, em que podemos ler as seguintes informações: “Um telegrama do Porto dá a triste noticia de ter alli falecido hontem o sr. Julio Moreira, filólogo, latinista e escriptor didactico dos mais autorizados e caracter em que se crystalisavam as mais elevadas virtudes” (O ESTADO DE S. PAULO, 1911, p. 8).

Sua carreira no ensino foi muito precoce. Autodidata, começou a lecionar em 1871, aos dezessete anos. Foi professor, particular e em escolas públicas, de latim, grego, alemão, inglês, francês, literatura portuguesa, história e filosofia. Aos 23 anos, teve como discípulo o importante filólogo José Leite de Vasconcelos, como este relata na "Prefação" que fez ao 2.º volume, póstumo, dos *Estudos da língua portuguesa* de Moreira, de cuja edição, como já afirmamos, foi responsável: "conservo ainda presente a lembrança da acção que em mim, que chegava da aldeia, sequioso de aprender, exerceu o meu professor, de óculos escuros e farta cabeleira arredondada, dando-me as suas lições, com palavra pouco facil, é certo, mas cheia de ensinamentos" (VASCONCELOS, 1913, p. v-xx, vi).

Suas obras, basicamente, dividem-se em compêndios escolares de latim e inglês, designadamente, *C. Julii Caesaris Commentarii de bello Gallico* (1876), *Cornelius Nepos* (s.d.)⁷; *Grammatica da Lingua Inglesa* (1880), e em artigos de linguística publicados em periódicos, tais como *Correio do Norte* (1907-1909)⁸ e *O Dia* (de 23 de abril a 26 de dezembro de 1910). Contribuiu também para a *Revista Lusitana*, com um

da ficha técnica do referido *site* (cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/fichatecnica.html>), o qual situa o seu falecimento em Lisboa, o que acreditamos ser uma informação equivocada, levando em consideração as diferentes fontes aqui levantadas.

⁷ Embora não tenha data, Leite de Vasconcelos supôs ter sido publicada em 1883 (VASCONCELOS, 1913, p. VIII, n. 2). Todavia, Tavares (1948, p. 384) apontou o ano de 1882 como data provável de sua publicação, tendo por base informações fornecidas pelo próprio Moreira “na introdução das Obras de Virgílio” [P. Vergilli Maronis *Opera*], 1885, por ele também editadas: “dada por nós a lume em 1882” (TAVARES, 1948, p. 384).

⁸ Só nessa publicação, segundo informa Vasconcelos (1913), soma-se um total de 152 artigos, após recontagem a que procedeu, corrigindo informação dada pelo próprio Moreira, que, conforme aponta, equivocadamente, contabilizou um total de 153 artigos.

total de 13 artigos, e publicou 6 artigos na *Revue Hispanique* (1896-1906). Em vários fascículos de *A Revista*, publicou ainda outros artigos, de 1903 a 1905.⁹

Em 1907, publicou o 1.º volume de *Estudos da Língua Portuguesa*, em que reuniu alguns dos seus estudos já publicados anteriormente nas revistas referidas acima, acrescentando-lhes, porém, trabalhos inéditos, conforme advertiu nas páginas iniciais da obra (cf. MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. [5]).¹⁰ O 2.º volume de *Estudos da Língua Portuguesa* chega à publicação pelos esforços de José Leite de Vasconcelos, um dos maiores filólogos do século XIX e um grande discípulo de Julio Moreira que, junto da família do autor, conseguiu reunir vários outros estudos dispersos¹¹ que veio, entretanto, a publicar.

Tavares (1948) refere-se, precisamente, a José Leite de Vasconcelos como ilustre amigo de Julio Moreira e como responsável pela biografia do autor e por publicar, posteriormente, a sua obra póstuma:

Acerca da actividade literária e profissional de Júlio Moreira traçou o Dr. Leite de Vasconcelos a prefácio que se lê à frente do 2.º vol. dos *Estudos da Língua Portuguesa* daquele autor. [...] Assim, portanto, foi um ilustre e íntimo amigo de Julio Moreira quem se encarregou de lhe traçar a biografia e de coligir em volume vários dos trabalhos que acerca da língua portuguesa publicara em jornais e revistas [...] (TAVARES, 1948, p. 383).

Feita esta breve biografia, em que também apontamos alguns dos importantes trabalhos publicados pelo autor, abordaremos, no item abaixo, o contexto histórico português referente às principais mudanças políticas, educacionais e filosóficas ocorridas na época em que se insere o autor.

⁹ Para uma relação maior e mais detalhada, inclusive, com importantes comentários a respeito das obras, conferir Vasconcelos (1913) e Tavares (1948).

¹⁰ O autor faz a seguinte advertência nas páginas iniciais da obra: “[a]lguns dos estudos que constituem este volume, foram já publicados, com o nome de *Notas sobre a syntaxe popular*, em *A Revista*, do Porto, ou na *Revue Hispanique*, de Paris, com o título de *Factos do português popular*, e na *Revista Lusitana*, de Lisboa, sob a designação de *Notas philologicas*. O que ahi se imprimiu, [sic] sae agora ampliado e acrescentado com trabalhos ineditos, no presente livro. [...] (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p.5).

¹¹ Leite de Vasconcelos (1913, p. VI) afirma que os filhos de Julio Moreira “encarregaram[-no] de coordenar para o prelo os manuscritos e apontamentos que constituem o presente volume, que seu pai deixara na quase totalidade dispersos”.

1.2 Contexto histórico e filológico em Portugal no final do século XIX

O final do século XIX em Portugal foi um período de grandes agitações e de muitas mudanças, não só no campo político, como também na área do ensino, que, na época, passava por importantes reformas. Julio Moreira acompanhou todas essas mudanças, principalmente as que estavam mais próximas de sua esfera de atuação: o ensino. O filólogo foi um autodidata, muito culto, que se interessou pelos problemas sociais da época. Não só acompanhou as reformas do ensino, atuando como professor (do ensino particular e público), como também publicou obras que, de algum modo, refletiam o espírito reformador da época.

O clima intelectual e político em que Julio Moreira estava inserido quando tinha 17 anos, época em que já iniciava suas atividades como professor, é marcado por um acontecimento intelectual e político de grande importância para a moderna história de Portugal: trata-se das Conferências do Casino Lisbonense¹², que, desencadeadas pela Geração de Setenta¹³, tiveram sua origem na Questão Coimbrã (Cf. CATROGA e CARVALHO, 1996, p. 157).

Afirmam os autores:

[...] a Questão Coimbrã surgiu num contexto em que, a propósito da função da literatura (e da arte, em geral), um grupo de jovens intelectuais, afastado do centro dos poderes (político e literário), mas gozando das liberdades conquistadas por seus avós [...] se manifestava mais actualizado filosófica e esteticamente e mais atento às ideias e aos acontecimentos europeus de maior impacto. E foi este grupo, já crítico em relação aos valores liberais e monárquicos que serviram de referência à primeira geração romântica, que se lançou na conquista de um espaço próprio, tendo em vista construir uma nova hegemonia cultural na “opinião ilustrada” do País. [...] [A] Questão

¹² O objetivo das Conferências do Casino, segundo Antero de Quental, citado por Catroga e Carvalho (1996), era “agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna” e estudar “as condições de transformação política, económica e religiosa na sociedade portuguesa” (CATROGA E CARVALHO, 1996, p. 157).

¹³ Conforme BRANDÃO (2010), a Geração de Setenta era formada essencialmente por “um grupo de jovens intelectuais do final do século XIX, liderado ideologicamente por Antero de Quental e José Fontana e do qual fizeram parte alguns dos maiores escritores da História da Literatura portuguesa, como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Theofilo Braga e Guerra Junqueiro”.

Coimbrã tem necessariamente de ser entendida como um dos momentos decisivos de uma atitude que visava criar um novo poder espiritual e que terá a sua realização politicamente mais empenhada e pública nas célebres Conferências Democráticas do Casino. (CATROGA e CARVALHO, 1996, p. 157).

Menezes (2011) afirma que a Geração de Setenta tinha como um dos objetivos principais a reforma educacional:

[...] a esfera educacional não permaneceu estranha às suas preocupações. É mais acertado asseverar que a reforma dos esquemas mentais da vida nacional – um dos pilares sobre o qual se assentava a crítica reformuladora da Geração de 70 – passava, em primeiro lugar, pela realização de um amplo processo de educação e de acesso à informação. Também é lícito considerar que tal conteúdo propositivo se apoiava sobre um diagnóstico bastante acre quanto ao estágio em que se encontrava a instrução no país e quanto aos métodos e procedimentos que a orientavam. Ao lado da percepção da inadequação do sistema monárquico e da rejeição à produção e ao consumo de uma literatura já ultrapassada, o diagnóstico dos componentes da *Geração de 70* apontava para um amplo descrédito em relação aos modelos arcaicos de pensamento e de ensino que se praticava em Portugal na segunda metade do século XIX, a começar por aqueles que informavam os cursos superiores da Universidade de Coimbra (MENEZES, 2011, p.17-18).

Da Geração de Setenta faziam parte vários intelectuais, tais como: Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queiroz, Jaime Batalha Reis, futuro professor de Agronomia; Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras; Guilherme de Azevedo, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins e, entre outros, Francisco Adolpho Coelho. Este último viria a exercer profunda influência nas atividades filológicas e pedagógicas de Julio Moreira, assim como Epifânio Dias, conforme afirmamos anteriormente. Embora Epifânio não estivesse ligado ao Grupo acima aludido, desempenhou, também, importante papel nas reformas de ensino do latim em Portugal, segundo atesta Vasconcelos, quando diz que “a tradução da Gramática e o Epítome de Madvig e as edições de Epiphania inauguraram entre nós uma salutar reforma do ensino oficial do latim” (VASCONCELOS *apud* FIRMINO 1942, p. 8).

Durante as Conferências do Casino, um total de cinco palestras proferidas em Lisboa no ano de 1871, Adolfo Coelho ‘analisou o problema do ensino’, tendo como foco principal “a exigência da separação da Igreja e do Estado e reivindicando a

liberdade de consciência” (CATROGA E CARVALHO, 1996). Essas Conferências foram interrompidas pelas autoridades, e Adolfo Coelho não pôde proferir sua conferência seguinte referente à *instrução primária*. Sobre a importância e a contribuição dessas conferências, principalmente a de Adolfo Coelho, referente ao ensino, Menezes afirma:

[...] extremamente relevante nesta lista, nas conferências públicas, como foi a célebre de Francisco Adolfo Coelho em 1871 por ocasião das Conferências do Casino Lisbonense, intitulada *Questões do Ensino*, a quarta e última destas intervenções que foram um marco da história da inteligência portuguesa (MENEZES, 2011, p. 18).

Todos esses fatos demonstram aspectos importantes do contexto histórico e filológico em que Moreira estava inserido e revelam o quanto foram significativos para sua atuação política e filológica.

A partir do próximo item, ilustraremos a atuação política e filológica do autor em Portugal, principalmente no que diz respeito a sua participação como membro da Comissão da Reforma Ortográfica de 1911.

1.2.1 Atuação política e filológica de Julio Moreira: a reforma ortográfica de 1911

Segundo afirma Leite de Vasconcelos, Julio Moreira também participou da reforma política que em Portugal, à época, acontecia. Moreira, inclusive, militava no partido republicano “em meio das agitações da vida prática [...] da política, que em alguns momentos o absorveu (Moreira militava, por convicção, no partido republicano)” (VASCONCELOS, 1913, p. XIII, parênteses do autor).

Moreira, tanto em sua relação com os republicanos, que em 1910 já se encontravam no poder, na formação do Governo Provisório, quanto em sua atuação política em assuntos voltados à educação, mantinha conexões diretas com temas de interesse filológico. Nesse sentido, é importante notar o seguinte fato, que ilustra muito bem como o autor militou, até o final da vida, entre esses dois campos:

Em 22 de novembro [de 1910], publiquei no jornal *O Dia* de Lisboa, um artigo em que chamava a atenção do Governo provisório da República para a necessidade de se proceder a uma reforma da nossa ortografia. Pouco tempo depois, tive a satisfação de ver que o Governo se interessava pela questão, e nomeava uma comissão para estudar as bases da ortografia que se deveriam adoptar nas escolas e nas publicações oficiais (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 193-4).

Por esse exemplo, é notável aqui não somente seu desempenho de filólogo, mas, sobretudo, a ação do cidadão que se envolveu diretamente com questões, chamadas hoje de política linguística, tal como foi a Reforma Ortográfica de 1911, de cuja Comissão Moreira fez parte, dela participando ativamente.

Seu nome consta do “Relatório da Comissão nomeada, por portaria de 15 de Fevereiro de 1911, para fixar as bases da ortografia que deve[ria] ser adoptada nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado [português]” (DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 213, 1911, p. 3845).

Desse importante documento oficial, de grande interesse para a Historiografia Linguística, lemos as seguintes informações nas páginas iniciais do corpo do texto, que abaixo seguem reproduzidas em dois diferentes excertos:

Exmo. Sr. Ministro do Interior – A Comissão, nomeada por portaria de 15 de Fevereiro do corrente ano para fixar as bases da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas pelo Estado, vem hoje apresentar a V. Ex.^a os resultados do estudo a que procedeu, bem como as decisões que, por grande maioria ou unanimidade de votos dos indivíduos que a compõem, entendeu ser oportuno propor tomando por elementos principais dessas decisões a história da língua portuguesa, e a da sua escrita tradicional até época muito recente.

Logo na sessão inaugural, celebrada em 15 de Março último, julgou a Comissão que seria vantajoso para a absoluta independência e imparcialidade das suas resoluções, como corpo consultivo, propor a agregação de mais alguns conhecidos filólogos portugueses; e essa conveniência reconheceu-a V. Ex.^a nomeando, por portaria de 16 do referido mês, além dos indivíduos já anteriormente nomeados, mais seis; ficando a Comissão composta de onze pessoas, uma das quais, porém, o Professor Augusto Epifânio da Silva Dias, se escusou, declinando o encargo. Ficou assim a Comissão constituída por dez membros, e, em razão de ser par este número, teve o presidente eleito por ela de resolver com voto de desempate algumas questões de secundária importância, em que divergiram as opiniões, expressas depois de discussão por votações diferentes, equivalentes em número (DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 213, 1911, p. 3845).

Conforme consta do primeiro parágrafo, nas linhas iniciais do texto oficial, a Comissão “[tomou] por elementos principais [das suas] decisões a história da língua portuguesa, e a da sua escrita tradicional”; portanto, a escolha de Julio Moreira, juntamente com a de outros filólogos, inclusive de renome internacional, não se deveu a um lance de mera casualidade, antes, estava ligada ao fato de que, nas ciências da linguagem, os autores escolhidos (incluindo Moreira) eram, em Portugal, na época, os detentores de notório saber científico. Dentre seus pares, sabidamente, Moreira também havia se especializado na história das formas linguísticas, isto é, na história da passagem dessas formas do latim para o português, tendo realizado vários estudos sobre *analogia* e *etimologia popular*, conforme veremos adiante. Além de sua aptidão para o conhecimento dos fatos sintáticos¹⁴ do português da sua época, fatos esses que tinham sua origem implicada, de algum modo, nas várias formas latinas antigas, devido à riqueza morfossintática dessa língua, por meio de seus vários casos e declinações. Tal conhecimento histórico da língua portuguesa habilitava-o a integrar a referida Comissão, da qual, efetivamente, foi consultor, para as questões mais polêmicas dos debates, conforme atesta o documento oficial, sobre a dinâmica de funcionamento das sessões. Sobre isso, o documento dá notícia de que:

Quatro dos membros da Comissão, isto é, a Sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, que a comissão elegeu Presidente honorária, os Drs. Antonio José Gonçalves Guimarães e Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, e o professor Júlio Moreira, não puderam comparecer às sessões semanais, em razão de residirem longe de Lisboa, localidade em que a Comissão se reuniu: foram porêm sempre consultados em todas as questões em que não houve unanimidade de votos por parte dos indivíduos presentes; havendo sido os votos desses ausentes tomados em consideração, e dando-lhes oportuno conhecimento das resoluções adoptadas pelos membros presentes às sessões, que não foram mais amiudadas, porque outras funções oficiais dos membros da Comissão o não permitiram, e assim se explica a relativa morosidade de seus trabalhos (DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 213, 1911, p. 3845).

¹⁴ No âmbito desse trabalho, entendemos *fato sintático* como a relação, no mínimo, entre duas unidades linguísticas. Nesse sentido, é preciso uma sequência para que haja um fato de sintaxe.

O fato de morarem em regiões consideradas distantes para os padrões e para os meios de locomoção da época não impediu nem Moreira, nem mais três membros da Comissão¹⁵ (incluindo a renomada filóloga Sr^a. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que, como ficou informado, havia sido eleita presidente honorária pela referida Comissão) não só de participarem das votações, como também de tomarem ciência das soluções a que membros presentes às sessões em Lisboa adotavam, o que justificou, conforme ainda afirma o mesmo documento, a relativa morosidade dos trabalhos.

Ainda sobre o contexto científico, mas numa relação com a questão do ensino, Moreira, também, acolheu de modo efusivo a tradução da *Gramática Latina* de Madvig por Epifânio Dias¹⁶, como já assinalamos, justamente porque no âmbito de tais reformas essa gramática trazia grandes contribuições para o ensino do latim, especialmente, no nível da sintaxe.

O cenário reformador em Portugal, à época, justificava-se por vários motivos, dentre eles o alto índice de analfabetismo, que, em 1864, segundo Catroga e Carvalho (1996), “se aproxima[va] dos 88,3%; em 1868, dos 82,4%, em 1890, dos 79,2%; e em 1900 dos 78,6%” (CATROGA e CARVALHO, 1996, p. 136-137).¹⁷

No que refere ao ensino superior, os mesmos autores, Catroga e Carvalho (1996, p. 140), afirmam que, “à luz do que já se sabe sobre os níveis de analfabetização e sobre

¹⁵ Lembremos, ainda, que a comissão foi constituída por filólogos cuja atuação era a de maior destaque no contexto científico português da época. Era composta pelos seguintes membros: Gonçalves Viana, a já referida D. Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Francisco Adolpho Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Julio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, Borges Grainha e Augusto Epifânio da Silva Dias, que declinou do cargo.

¹⁶ Citou, com frequência, essa Gramática, juntamente com a *Gramática Portuguesa Elementar* (1881), de Epiphânio Dias, em E.L.P., vol. I, às páginas 32, 74 n. 1, 82 n. 1, 96 n. 1, 141 n. 1, 149, n. 1, 153-4; e em E.L.P., vol. II, na página 47.

¹⁷ Sobre as altas taxas de analfabetismo em Portugal, os autores ainda advertem que “esses números serão ainda mais significativos se se levar[em] em conta as assimetrias regionais, as diferenças sociais e de sexo. De facto, a escolarização da mulher era inferior, pois, em 1878, 89,3% eram analfabetas, enquanto a percentagem nos homens era de 75%; em 1890, era de 85,4% contra 72,6% e, em 1900, era 85% contra 71,6%. Por outro lado, do ponto de vista social, a população que vivia da agricultura estava sub-representada nas escolas primárias públicas, mas os filhos dos que exerciam as suas atividades nas vilas e nas cidades (incluindo filhos dos artesãos) tinham uma boa presença, já que 36,6% da população escolar era oriunda das camadas sociais médias e altas da sociedade” (CATROGA E CARVALHO, 1996, p. 137).

a exiguidade do acesso ao ensino secundário, não espanta que a população universitária fosse muito pouco numerosa” (CATROGA e CARVALHO, 1996, p.140).

Tais dados são, aqui, sobretudo significativos, uma vez que o nosso autor – Julio Moreira – buscava por seu próprio mérito o aperfeiçoamento, já que era autodidata, e não teria frequentado a universidade, a exemplo de outros autores importantes da Filologia Portuguesa da época, tal como Francisco Adolfo Coelho.

Além disso, mostra que, imediatamente depois da implantação da República em Portugal, ocorrida em 5 de outubro de 1910, o novo governo, empenhado no alargamento da escolaridade e no combate às referidas altas taxas de analfabetismo – conforme apontadas por Catroga e Carvalho (1996) –, nomeou a referida Comissão de que Julio Moreira fez parte.

Apresentamos, a seguir, sucintas informações acerca do contexto filosófico em Portugal no final do século XIX.

Os fundamentos filosóficos que orientaram o pensamento e a ação desses intelectuais relacionam-se diretamente com os preceitos do cientificismo, o socialismo de Proudhon e as ideias positivistas. Catroga e Carvalho (1996) ilustram muito bem esse momento filosófico que Portugal vivenciava: “um grupo de jovens intelectuais [...] se manifestava mais actualizado filosófica e esteticamente e mais atento às ideias e aos acontecimentos europeus de maior impacto” (CATROGA e CARVALHO, 1996, p.157).

Conforme atesta Brandão (2010), esses intelectuais,

iluminados por ideias inovadoras que beberam da cultura europeia, sobretudo da francesa, irão opor-se a um governo monárquico cada vez mais contestado nos finais do século. Racionalistas, herdeiros do positivismo de Comte, do idealismo de Hegel e do socialismo utópico de Proudhon e Saint-Simon, protagonizaram uma autêntica revolução cultural no nosso País, agitando consciências e poderes estabelecidos.

Nas Artes e nas Letras persistiu a falta de apoio que agravou as difíceis condições de vida dos Artistas. Os escritores precisavam da protecção do Estado, e este oferecia importantes cargos no Governo em troca do "controlo da pena" – e daqui surge a chamada "literatura oficial". A Geração de 1870

defende uma maior abertura à cultura europeia, e uma reforma do País, sobretudo a nível cultural. Denota-se no grupo a influência do socialismo utópico com laivos republicanos e uma influência francesa muito forte, de pendor anti-clerical (BRANDÃO, 2010).

Dada esta breve contextualização filosófica, em que se delineiam as principais correntes de pensamento da época, segue, abaixo, o contexto dos estudos linguísticos e filológicos em Portugal no final do século XIX.

1.2.2 Os estudos linguísticos em Portugal

Em Portugal, a partir do final da década de 60 do século XIX, os estudos linguísticos, na época voltados para a Filologia, procuravam acompanhar os progressos que nesse âmbito se verificavam em outros países da Europa.

Conforme afirma Verdelho (2001, p. 181), “no século XIX as filologias estavam já compartimentadas por grupos de línguas e de culturas”; no caso em tela, Julio Moreira, havia se especializado em filologia latina, mas também fazia investidas nos estudos filológicos portugueses, o que o levou a publicar artigos na *Revista Lusitana* e em outros periódicos importantes da época, tal como a *Revue Hispanique*¹⁸, em que escrevia “Questões Etimológicas”, “Notas Philológicas” e “Factos da syntaxe popular”. Verdelho (2001) chama a atenção para o fato de que a referida compartimentação das filologias “correspond[ia] a uma epistemologia fortemente motivada pela gramática comparada, que tinha nos irmãos Friedrich Schlegel (1772-1829) e August Schlegel (1767-1845) e sobretudo em Franz Bopp (1791-1861) as figuras emblemáticas da sua iniciação e teorização”. Isso será significativo, porque Julio Moreira será beneficiado pelas ideias filológicas desse período. Ainda segundo Verdelho (2001, op. cit., p. 181-182):

¹⁸ Conforme, por exemplo, o artigo *Factos de syntaxe do Português Popular*, publicado na *Revue Hispanique*, Tome XVI. New York/ Paris: 1907, p. 1-11.

Ao longo do séc. XIX são publicadas numerosas gramáticas comparadas por estudiosos das línguas clássicas, por germanistas e romanistas, com destaque, neste caso, para Friedrich Diez (1794-1836) cuja obra, *Grammatik der romanischen Sprachen*, I-II, 1836-1844, 5ª ed. 1882 – (versão francesa *Grammaire des langues romanes*, 1836-38) exerceu uma repercutida influência [...] e foi um verdadeiro acontecimento científico e cultural na história da Europa do século XIX (VERDELHO, 2001, p. 181-182).

Essa informação é particularmente importante, porque, embora Moreira não declarasse explicitamente seguir o método histórico-comparativo, especialmente na esteira de Friedrich Diez, a análise de sua obra prova que ele conhecia tal método. Aliás, curiosamente, o autor observa, na página assinalada da obra citada, o seguinte: “Sem recorrermos ao auxílio de estudos histórico-comparativos, poderemos demonstrar ser complemento directo a palavra que parece ser sujeito naquelas frases” (MOREIRA, 1922 [1907], vol I, p. 67). Em vários pontos de seus *Estudos da Língua Portuguesa – Subsídios para a Syntaxe Histórica e Popular*, a referência a Diez, considerado o iniciador do estudo científico sistemático das línguas românicas, e também a Meyer-Lübke (1861-1936), discípulo de Diez, são frequentes. Exemplo disso é o trecho a seguir, que se refere ao estudo do verbo *haver*:

Diez notou que, no antigo francês e no provençal, se reconhece ser complemento o substantivo que acompanha o verbo *haver*. Como mostrámos, o português actual também prova que effectivamente aquelle substantivo é regime e não sujeito (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 68, n. 1).

O seguinte trecho, sobre a referência a Meyer-Lübke, em que Moreira, no Capítulo XVIII da mesma obra, explicava o uso do “imperativo e conjunctivo”, é esclarecedor. Segundo Moreira, “no latim da melhor época era raro o emprego da 2ª pessoa do presente do conjunctivo em proibições, isto é, em orações imperativas negativas”. Para ele, “na prosa usual essas proibições exprimem-se [em latim,] com o futuro perfeito do conjunctivo: *ne feceris*, não faças; *ne dixeris*, não digas” (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 96, n.1). No entanto, entende que “o emprego do presente, ao princípio muito restricto, alargou-se pouco a pouco e ficou predominando no fallar da

Peninsula Iberica, servindo de base ás formulas correspondentes d'esta região”. E é exatamente neste trecho de sua explicação, que o filólogo portuense recorre às esclarecedoras informações de Meyer-Lübke¹⁹ nos seguintes termos: “Para as restantes línguas romanicas houve ainda outros typos, em que entraram fórmās do imperativo e do infinitivo. V. Meyer-Lübke, GRAMMAIRE DES LANGUES ROMANES, vol III, § 704” (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 96, n. 2).

Tal observação corrobora o que afirma Verdelho de que as gramáticas comparadas influenciaram os autores do século XIX e esse fato não foi diferente com Moreira. O filólogo portuense filia-se às ideias linguísticas que remontam aos romanistas citados, as quais fazem parte do seu *horizonte de retrospecção*, que, segundo Aurox (2008), é um conjunto de conhecimentos que possuímos e que são antecedentes a qualquer atividade cognitiva que venhamos a desenvolver. Diz, textualmente, o autor:

O ato de saber (a produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade. Para simplificar, imaginemos um sujeito S na sua atividade cognitiva. Ele dispõe de competências adquiridas e desenvolvidas durante a sua formação. Quando se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, esses conhecimentos necessariamente foram produzidos *antes* da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos *horizonte de retrospecção* o conjunto destes conhecimentos antecedentes (AUROUX, 2008, p. 141, grifos do original).

É nesse sentido que empregamos o termo do estudioso francês para apontar aqui as referências teóricas e metodológicas a que se filiava Julio Moreira.

Segundo Verdelho (cf. [s.n.t.])²⁰, em 1887, iniciava-se um período áureo da história gramatical e filológica da língua portuguesa, época na qual também está inserido Julio Moreira. Verdelho (op. cit.) ainda afirma que “vários linguistas ou glotólogos (como então gostavam de ser chamados) gramáticos e filólogos, ortografistas

¹⁹ O nosso autor não indica a data de publicação da obra consultada.

²⁰ Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/hjco/aderav/Pg006020.htm>. Acesso em: 04 fev de 2014.

e foneticistas (extraordinário escol), reflectiam com seriedade e rigor sobre a nossa língua, lançavam as bases da grande e primeira reforma ortográfica”. Como assinalamos anteriormente, Julio Moreira, juntamente com outros filólogos da época, integrou a Comissão responsável por essa reforma de que Verdelho faz menção. Mas, acima de tudo, o mais importante é que “formavam a geração que havia de promover e modernizar o estudo e o ensino da língua em todo o país”.²¹

Verdelho ([s.n.t.]) elenca os principais estudiosos da época e a contribuição de cada um deles para o ensino da língua portuguesa:

Adolfo Coelho conhecia os estudiosos europeus das línguas românicas e ensinava da melhor linguística portuguesa no Curso Superior de Letras. Epifânio da Silva Dias renovava o ensino da gramática e dava início a uma prática filológica verdadeiramente científica. Leite de Vasconcelos abandona o estudo da medicina e vai fazer uma carreira espantosa ao serviço da língua e da cultura portuguesa. Guilherme de Vasconcelos Abreu e sobretudo Aniceto dos Reis Gonçalves Viana elaboram e fundamentam uma reforma ortográfica, propõem uma ortografia nacional, racionalizada e simples. Anos mais tarde, o nome de Gonçalves Viana viria ainda a fazer parte da comissão responsável pela reforma ortográfica de 1911, de que ele fora afinal o principal obreiro. Vale a pena recordar os nomes dessa comissão que assinou um dos acontecimentos mais importantes da história da língua portuguesa: Carolina Michaëlis, Gonçalves Viana, Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo, Epifânio da Silva Dias, Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira e Borges Grainha (VERDELHO, [s.n.t.]).

Embora Verdelho, respeitado historiógrafo da gramaticografia portuguesa, não ressalte os maiores contributos de Moreira e só o cite dentre os membros da Comissão da Reforma Ortográfica, é importante que se afirme a relevância de Moreira tanto para os estudos filológicos, com seus estudos da *syntaxe popular*, como para o ensino da língua em Portugal. Julio Moreira é autor, além das duas obras aqui estudadas – *Estudos da lingua portuguesa*, 1.º volume: subsídios para a syntaxe histórica e popular, e *Estudos da língua portuguesa*, 2.º volume: obra póstuma –, de estudos latinos, de artigos publicados em periódicos que traziam contribuições às discussões linguísticas da

²¹ Cf. nota 15, *supra*.

maior importância para a época, as quais envolviam o conceito de *analogia* e de *etimologia popular*, que o autor aplicou ao estudo do português. Sobre isso, Moreira desenvolvia pesquisas *pari passu* às de Ferdinand de Saussure (1857-1913) em relação ao mesmo tema, o que demonstra sua atuação científica diretamente ligada às questões de maior interesse para a época.

1.2.2.1 Conceito de *analogia* e *etimologia popular* segundo Julio Moreira

Julio Moreira define *etimologia popular* como “o processo pela [sic] qual uma palavra desconhecida é substituída ou interpretada por outra de som semelhante” e atesta que “a etimologia popular é uma manifestação da analogia” (MOREIRA, 1888, p. 56-57). O filólogo português trata desse conceito a partir da definição dada, em 1852, por Förstemann, no primeiro artigo com que iniciava sua publicação no primeiro número da revista *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung herausgegeben*, da responsabilidade de Dr. Theodor Aufrecht e Dr Adalbert Kuhn, conforme referido pelo autor (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 115, n.1).

Se para Julio Moreira (1888) a *etimologia popular* é uma das manifestações da analogia, a *analogia* é, segundo o autor o

princípio que tem uma enorme influencia sobre o desenvolvimento da linguagem, podendo dar lugar à formação de uma grammatica nova, à transformação do vocabulário, à criação de novas ideias, a mudanças profundas na construção syntactica, à formação de lendas e mythos, e à criação da poesia” (MOREIRA, 1888, p. 56-57).

Pelo que diz o autor, o princípio da analogia não se limitava apenas à transformação do vocabulário, mas refletia sobre outros aspectos e níveis da linguagem, inclusive sobre a sintaxe, objeto de interesse do autor.

Ainda que Julio Moreira não se refira diretamente aos *Neogramáticos*, a presença das ideias desses no seu texto é por nós inferida e se dá da seguinte forma:

O princípio da *alteração phonetica*, de grande importância também comquanto essa importância até há pouco se tenha exaggerado, sofre a influencia da analogia, influencia de maior compreensão do que a da *alteração phonetica*. Pois que, ao passo que esta actua sobre a forma das palavras aquella vae exercer-se tanto na forma como na significação dos vocabulos. Se por um lado a alteração phonetica destroe, por outro, a analogia não perde a ocasião de reconstruir, de reparar: é um elemento renovador (MOREIRA, 1888, p. 57).

Embora não se refira aos *Neogramáticos* de maneira explícita, sua referência ao conceito de *mudança fonética* (*alteração phonetica* nos termos de Moreira), com o de *analogia* remete ao importante grupo de estudiosos de Leipzig. O trecho mais notável é esse em que Julio Moreira parece transmitir um tom de moderação ao radicalismo das posições dos *Neogramáticos*, que Moreira parecia conhecer: “comquanto essa importância até há pouco se tenha exaggerado”, pois como se sabe foram os *Neogramáticos* que deram maior importância à questão da *mudança fonética*. Aliás, foram eles, conforme atestou Saussure (2006), “que atribuíram à analogia e às mudanças fonéticas o grande fator da evolução das línguas, o processo pelo qual estas passam de um estado de organização a outro” (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p.189).

A *analogia* era tema dos comparatistas e dos estudiosos do século XIX, dentre eles Hermann Paul (1966 [1881]), para quem o conceito de *analogia* é:

As palavras e grupos de palavras que empregamos na conversação só em parte se criam por mera reprodução de memória do que aprendemos antes. Tem mais ou menos a mesma influência sobre a fala uma atividade combinatória que se baseia na existência dos grupos de proporções. A combinação consiste de certo modo na redução duma equação de proporções através da criação dum segundo membro da proporção segundo o modelo de proporções análogas já tornadas correntes, para uma palavra igualmente corrente. A este processo, chama-se formação por analogia (PAUL, 1983 [1880], p.121).

A importância da conceituação de Hermann Paul sobre *analogia*, aqui reproduzida, deve-se ao fato de que a *analogia* era um conceito fundamental para a linguística do século XIX. Além disso, a obra de Paul serviu de manual introdutório à

linguística desse século referido. Embora Paul fosse referência para muitos autores, não foi referência para Julio Moreira, porque o filólogo portuense não seguia a mesma corrente teórica de Paul, isto é, os *Neogramáticos*. Moreira seguiu de perto a redação da obra *Principles of Comparative Philology* (1874) de Archibald Henry Sayce, a quem cita pela edição francesa, conforme veremos mais abaixo.

Ao abordar a questão da *etimologia popular*, Julio Moreira a considerou uma “falsa analogia” e a explicou da seguinte forma:

a etimologia popular é uma falsa analogia e a sua formação deve explicar-se as mais das vezes pela aspiração que o homem tem a achar razão de ser de todas as cousas que a primeira vista não comprehende, comparando-as e assimilando-as a outras que lhe são conhecidas. Algumas vezes, emprega-se a etimologia popular para evitar uma palavra cujo emprego desagrada por qualquer motivo, ou para dar à expressão um sentido pejorativo, ironico ou de mero gracejo (MOREIRA, 1888, p. 56).

O autor entendeu, ainda, serem as *etimologias populares* “de formação inconsciente”, tal como é observado nos seguintes trechos:

Etimologias populares de formação inconsciente:

- 1) No Porto há uma rua chamada *Fonte Taurina*. O povo dá-lhe o nome de *Fonte d’Ourina*.
- 2) Na frase que frequentemente se ouve “*tem as inscrições tiradas*” a palavra *inscrições* está por *inquirições*.
- 3) A’ rosa que tem o nome de *Paul Neyron* chama o povo *rosa Palmeirão*, por influencia de *palma* ou *palmeira*.
- 4) O povo diz geralmente “*custa mais a ameixa* do que o cebo”, onde *ameixa* está por *mecha*.
- 5) Na palavra portuguesa *floresta* houve sem duvida influencia da palavra *flor*. CF. o inglez *forest* e o francez *forêt*.
- 6) O appellido *Vasconcellos* é frequentemente explicado por “*vás (=vais)* com *zelos*, e esta explicação vem sempre acompanhada de uma lenda ou conto
[...] (MOREIRA, 1888, p. 58).

Moreira também registrou as *etimologias populares* de “formação consciente”. Segundo o autor, as etimologias populares de formação consciente [servem] “para dar ás palavras um sentido pejorativo ou de simples gracejo, ou ainda por euphemismo”. O filólogo apresentou vários exemplos, dos quais extraímos alguns:

- 26) *Sapatrancas* por *sapateiro*.
- 27) *Testa de mula* ou *testa de muinha* por *testemunha*.
- 28) *Botifanias* por *botas*.

- 29) *Ir em botas por ir embora.*
- 30) *Oliveira das Americas* (e *das ameias*) em lugar de *Oliveiras d’Azemeis.*
- 31) *Carrapicho* em vez de *Capricho.*
- 32) *Come esterco* por *Dominus tecum.*
- 33) “*Ir-lhes aos queixumes*” em vez de *ir-lhe aos queixos.*
- [...] (MOREIRA, 1888, p. 59).

Para Julio Moreira a *etimologia popular* se dá quando uma palavra desconhecida é substituída ou interpretada por outra de som semelhante. Ele afirma ser a etimologia uma manifestação da analogia e essa última – a *analogia* – é, para ele, um princípio que tem forte influência sobre o desenvolvimento da linguagem, seja transformando o vocabulário (e os exemplos apresentados por ele mostram isso), seja formando uma gramática nova, ocorrendo mudanças significativas na construção sintática, na criação de novas ideias, de mitos e lendas e na criação da poesia. Como exemplo Moreira (1913) cita as *etimologias populares* de diferentes línguas antigas e modernas:

Tem-se reunido exemplos de etimologias populares de diferentes línguas antigas e modernas. Às vezes, quando elas se referem a nomes de lugar, forjam-se lendas que tem por fim explicá-los. Assim Delphos transformou-se em *Adelphoi* (que significa irmãos: ἄδελφοί), ligando-se-lhe a lenda de uma luta entre dois irmãos. A semelhança da palavra fenícia *Bosra*, nome da cidadela de Cartago, com o termo grego βύρσα, nome da pele do boi, deu lugar à conhecida lenda relativa à fundação daquela cidade. A relação que Vergílio estabelece entre *Ilus* e *Iulus* é também um caso de etimologia popular. O povo de Athenas dá à sua capital o nome de *Anthenai* por influência da palavra ἄνθος, flor (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 116-117).

De acordo com o exposto até o momento, para Julio Moreira, os dois fenômenos, a *analogia* e a *etimologia popular*, são correlacionados. Isto é, a *etimologia popular* é “uma manifestação da analogia” porque “pela aspiração” que o *povo* tem de “achar a razão de ser de todas as cousas que à primeira vista não compreende” compara-as e assimila-as “a outras que lhe são conhecidas”. De acordo com o que inferimos da explicação de Moreira, primeiro ocorre a *analogia* e em seguida o povo realiza uma ação linguística que modifica as palavras e expressões.

Então, a *analogia*, para Julio Moreira, é um princípio linguístico criador que age, poderíamos dizer, antes de qualquer outro evento no “sistema” da língua, ou, se quisermos (pela falta de melhor expressão), antes de qualquer outro “arranjo” estrutural da língua. A *analogia* estaria ligada, desse modo, às virtualidades, isto é, à abstração do sistema linguístico. Por isso, que, para Moreira, a *analogia* é um princípio que tem forte influência sobre o desenvolvimento da linguagem, seja transformando o vocabulário, seja formando uma gramática nova, ocorrendo mudanças significativas na construção sintática, na criação de novas ideias, de mitos e lendas e na criação da poesia.

Ressalta-se ainda o fato de que a referência direta de Moreira para a conceituação, e mesmo para a exemplificação, sobre a *analogia* são os *Principles of Comparative Philology* (1874) de Archibald Henry Sayce (1846-1933), professor da Universidade de Oxford, citado em nota por Moreira a partir da edição francesa da obra, *Principes de philologie comparée* (1884), cujo prefácio foi elaborado por Michel Bréal (1832-1915): “Vid. Um excelente capítulo sobre a importância da analogia em Sayce, *Principes de philologie comparée*, trad. de Ernest Jovy, p. 246 e sgs.” (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 116, n. 1).

De fato, a definição de Moreira é, praticamente, um decalque da definição dada por Sayce. Vejamos:

Na verdade, se examinarmos atentamente a questão, veremos que a alteração fonética sofre fortemente a influência de um princípio mais abrangente, o princípio da analogia. Este [o princípio da analogia] trata-se de um elemento crucial de mudança na significação, bem como na forma das palavras: ao mesmo tempo que o desaparecimento fonético usa e destrói, a analogia reconstrói e repara. Um deles é o agente destruidor, o outro agente criativo, embora ambos tenham a mesma origem, a saber: a preguiça humana (SAYCE, 1884 [1874] p. 247).²²

²² Tradução de: “En vérité, si nous examinons attentivement la question, nous trouverons que l’altération phonétique subit fortement l’influence d’un principe plus compréhensif, celui de l’analogie. C’est là un élément capital de changement dans la signification aussi bien que dans la forme des mots: en même temps que le dépérissement phonétique use et détruit, l’analogie reconstruit et repare. L’un est l’agent destructeur, l’autre l’agent créateur, bien que tous deux aient la même origine, à savoir la paresse humaine”.

Sayce diz que “uma das funções mais importantes da analogia é a produção de uma nova gramática”. De acordo com este estudioso, a quem Moreira seguia de perto, no que se refere ao conceito de *analogia*, “a gramática não é apenas o esqueleto de uma língua; ela é também o sangue que sustenta a vida, e as mudanças que ocorrem são em grande parte causada pela analogia” (SAYCE, op. cit., p. 247).²³

Uma vez apresentadas as principais ideias de Julio Moreira sobre a *analogia* e a *etimologia popular*, passemos, abaixo, para uma breve contextualização de F. de Saussure, conforme as informações de Milner (2002), para, em seguida, apresentar esses mesmos conceitos na definição do linguista genebrino.

1.2.2.2 Conceitos de *analogia* e *etimologia popular*: Julio Moreira e Ferdinand de Saussure

Pelas observações sucintas de Milner (2002), podemos notar na breve, mas muito precisa, biografia de Ferdinand de Saussure, que Moreira e Saussure são autores que estão circunscritos ao mesmo período histórico,

Quem foi Saussure? Nasceu em 1857 em Genebra e fez seus estudos linguísticos na Alemanha (Leipzig e Berlim) de 1876 a 1880. Publicou seu *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* que fez época nos estudos de lingüística indo-européia. Defendeu sua tese em 1880 em Leipzig. Em maus termos com os melhores cientistas alemães, decidiu prosseguir sua carreira e pesquisas em Paris, onde foi bem acolhido: Michel Bréal lhe cede a palavra para que ele se encarregasse do ensino pelo qual era, Michel Bréal, responsável. Desde 1881, foi eleito mestre de conferências na École de Hautes Études. Em 1891, deixa Paris, aparentemente contra sua vontade, e se torna professor na Universidade de Genebra. Ficará em Genebra até a sua morte em 1913 (MILNER, 2002, p.18).²⁴

²³ Tradução de: “L’une des fonctions les plus importantes de l’analogie est la production d’une nouvelle grammaire. La grammaire n’est pas seulement le squelette d’une langue; c’est aussi le sang qui en soutient la vie, et les changements qui s’y produisent sont en grande partie causés par l’analogie”.

²⁴ Tradução de: “*Qui était Ferdinand de Saussure? De sa biographie, on ne retiendra que quelques traits. Né en 1857 à Genève, il fit ses études de linguistique en Allemagne (Leipzig et Berlin) de 1876 à 1880. Il publie en 1878 son Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes, que fit époque dans les études de linguistique indo-européenne. Il soutient sa thèse en 1880 à Leipzig. En mauvais termes avec les milieux scientifiques allemands, il décide de poursuivre sa carrière et ses*

Saussure e Moreira pertenceram à mesma geração²⁵; são, pois, contemporâneos, mas não possuem, diretamente, a mesma formação científica. Saussure foi educado no mais elitizado sistema educacional europeu (pertencia, inclusive, a uma tradição familiar de cientistas) e obteve a formação em linguística nos círculos mais renomados dos estudos linguísticos europeus no século XIX (como bem apontou Milner (2002), fez seus estudos linguísticos na Alemanha, reconhecidamente, na época, o centro de estudo mais importante em Ciências da Linguagem), enquanto Julio Moreira foi um autodidata.

Conforme bem observa Flores (2013, p. 75) “a *analogia* é tema frequente nas reflexões de Saussure e o *CLG* registra isso em vários momentos”. Há, porém, dois capítulos no livro dedicados especificamente ao assunto: os capítulos IV (“A analogia”) e V (“Analogia e evolução”) da Terceira parte (“Linguística diacrônica”) (idem). De acordo com Flores (op. cit.), “de um lado, está o fato de que falar em analogia, na visão de Saussure, implica falar em outros fenômenos a ela relacionados (a etimologia popular e a aglutinação, por exemplo)”.²⁶ Entende-se, nesse sentido, a natureza da analogia como inter-relacional, portanto. De outro lado, conforme Flores (idem), “está o entendimento de que a leitura do conjunto do *CLG* permite inferir que a analogia tem, para Saussure, um lugar central porque possibilita ao linguista ilustrar questões teóricas e metodológicas de sua reflexão” (FLORES, 2013, p. 75).

Em se tratando de outras fontes saussurianas, especificamente as do Caderno II de Albert Riedlinger, relativo ao primeiro curso de linguística geral (1907), editado por KOMATSU (1996), temos que, para Saussure, “Analogia [é] o princípio geral de

recherches à Paris ; il y est très favorablement accueilli : Michel Bréal lui cède proprement la parole pour qu'il assure l'enseignement dont lui-même, Michel Bréal, avait la charge. Des 1881, il est élu maître de conférences à l'École pratique des hautes études. En 1891, il quitte Paris, apparemment contre son gré, et devient professeur à l'université de Genève. Il restera à Genève jusqu'à sa mort en 1913" (MILNER, 2002, p. 18).

²⁵ Cf. apresentamos acima, Moreira nasceu em 1854 e faleceu em 1911.

²⁶ Para os objetivos desse item, que é o de demonstrar as aproximações e os distanciamentos sobre o conceito de *analogia* e de *etimologia popular* entre Saussure e Moreira, não abordaremos o fenômeno da aglutinação.

criações da língua” (SAUSSURE, Cahier II, 1996 [1907], p. 63).²⁷ Komatsu (op. cit.) acrescenta uma nota, do próprio Riedlinger, indicando que “o título original de F. de Saussure era: Analogia como uma atividade criativa da língua, que mais tarde ele alterou para esse [título anteriormente exposto]” (In: SAUSSURE, Cahier II, 1996, [1907], p. 63, nota *).²⁸

Na tradução brasileira do *Cours*, a definição de *analogia*, segundo Saussure, é a de que “a analogia supõe um modelo regular. *Uma forma analógica é uma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada*” (SAUSSURE, CLG, 2006, p. 187, grifos da edição bras.).

Dessa maneira, Saussure a exemplifica pela chamada fórmula da quarta proporcional:

Assim o nominativo latino *honor* é analógico. A princípio se disse *honōs*: *honōsem*, depois, por rotacismo do s, *honōs*: *honōrem*. O radical tinha desde então, uma forma dupla; tal dualidade foi eliminada pela nova forma *honor*, criada sobre o modelo de orator: *oratore*, etc por um procedimento que estudaremos e que reduzimos desde já ao cálculo da quarta proporcional:

$$\begin{aligned}\bar{o}r\bar{a}t\bar{o}r\bar{e}m : \bar{o}r\bar{a}t\bar{o}r &= hon\bar{o}rem : x \\ x &= honor\end{aligned}$$

Vê-se, pois, que para contrabalançar a ação diversificante da mudança fonética (*honōs*: *honōrem*), a analogia unificou novamente as formas e restabeleceu a regularidade (*honor*: *honōrem*) (SAUSSURE, CLG, 2006, p. 187-188).

Saussure não considera que as formas análogas deem origem à mudança linguística, pois em vez disso há criação na língua. Tem-se, nos casos de *analogia*, apenas uma impressão de mudança porque *honor*, a forma nova, manteve-se e *honōs* caiu em desuso. Olhando-se para esse resultado – (*honōs* : *honōrem*), que é o antigo, e (*honor* : *honōrem*), que é o novo –, diz Saussure, temos a impressão de uma relação aparente entre *honor* e *honōs*. Para Saussure “as inovações da analogia são mais

²⁷ Traduzido de: “Analogie [est] principe général des créations de la langue”.

²⁸ Traduzido de: “F. de Saussure avait d’abord donné comme titre: “L’analogie comme activité créatrice de la langue, qu’il a modifié ensuite en celui-là”.

aparentes do que reais” Por isso, ele utiliza-se da expressão metafórica para dizer que “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p. 200), referindo-se à *analogia*.

Já a **etimologia popular**, segundo Saussure, se dava porque “acontece-nos por vezes estropiar palavras cuja forma e cujo sentido nos são pouco familiares, e às vezes o uso consagra tais deformações”. Para Saussure, “essas inovações, por extravagantes que sejam, não se fazem completamente ao acaso; são tentativas de explicar aproximativamente uma palavra embaraçante relacionando-a com algo conhecido”. Ele completa a explicação afirmando: “deu-se a esse fenômeno o nome de etimologia popular” (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p. 202).

Ao tratar das mudanças ocorridas no sistema primitivo nas vogais das línguas indo-europeias (tema do *Memoire*), tais como sânscrito, grego e latim, Saussure não deixa de apresentar algumas inovações ocorridas nessas línguas por intermédio da etimologia popular (*étymologie populaire*). Esse é o caso, por exemplo, da palavra grega “ἔπος” [*epops*], que, segundo o autor, “nasceu da etimologia popular [...]” (SAUSSURE, 1879, p. 107).²⁹ Também, de acordo com Saussure, “Πλεύμων” [pneúmōn] originou-se “por etimologia popular de Πνεύμων” [plefmon = pulmão]. Saussure conclui a nota afirmando que “o latim *pulmo* é empréstimo do grego πλευρά [pleura]” (SAUSSURE, 1879, p. 132, n. 2). O terceiro exemplo relacionado pelo autor no que se refere à ação da *etimologia popular* nas línguas indo-europeias diz respeito à também forma grega antiga “ἀμφίσβαινα” [amphísbaina= espécie de serpente], que, de acordo com Saussure, “nasceu pela etimologia popular” (SAUSSURE, 1879, p. 278).³⁰

²⁹ “ἔπος sera né par étymologie populaire [...]” (SAUSSURE, 1879, p. 107).

³⁰ “ἀμφίσβαινα (Eschyle) serait né par étymologie populaire” (SAUSSURE, 1879, p. 278).

Entretanto, Saussure distingue *etimologia popular* da *analogia*, ao contrário de Julio Moreira, que, como se percebeu, considerava a *etimologia popular* uma manifestação da *analogia*. Diz Saussure:

A primeira vista, ela [a etimologia popular] não se distingue da analogia. Quando uma pessoa, esquecendo a existência de *surdité*, cria analogicamente a palavra *sourdité*, o resultado é o mesmo que, tendo ela compreendido mal *surdité*, o tivesse deformado pela lembrança do adjetivo *sourd*; e a única diferença seria então que as construções da analogia são racionais, ao passo que a etimologia popular procede um pouco ao acaso e não leva senão a despropósitos (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p. 202).

Tudo é gramatical na analogia; acrescentemos, porém, imediatamente, que a criação, que lhe constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada. É nessa esfera, e à margem da língua, que convém surpreender primeiramente o fenômeno.[...] a analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo linguístico [...] Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p. 192).

Em resumo, a diferença entre *analogia* e *etimologia popular* para Saussure está no fato de que “os dois elementos têm apenas uma característica em comum: num e noutro, utilizam-se elementos significativos fornecidos pela língua”; porém, quanto ao restante, diz Saussure, “são diametralmente opostos”. De acordo com o mestre genebrino, enquanto “a analogia supõe sempre o esquecimento da forma anterior [...], contrariamente, a *etimologia popular* se reduz a uma interpretação da forma antiga; a recordação desta, mesmo confusa, é o ponto de partida da deformação que sofre”. Enfim, num caso, o da *etimologia popular*, é a recordação, no outro, o da *analogia*, é o esquecimento, que está na base da análise, e essa diferença é capital, ressaltava o célebre linguista franco-suíço (SAUSSURE, 2006, p. 204).

Para Saussure “analogia [é] o princípio geral de criações da língua” (SAUSSURE, *Cahier II*, 1996 [1907], p. 63), e, enquanto fenômeno de criação, a *analogia* caracteriza-se como “grande fator de evolução das línguas, o processo pela

[sic] *qual estas passam de um estado de organização a outro*” (SAUSSURE, *CLG*, 2006 p. 189, grifo nosso). Moreira manifesta uma noção aproximada à de Saussure. Para Moreira, a *analogia* é “princípio que tem uma enorme influencia sobre o desenvolvimento da linguagem” (MOREIRA, 1888, p. 56-57), o autor também acrescenta que a *analogia* pode “dar lugar à formação de uma grammatica nova, à transformação do vocabulário, à criação de novas ideias, a mudanças profundas na construção syntactica, à formação de lendas e mythos, e à criação da poesia” (MOREIRA, 1888, p. 56-57).

Saussure afirma que “para contrabalançar a ação diversificante da mudança fonética (*honōs: honōrem*), a analogia unificou novamente as formas e restabeleceu a regularidade (*honor: honōrem*)” (SAUSSURE, *CLG*, 2006, p. 187-188). Enquanto Moreira entende que “se por um lado a alteração phonetica destroe, por outro, a analogia não perde a ocasião de reconstruir, de reparar: é um elemento renovador” (MOREIRA, 1888, p. 57). Ainda que haja certas diferenças, essas são as aproximações entre o conceito de *analogia* para os autores aqui estudados.

Vemos, pois, que a semelhança entre os dois conceitos para os dois autores é a *regularidade* existente no processo da *criação analógica*, já que para Moreira a *analogia* não perde a ocasião de reconstruir, de reparar; enfim, é um elemento renovador. Para Saussure, a *analogia* unifica as formas e restabelece a *regularidade*.

Também há, entre os autores, certas diferenças e aproximações referente ao conceito de *etimologia popular*. Como se viu, para o filólogo portuense a *etimologia popular era uma aparente manifestação da analogia*, porque “pela aspiração” que o *povo* tem de “achar a razão de ser de todas as cousas que à primeira vista não compreende” compara-as e assimila-as “a outras que lhe são conhecidas”. Para este autor, os exemplos da *etimologia popular*, que ele analisa a partir do conceito de *analogia*, “por serem quasi todos colhidos da bocca do povo tem não só o interesse da

actualidade, mas também, *o de surpreenderem em plena elaboração as forças vivas da linguagem*” (MOREIRA, 1888, p. 57-58, grifo nosso).

Já Saussure, ao se referir à *etimologia popular*, diz acontecer-nos “por vezes estropiar palavras cuja forma e cujo sentido nos são pouco familiares, e às vezes o uso consagra tais deformações”. Para Saussure, “essas inovações, por extravagantes que sejam, não se fazem completamente ao acaso; são tentativas de explicar aproximativamente uma palavra embaraçante relacionando-a com algo conhecido” (SAUSSURE, CLG, 2006, p. 202). Portanto, como é possível entrever pelos excertos, há aproximação entre os autores também nesse conceito. Tanto para Moreira quanto para Saussure, *o povo cria novas formas a partir das que lhes são conhecidas*.

Entretanto, as diferenças existem. E elas se dão pelo fato de que, se para Moreira “a etimologia popular é uma manifestação da analogia” (MOREIRA, 1888, p. 56-57), para Saussure, “esses dois fenômenos tão semelhantes por certos lados, se opõem na sua essência; devem ser cuidadosamente distinguidos” (SAUSSURE, CLG, 2006, p. 204). Porque, segundo Saussure, “a analogia nada tira da substância dos signos que substitui”, enquanto que “contrariamente, a etimologia popular se reduz a uma interpretação da forma antiga; a recordação desta, mesmo confusa, é o ponto de partida da deformação que sofre” (idem, *ibidem*).

Outra diferença está em Saussure entender o fenômeno da *etimologia popular* como sempre de formação inconsciente; Moreira, por sua vez, a distingue entre formações conscientes e inconscientes.

Pelo que desenvolvemos e analisamos até aqui, a atuação científica de Julio Moreira ganha relevância se também levarmos em consideração seus estudos sobre *analogia* e *etimologia popular*, uma vez que, também, eram preocupações de estudiosos da linguagem envolvidos diretamente com os maiores centros de estudos linguísticos da época. Exemplo disso foi o caso de Saussure em Leipzig, quando redigiu o *Memoire*

em 1879 e, em Genebra, quando, entre os anos de 1907 e 1911, proferiu os Cursos de Linguística Geral, de onde se extraem suas concepções sobre o tema da *analogia* e da *etimologia popular*. Esse tema foi investigado, também, por Moreira no âmbito da Filologia Portuguesa, na mesma época. Nosso trabalho, nesse sentido, é importante porque traz à luz as contribuições teóricas de Julio Moreira ao campo de estudo das ciências da linguagem.

1.2.2.3 Julio Moreira: seus estudos latinistas como contribuição à filologia portuguesa

Quanto à contribuição de Julio Moreira à publicação de estudos latinos em Portugal, Tavares (1948) afirma:

Nas três edições latinas dadas a lume, mostrou Júlio Moreira quanto estava a par dos progressos da ciência filológica e com que entusiasmo seguia as pisadas de Epifânio Dias, anotando meticulosamente os autores publicados e fazendo constantes chamadas à Gramática Latina de Madvig, publicada por aquele doutíssimo professor (TAVARES, 1948, p. 385).

Em nota, o autor ainda observa que, “em geral, as edições escolares italianas e francesas publicadas na época da atividade docente de Moreira e Epifânio Dias fundamentavam-se também em trabalhos alemães” (TAVARES, 1948, p. 385, n. 3). A informação de Tavares é importante, porque esclarece a razão de Julio Moreira ter fundamentado boa parte de seus estudos, se não em trabalhos alemães, pelo menos em trabalhos publicados originalmente em língua alemã. Este era o caso da *Lateinische Sprachlehre für Schulen*, publicada em 1857 pelo dinamarquês Johan Nicolai Madvig (1804-1886). Essa gramática foi traduzida para o português em 1872 por Augusto Epifânio Dias, intitulada como *Gramatica Latina*.

Conforme nos atesta Leite de Vasconcelos (1913), essa tradução vinha de encontro aos métodos adotados no ensino do latim em Portugal, porque inovava,

apresentando aos professores portugueses, principalmente “na sintaxe, um plano geral e novo de gramática”. Moreira, que estava sempre atento “aos progressos da ciência, recebeu com calor as doutrinas de Madvig, as quaes o levaram a empreender no campo da Filologia latina” (VASCONCELOS, 1913, Prefação, p. XVIII).

Sobre esse mesmo aspecto, isto é, da importância da Gramática de Epifânio Dias, bem como da influência de Madvig para a organização do estudo da sintaxe, Santos (2005) informa:

Leite de Vasconcelos observa que, se F. Adolpho Coelho “aplicou pela primeira vez entre nós o metodo de Diez ao exame da [‘]fonologia[’]³¹ e morfologia do português”, Epiphanyo da Silva Dias, “fazendo para o português o que Madvig fizera para o latim, [...], explicou qual é, nos seus elementos fundamentais, a estrutura, sobretudo sintactica, da lingua que falamos” (SANTOS, 2005, vol. I, p. 235, n. 492).

E, acrescentamos nós, Moreira, aproveitando tanto os estudos de Madvig traduzidos por Epifânio Dias quanto os estudos do próprio Epifânio Dias sobre sintaxe, aplicou-os aos seus estudos referentes à *sintaxe popular*, ainda que, em alguns pontos, elegantemente, divergisse do autor da *Grammatica Portuguesae Elementar* (1881), como se nota no seguinte trecho, em que deu explicação diferente da de Epiphanyo para algumas regências verbais. Sobre isso, em nota, dizia Moreira (1922 [1907]):

O notabel philologo Sr. Epiphanyo Dias, no seu excelente tratado de syntaxe (GRAMMATICA PORTUGUESA ELEMENTAR, §156, *b*), dá outra explicação para a construcção d’estes verbos [*entrar, admittir, receber*, e os que têm significação de fazer entrar, como *deitar, lançar, metter*], dizendo ‘que o pensamento, por uma antecipaçaõ ou prolepse, considera não o movimento a que se referem aquelles verbos, mas o estado que se segue áquelle movimento’. Nós preferimos integrar esta pratica na tradiçaõ do emprego da preposiçaõ *em* (=lat. *in*) para exprimir o termo do movimento, como expuzemos no texto (MOREIRA, 1922, [1907], vol. I, p.132, n. 1).

³¹ Colchetes conforme citação de Santos (op. cit.).

Percebe-se que Epifânio oferecia uma explicação psicológica para o processo, Moreira o entendia como sendo de raízes históricas. Isso demonstra que, embora o seguisse, em boa medida, fosse sobre o aproveitamento das ideias, fosse sobre a reprodução dos exemplos, Moreira também não deixou de oferecer explicações próprias, consistentes e independentes, para fenômenos que tão bem conhecia, sob outro ponto de vista, neste caso, sob a perspectiva histórico-latinista. O excerto citado acima, retirado de Tavares (1948), mostra-nos exatamente isso.

Notamos, diante do exposto e em vários pontos de sua obra, que Julio Moreira filiava-se às ideias de Madvig, Epifânio Dias e Adolfo Coelho, isto é, esses autores faziam parte do seu *horizonte de retrospecção*, embora também tenha proposto, para questões históricas da língua, soluções próprias que só um latinista poderia propor.

Todos esses fatos ilustram o que afirmamos no início desse capítulo: as últimas décadas do século XIX foram de grande agitação política, intelectual e científica em Portugal e, sob certo aspecto, culminaram nas reformas que viriam ocorrer no país ao longo de todo esse processo, e que continuaram, inclusive, no início do século XX, (a Reforma Ortográfica de 1911 é parte dele). Como vimos, Julio Moreira esteve ligado diretamente a tais mudanças, participando ativamente delas. Outro aspecto de grande relevância é que autores como Adolfo Coelho e Epifânio Dias tiveram influência significativa nos estudos de Julio Moreira, principalmente em relação ao ensino e à *sintaxe*, mas, conforme também mostramos, Julio Moreira era dotado de qualidades próprias que o levavam a desempenhar papel relevante nos estudos filológicos da época.

Passemos adiante ao capítulo dois desta dissertação, central na discussão a respeito de importantes ideias linguísticas de Moreira. Nele serão discutidas características relevantes sobre o conceito de *sintaxe popular*, bem como assuntos relacionados a esse conceito.

Capítulo 2

Julio Moreira e o Conceito de Sintaxe Popular

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar o conceito de *sintaxe popular* segundo Julio Gonçalves Moreira (1854-1911). Como sabemos, o conceito de qualquer fenômeno nem sempre é o mesmo se levada em consideração a época e o autor que o empregou. Só por isso, o tema já mereceria uma investigação. Da mesma forma, a importância do conceito se dá porque, segundo Hardy-Vallée (2013, p. 16), “o conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos”. Sendo assim, por hipótese, após alguns levantamentos, pudemos verificar que para Julio Moreira “*a sintaxe popular é uma das formas latinas antigas do português arcaico preservadas de algum modo na fala do povo*”, ou seja, a língua popular é conservadora porque mantém traços de estágios de língua próximos do latim falado.

Esse conceito de sintaxe popular já estava representado de modo geral nos estudos românicos, conforme podemos observar, por exemplo, na afirmação de Gaston Paris, no prefácio que este fez à *Gramática das Línguas Românicas*, de Friedrich Diez (1794-1876), em tradução para o francês, em 1863. Paris dizia: “Nós nos convencemos de que não há em uma língua um fato que possa ser explicado sem se recorrer à história

dessa língua, é que o estado presente de um idioma é a consequência de seu estado anterior, que por si pode explicá-lo” (PARIS, 1863, p. VI).³²

Nesse sentido, há uma forte relação entre o conceito de *latim vulgar* e o de *sintaxe popular* defendido por Moreira. Segundo os argumentos tradicionalmente apresentados em relação aos estudos de filologia românica, a *sintaxe popular* está relacionada ao latim vulgar, que falado pelo povo foi construído por uma *sintaxe popular* que, enfim, definiu seus contornos.

O conceito de *sintaxe popular* pode ser exemplificado pelo estudo em que Leite (2005a [1997]) tratou de questões sobre o purismo. Ao explicar a regência do verbo *chamar*, Leite cita Julio Moreira justamente no aspecto em que o filólogo demonstrou a origem latina da regência desse verbo e sobre sua repercussão nas línguas românicas.

Diz a autora:

A construção da regência do verbo *chamar*, com a preposição *de* acompanhando o predicativo, sempre provocou protestos de filólogos e gramáticos. MOREIRA (1906:371-2) explica muito bem a questão quando diz estar a origem de tudo no latim, língua em que para verbos como *chamar*, *considerar*, *julgar* havia dois acusativos: ‘um deles empregado como complemento direto e o outro referido a esse como seu nome predicativo’. Diz ainda o autor que as línguas românicas mantiveram tais construções e por isso nenhuma delas era regida de preposição. No entanto, o fato de certos predicativos, com alguns desses verbos, serem regidos de preposição, tal como já sucedia em latim, consolidou estruturas acompanhadas de preposição. Em referência ao verbo *chamar*, MOREIRA afirma não ser corrente em Portugal, nem na língua popular nem na literária, embora o tenha sido no passado, fato que comprova com um exemplo de Gil Vicente. [segue exemplo de Gil Vicente que a autora extraiu de Moreira] (LEITE, 2005a [1997], p. 107).³³

³² Tradução de: “on est persuadé qu’il n’y a pas dans une langue un fait qu’on puisse expliquer sans avoir recours à l’histoire de cette langue, est que l’état présent d’un idiome n’est que la conséquence de son état antérieur, qui seul peut le faire comprendre” (PARIS, 1863, p. vi).

³³ Se casasses com pãção

Que grande graça seria

E minha consolação?

Que te chame de ratinha

Tinhosa cada meia hora,

Inda que a alma me chora,

Folgarei por vida minha,

Pois engeitas quem t’adora (Gil Vicente, vol. II, p. 435 – Apud MOREIRA, *op. cit.*).

Leite (*op. cit*), ainda, ao tratar da substituição do futuro simples do indicativo por perífrase, retoma as palavras de Moreira para demonstrar que.

A substituição do futuro simples do indicativo por perífrase é fato antigo na língua e tem origem no latim. A explicação para isso apresenta-a MOREIRA (-: 363-68) que diz: ‘Em latim, exprimia-se por meio de tempos do conjuntivo a idéia que nós designamos com o condicional [...] Mas ao lado dessa sintaxe do latim clássico surgiu outra no latim vulgar. Assim como de expressões *amare habeo* formadas com o presente do verbo *habere* resultou o futuro *amarei* [...]’ (LEITE, 2005a [1997], p.101).

Os estudos românicos mostram uma relação direta entre o *latim vulgar* e a fala do povo, isto já desde Diez e seu discípulo mais direto, Meyer-Lübke (1861-1934)³⁴, autores referidos por Moreira. Friedrich Diez, o sistematizador dos estudos da Filologia Românica, em sua *Grammatik der romanische Sprachen (Gramática das Línguas Românicas)*, publicada originalmente em 1836 (1º vol.), 1838 (2º vol.) e 1844 (3º vol.), a qual havia servido de base para todos os estudos posteriores em filologia românica, sugeriu que o *latim vulgar* era a língua falada pelo povo e levada às diversas regiões conquistadas pelos romanos. De fato, Diez (1874, p. 1 [1836])³⁵, já no primeiro parágrafo de sua gramática, apontava a filiação das chamadas línguas neolatinas, incluindo o português, a uma modalidade de latim, distanciada daquela empregada pelos escritores clássicos e mais próxima da modalidade falada pelas classes baixas, do povo. Embora seja longo, o trecho a seguir ilustra o que temos afirmado, pois, de acordo com Diez (1874 [1836]):

Seis línguas românicas chamam a nossa atenção, seja por sua originalidade gramatical, seja por sua importância literária: duas para o leste, o italiano e o valáquio, duas a sudoeste, o espanhol e o português, duas a noroeste, o provençal e o francês. Todas têm no latim a sua primeira e principal fonte, mas elas não se originaram do latim clássico, empregado pelos autores; são, como já foi dito muitas vezes e com razão, do dialeto popular dos romanos, que era usado ao lado do habitual latim clássico, e, é claro, da forma que tinha tomado este dialeto no último período do Império. Houve-se o cuidado de provar a existência deste dialeto popular, pelos testemunhos de sua própria antiguidade, mas a sua existência é um fato que tem tão pouca

³⁴ Meyer Lübke publicou a sua *Gramática das línguas românicas*, em 4 volumes, entre 1890 e 1902.

³⁵ A *Gramática das Línguas Românicas* de Diez será citada aqui pela edição francesa, de 1874.

necessidade de provas que preferiria ter o direito de pedir para provar o contrário, porque seria uma exceção à regra. Só devemos ter o cuidado de entender por linguagem popular outra coisa que não aquilo que temos entendido até aqui: o uso pelas classes mais baixas da linguagem comum, cujas características são uma pronúncia mais negligenciada, a tendência de se afastar das regras gramaticais, o uso de muitas expressões evitadas pelos escritores, certas frases, e certas construções especiais (DIEZ, 1874 [1836], p. 1).³⁶

Embora essa seja a ideia iniciada pelo fundador da moderna filologia românica, o já citado Meyer-Lübke (1914 [1901])³⁷ afirmará, não sem polêmica, que a discussão sobre a relação entre língua falada e língua escrita se estabelecerá em torno dos estudos do *latim vulgar*. Dirá ele que

Não se pode dizer com segurança que relação tem havido, nas diversas épocas, entre o latim escrito e o latim da conversação. Alguns investigadores isolados têm reduzido a um pequeno número as diferenças entre ambos os idiomas; outros, no entanto, incorrem no defeito contrário e aceitam duas línguas paralelas, a clássica e a vulgar. Entretanto, as opiniões sobre o que se entende por latim vulgar são muito diferentes, e deve ser pela força, uma vez que o conceito que se opõe de latim clássico não é de nenhuma maneira preciso, e tem sido criado não sem alguma arbitrariedade (MEYER-LÜBKE, 1914 [1901], p. 133).³⁸

³⁶Tradução de « Six langues romanes attirent notre attention, soit par leur originalité grammaticale, soit par leur importance littéraire : deux à l'est, l'italien et le valaque ; deux au sud-ouest, l'espagnol et le portugais ; deux au nord-ouest, le provençal et le français. Toutes ont dans le latin leur première et principale source ; mais ce n'est pas du latin classique employé par les auteurs qu'elles sont sorties, c'est, comme on l'a déjà dit souvent et avec raison, du dialecte populaire des Romains, qui était usité à côté du latin classique, et bien entendu, de la forme qu'avait prise ce dialecte dans les derniers temps de l'Empire. On a pris soin de prouver l'existence de ce dialecte populaire par les témoignages des anciens eux-mêmes ; mais son existence est un fait qui a si peu besoin de preuves qu'on aurait plutôt le droit d'en demander pour démontrer le contraire, car ce serait une exception à la règle. Seulement il faut se garder d'entendre par langue populaire autre chose que ce qu'on entend toujours par là, l'usage dans les basses classes de la langue commune, usage dont les caractères sont une prononciation plus négligée, la tendance à s'affranchir des règles grammaticales, l'emploi de nombreuses expressions évitées par les écrivains, certaines phrases, certaines constructions particulières (DIEZ, 1874 [1836], p. 1).

³⁷ A *Introdução ao estudo da linguística românica* de Meyer-Lübke será citada aqui pela edição espanhola de 1914. A primeira edição em alemão, intitulada *Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*, é de 1901.

³⁸ Traduzido de “[n]o puede decirse con seguridad qué relación haya habido, en las diversas épocas, entre el latín escrito y el de la conversación. Algunos investigadores aislados han reducido a un pequeño número las diferencias entre ambos idiomas; otros, en cambio, incurren en el defecto contrario y aceptan dos lenguas paralelas, la clásica y la vulgar. Ahora bien, las opiniones sobre lo que haya de entenderse por latín vulgar son muy distintas, y han de serlo por fuerza, dado que el concepto que se le opone de latín clásico no es en ninguna manera preciso, y ha sido creado no sin cierta arbitrariedad” (MEYER-LÜBKE, 1914 [1901], p. 133).

Grandgent, professor de línguas românicas da Universidade de Harvard, é exemplo de autor que pensava no sentido oposto ao de Diez³⁹ e em sua famosa *Introdução ao Latim Vulgar*, citada aqui a partir de sua edição espanhola, de 1952⁴⁰, dizia:

O que chamamos “latim vulgar” é a linguagem das classes médias tal como derivam do antigo latim clássico. Não é um tronco independente do latim arcaico: não continua o sistema vocálico primitivo, mas o clássico; nem é o dialeto dos bairros pobres ou dos campos: os gramáticos nos falam de não poucos vulgarismos urbanos e rústicos que não tenham sido perpetuados nas línguas românicas. É distinto da expressão da cultura esturdamente polida da sociedade culta, do dialeto descuidado dos camponeses e da gíria dos bairros pobres, apesar de todos os envolvidos (GRANDGENT, 1952, p. 20).⁴¹

De qualquer modo, independentemente da posição assumida pelos autores das duas correntes a respeito do tema, há, segundo Meyer-Lübke (1914), um consenso entre os autores em admitir que

Um abismo profundo separa o latim vulgar, tal como tem chegado a nós, de suas descendentes, as línguas românicas. Os testemunhos de gramáticos e retóricos, assim como as formas das inscrições e dos manuscritos, nos ensinam que no Império Romano não coincidiam a língua escrita e a língua falada; antes, ao contrário, esta mudava com mais rapidez do que aquela (MEYER-LÜBKE, 1914, p. 132).⁴²

Uma vez trazida à tona a polêmica existente em torno do assunto, é preciso reconhecer que Julio Moreira foi mais adepto das ideias de Diez e Meyer Lübke, para

³⁹ Para uma síntese da controvérsia, conferir o capítulo 1 “O que é latim vulgar” da obra *História do Latim Vulgar*, de Serafim da Silva Neto (2004 [1957]), que põe em confronto as ideias dos principais autores que trabalharam com este conceito.

⁴⁰ Essa obra teve sua primeira edição impressa em 1907, isto é, no mesmo ano da primeira edição de *Estudos da Língua Portuguesa – primeira série – Subsídios para o Syntaxe Histórica e Popular*, de Júlio Moreira.

⁴¹ Traduzido de “Lo que llamamos “latín vulgar” es el language de las clases medias tal como se deriva del antiguo latín clásico. No es un vástago independiente del latín arcaico: no continua el sistema vocálico primitivo, sino el clásico; ni es el dialecto de los barrios bajos o de los campos: los gramáticos nos hablan de no pocos vulgarismos urbanos y rústicos que no se han perpetuado en las lenguas románicas. Es distinto de la expresion estudialmente pulid de la sociedade culta, del dialecto descuidado de los campesinos y de la jerga de los barrios bajos, aunque de todo ello participa” (GRANDGENT, 1952, p. 20).

⁴² Traduzido de “Un abismo profundo separa al latín, tal como há llegado a nosotros, de sus descendentes las lenguas románicas. Los testimonios de gramáticos y retóricos, así como las formas de las inscripciones y de los manuscritos, nos enseñan que en el imperio romano no coincidían la lengua escrita y la hablada; antes al contrario, ésta cambiaba con más rapidez que aquélla” (MEYER-LÜBKE, 1914, p. 132).

quem, como vimos, as línguas românicas eram os estados atuais assumidos pela língua latina, anteriormente falada pelas classes baixas romanas. E isso poderá ser mostrado pela maneira como Moreira conceituou e exemplificou o que chamou de *sintaxe popular*.

Para confirmar tal afirmação, basta observarmos os comentários feitos por Moreira, a partir de uma espécie de prólogo que, segundo Vasconcellos (1913, p. XVIII)⁴³, ele deixou incompleto e em rascunho. É importante observar que, pelo fato de a obra ser póstuma, Leite de Vasconcelos, filólogo que a organizou, elabora um prefácio em que a apresenta, mesclando trechos desenvolvidos por Moreira com comentários próprios.

Julio Moreira, diz Vasconcellos (op. cit.), “dava grande importância à sintaxe popular” e essa servia “muito para o estudo da *sintaxe histórica do português*”. Dizia Moreira:

a sintaxe do povo, por si só, nos explica muitas das construções da língua literária, conservando-nos antigos aspectos do nosso idioma. Ao passo que o estudo da fonologia e morfologia da linguagem popular tem tido nestes últimos anos extraordinário incremento, devido aos esforços incansáveis de vários filólogos, sobre investigações sintáticas havia apenas ligeiras notas (MOREIRA, 1913, vol. II, p. XVIII, grifo nosso).

É possível notar, por meio dos exemplos que o autor apresenta e por meio dessa afirmação, sua preocupação com a *sintaxe popular*, justamente em uma época na qual se dava pouca atenção a esses estudos, uma vez que a atenção da maioria dos estudiosos recaía sobre a fonologia e a morfologia, como o próprio Moreira observou.

De acordo com Bouquet (2004), em *Introdução à Leitura de Saussure*, “de fato, a importância atribuída às entidades abstratas implica no objeto língua o fato sintático que os comparatistas tinham negligenciado a favor do fato lexicológico e do fato morfológico” (BOUQUET, 2004, p. 249, n. 41).

⁴³ LEITE DE VASCONCELOS, José. “Prefação”. In: MOREIRA, Julio. *Estudos da Língua Portuguesa* Vol. II Lisboa: Livraria Clássica, 1913, p. V a XX [Obra póstuma].

Convém ainda ressaltar que Bréal observa, em 1866, no prefácio da *Grammaire comparée* de Bopp (op. cit., p. LV) que “um primeiro ensaio de sintaxe comparativa foi tentado [...] em 1840 em dois artigos de M. Schweizer” e foi preciso esperar até 1855 para encontrar “um número maior de observações sobre a sintaxe comparativa [...] no livro de M. Adolphe Rénier: *Études sur les idiomes des Védas et le origines de la langue sanscrite*”.⁴⁴

Em relação ao universo português, a *sintaxe* havia sido objeto de estudo durante o período das gramáticas filosóficas, mas perdeu sua força para os estudos de inspiração histórico-comparativa.

Nota-se também, em relação ao trecho citado, que para Julio Moreira a *sintaxe do povo* (a língua falada) não é uma deturpação da linguagem literária, culta, mas sim uma variação na qual se encontram as raízes históricas da língua. Diz, Moreira:

Outro facto que me parece dever considerar-se como um vestígio de pronúncia arcaica é o seguinte. O povo de Lisboa pronuncia *todòdia* a expressão *todo o dia*, em vez de *todudia*, que é a pronúncia geral e ainda a da gente culta daquela cidade. Expliquei êste facto nas Questões de Linguagem, 1.^a série, como um exemplo da persistência da vogal aberta do artigo. Notarei que há muito tempo ouvira explicá-lo como resultando de uma analogia com *toda a noite*, que se profere *todanoite*. Já depois de eu haver tratado dêste assunto, me foi exposta a mesma explicação. Persisto no entanto em crer que não é aceitável êsse modo de justificar a pronúncia popular de Lisboa. Por isso mesmo que é popular, tem de ser espontânea, e não reflectida, como deveria ser se fosse analógica, pois que a analogia neste caso suporia um raciocínio complicado, uma proporção ou comparação, inadmissível no processo psicológico da analogia popular. Esta é a transferência de um facto gramatical de uma palavra para outra, devida, por assim dizer, a simples imitação, como quando uma criança diz *fazi* em lugar de *fiz*, por isso que os pretéritos de *comer*, *beber*, etc., são *comi*, *bebi* (MOREIRA, 1913, vol. II, p.102).

Então, por hipótese, Julio Moreira defende a tese da conservação, pela fala do povo (manifesta por meio da sua sintaxe), constituiria um fator de conservação de fases anteriores da língua.

Antes, porém, de darmos continuidade a esse aspecto do tratamento da sintaxe, com os exemplos extraídos da obra do autor, ou seja, a “sintaxe popular”, “sintaxe do

⁴⁴ Apud BOUQUET (2004, p. 249, n. 41).

povo”,⁴⁵ apresentaremos a definição moderna desse *nível de análise linguístico*,⁴⁶ isto é, do conceito moderno de *sintaxe*, seguido de um breve esboço histórico de seu estudo.

Como apresentaremos, em seguida, o conceito de *linguagem popular* para Julio Moreira, a partir de dados fragmentários, dispersos em sua obra, porque o autor não os definiu de forma explícita (o que, todavia, não signifique que não haja um conceito) será conveniente também apresentarmos o conceito de *norma linguística*, tal como vem sendo abordado nos atuais estudos linguísticos. O objetivo de estabelecermos essa relação será somente para demonstrar um contraponto com o conceito de *linguagem popular* e *norma popular*, pois sabemos que a conceituação moderna de *norma*, não é contemporânea ao autor por nós estudado, tampouco desenvolvida por ele.

2.1. Conceito moderno de *sintaxe*

Segundo Crystal (2000 [1980], p. 241), *sintaxe* é “termo tradicional para o estudo das regras que regem a maneira como as palavras **se combinam** para formar as sentenças de uma língua”. Já para DUBOIS *et alli* (2011 [1963], p. 559), “chama-se *sintaxe* a parte da gramática que descreve **as regras pelas quais se combinam** as unidades significativas em frases; a *sintaxe*, trata das funções, distingue-se tradicionalmente da morfologia [...]”. O que leva ao conceito de *sintaxe* definido por Lyons (1979, p. 139), segundo o qual “a *sintaxe* explica o processo pelo qual **as palavras se combinam para formar frases**”.

Para Borba (1998, p. 181), “a *sintaxe* trata das **relações que as unidades contraem no enunciado** (Grifo nosso). Seu ponto de partida é, então, a combinação de formas livres, que segue dois princípios fundamentais: a sucessão e a linearidade, ou seja, as unidades se sucedem umas após outras numa linha temporal”.

⁴⁵ Os termos aparecem como sinônimos.

⁴⁶ Entendemos, com Benveniste (2005, p. 127), que “a noção de nível parece-nos essencial na determinação do procedimento de análise. Só ela é própria para fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto de seus elementos; só ela pode fazer-nos na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo”.

Como é possível notar, em todas as definições de *sintaxe*, independentemente da corrente teórica seguida pelos autores, a noção de regras de relação e de combinação, ou a de relação adquirida entre unidades, se faz presente. Até onde notamos, não encontraremos de forma explícita nos trabalhos de Julio Moreira um conceito de *sintaxe* semelhante aos acima apresentados. Todavia, pela observação dos exemplos, dispersos ao longo da obra, é possível perceber traços dessa noção de regras de combinação, isto é, de relações de unidades, etc., que acompanha o conceito de *sintaxe* desde a tradição gramatical grega, e isso não é diferente em Moreira.

2.1.1 Estudo da *sintaxe*: um breve panorama histórico

Um panorama da história do tratamento da *sintaxe* ao longo dos séculos mostra que seu estudo, como um dos componentes da gramática de uma língua, remonta à Antiguidade grega, apesar de, segundo Borba (1979), em estudo sobre a teoria sintática, ser recente seu aparecimento como disciplina autônoma. De acordo com esse autor (*op. cit.*, p. 8), as primeiras discussões dialéticas sobre a linguagem feitas no Ocidente partiram da Grécia e podem ser encontradas nos diálogos *Crátilo* e *Teeteto*, de Platão.

Segundo o autor, No *Crátilo*, quando Sócrates expõe a Hermógenes a correspondência entre o som e a coisa, diz que as sílabas se reúnem para formar os “*onômata*” (nome) e os “*rhêmata*” (verbo), isto é, os sujeitos e os predicados com os quais se consegue “um belo e unitário conjunto semelhante ao retrato realizado pela pintura, quer dizer, o discurso” (*apud BORBA*, 1979, p. 8).

Ainda tratando dos diálogos platônicos, Borba (1979, p. 8) diz que, no *Teeteto*, Platão define o discurso (*lógos*) como ato de fazer perceptível o próprio pensamento, com a ajuda da voz, por meio de *onômata* e dos *rhêmata*. Borba também lembra que “Aristóteles sempre opõe *ônoma* a *rema*, porque, embora não desenvolva com precisão uma teoria das partes da oração, contrapõe aquelas que ele admite”. Já os estoicos (sécs.

IV e III a. C.), ainda segundo Borba, representam um passo à frente porque tentam montar uma teoria da oração quando definem predicado (*sýmbama*, “acidente” para eles) e seus tipos.

Neves (2011, p. 643) afirma que “é a Dionísio o Trácio que se atribui uma *Arte de gramática* (Téchne grammatiké), a primeira gramática do Ocidente, que foi editada pela primeira vez em 1715, e que representa a gramática alexandrina”.

Segundo Robins (1979),

a Téchne grammatike de Dionísio da Trácia tem quinze páginas e vinte e cinco seções, apresentando uma explicação sumária da estrutura do grego. Sua única deficiência importante é a omissão da parte da sintaxe, embora o sistema de classes de palavras e a análise morfológica que ali se expõem tenham constituído a base das formulações sintáticas posteriores (ROBINS, 1979, p. 24).

Ainda de acordo com Robins (op. cit.) “Apolonio Díscolo, que viveu em Alexandria no século II d.C., foi quem deu amplo tratamento à sintaxe. Escreveu grande número de livros, dos quais poucos chegaram até os nossos dias”. Para Robins, “apesar de [haver] escritos anteriores sobre sintaxe”, a obra de Díscolo “representou a primeira tentativa de elaboração de uma ampla teoria sintática aplicada sistematicamente ao grego” (idem, ibidem).

Conforme Neves (2011, p. 643), Apolônio Díscolo (séc. II d. C.) “da Escola de Pérgamo, deixou uma longa obra, mas a maior parte do que foi produzido não chegou até nós”. Ainda segundo a autora, as fontes do estudo da doutrina de Apolônio Díscolo que restaram são *Do pronome*, *Das conjunções*, *Dos adverbios* e ***Da sintaxe das partes do discurso***. Como se nota, foi esse o autor que incluiu a *sintaxe* como parte da gramática, tecendo comentários novos sobre as “partes da oração” e o encadeamento delas na frase. Desse modo, Díscolo já focaliza, portanto, as conexões entre os componentes oracionais, conforme observa Borba (1979, p. 9).

Também, Borba (*op. cit.*) afirma que Prisciano (gramático latino do séc. VI d. C.) faz ressurgir a gramática atribuída a Dionísio e a gramática de Díscolo⁴⁷, instituindo, portanto, uma ponte entre a Antiguidade e a Idade Média. Dos dezoito livros que escreveu, os dois últimos são dedicados à *sintaxe*. Kristeva (1969) enfatiza a importância histórica de Prisciano em relação à *sintaxe*, diz a autora:

A importância histórica de Prisciano consiste no facto de ele ter sido o primeiro na Europa a elaborar uma *sintaxe*. Esta concepção da *sintaxe*, exposta nos livros XVII e XVIII das suas *Institutiones*, inspira-se nas teorias lógicas dos Gregos e elabora-se segundo uma perspectiva lógica. Para Prisciano, a *sintaxe* estuda “a disposição que visa à obtenção de uma oração perfeita” (KRISTEVA, 1969, p. 148-149).

Ainda, segundo Borba (*op. cit.*), no “*Doctrinale*” de Alexandre de Villa-Dei (1175-1240), do ano de 1199, já se faz alusão às classes de orações (*constructio*).

Já Kristeva (1969)⁴⁸ esclarece que *Doctrinale puerorum* é uma gramática exemplar na medida em que se adapta o ensino gramatical às regras lógicas, e acentua dessa forma o caminho que, desde Prisciano até Port-Royal, irá consagrar a subordinação do estudo linguístico aos princípios lógicos. Para a autora, dentro dessa ótica lógica, é necessário que o gramático privilegie, no seu estudo, a descrição das relações entre os termos, ou seja, trata-se essencialmente da ordem das palavras e da forma das palavras. Kristeva afirma que a influência do *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu foi considerável até o século XVI.

Na avaliação de Robins (1979) “foram publicados vários manuais de gramática latina em verso, entre eles, o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu [...] contém 2.645 versos hexâmetros bastante toscos”. Afirma Robins:

Parece que o latim ensinado nas escolas em que se empregou esse manual estava mais próximo do latim usado como *língua franca* na vida culta medieval do que na linguagem dos autores clássicos descritos por Prisciano (ROBINS, 1979, p. 56).

⁴⁷ Neves (2011, p. 643), por sua vez, afirma que Prisciano “comprovadamente usou Apolônio Discolo como modelo”.

⁴⁸ Kristeva (1969, p. 162).

Passando dos estudos da Antiguidade para os da Idade Média, encontraremos o seguinte panorama.

Segundo Beccari, (2007, p. 3) a *Grammatica Speculativa* de Thomas de Erfurt (ca. 1300), escrita na Alta Idade Média, é a gramática mais representativa desse período e “proporciona ao leitor moderno a observação não somente das características próprias do gênero a que pertencem as gramáticas filosóficas, mas também um exemplo do trabalho de T[homas de] E[rfurt] comparado aos desenvolvimentos que o antecederam” (BECCARI, 2007, p. 3). Já Robins (1980) reportando-se a Bursill-Hall (1972), informa:

a concentração atual da atenção em sintaxe como ponto de crescimento na investigação teórica e análise da linguagem está de acordo com o ponto de vista de um escritor do século XIII, cujo estudo da sintaxe está no cerne de sua gramática (Thurot 1868: 213: ‘stadium grammaticorum praecipue circa constructionem versatur’), e com os cuidados tomados por esses gramáticos como Thomas de Erfurt para expor uma teoria abrangente da estrutura das frases e análise sintática (BURSILL-HALL 1972: 272-321 *apud* ROBINS 1980, p. 3-4).

Por esses e por outros motivos, Thomas de Erfurt é um autor que não pode ser esquecido quanto ao desenvolvimento da *sintaxe*, no final da Idade Média.

Sánchez, gramático espanhol do século XVI, colocava a oração como objeto central da gramática, segundo nos atesta sua mais importante obra, a *Minerva*.⁴⁹ É o que podemos extrair de uma das definições dessa sua obra: “mas o discurso ou a sintaxe é a finalidade da gramática” (*Minerva*, 1587, I, 2).⁵⁰ Não há dúvidas de que Sánchez foi, dentre os gramáticos da Renascença, o que mais ênfase deu ao estudo da sintaxe. De acordo com ele, “sendo o discurso a finalidade [de estudo] da gramática, requer-se uma investigação a partir dele [do discurso]; de modo que não há nada que, por meio do discurso, não possamos enunciar” (idem).⁵¹ Não é por acaso que Benveniste (2005), mesmo sendo representante dos estudos linguísticos modernos e no contexto dos

⁴⁹ Cf. *Minerva seu de causis linguae latinae – 1587* (Borba, 1979, p. 9)

⁵⁰ Apud Fávero (1996, p. 100). Tradução de: “Sed oratio sive syntaxis est finis grammaticae”.

⁵¹ Tradução de: “Cum igitur Oratio sit Finis Grammatici, excutiamus, ex quibus haec oratio possit constitui, ita ut nihil sit, quod per orationem non possimus enunciare” (*Minerva*, I, 1789, p. 13).

estudos enunciativos da segunda metade do século XX, fará um decalque, com alguma variação, dessa referida fórmula clássica, afirmando que é na comunicação viva, “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*” (BENVENISTE, 2005 [1976], p. 140).⁵²

Breva-Claramonte (1983, p. 202), estudioso do gramático espanhol, assevera que Sanctius, como um sujeito típico da Renascença, afirmava que o homem, enquanto animal racional, tem que projetar a linguagem de modo reflexivo e lógico; conseqüentemente, diz o autor, a linguagem para Sanctius deriva da natureza, na medida em que flui a partir da razão do homem. Os nomes não poderiam ter sido impostos às coisas de acordo com uma convenção arbitrária (como defendido por aqueles que dizem que a ordem do universo e a sua concepção surgiram acidentalmente), mas somente após a reflexão, a deliberação ter tido lugar (*adhibito consilio*) (BREVA-CLARAMONTE, 1983).⁵³

A gramática de *Port-Royal* (1660) enfoca a oração do ponto de vista lógico e psicológico. É, segundo Borba (1979), o nascimento da *Sintaxe Psicológica*.⁵⁴ O autor refere-se ainda aos gramáticos franceses do século XVIII (tal como Beauzée) que viam a língua como um sistema lógico e analítico; por isso davam lugar de relevo à Sintaxe (Lógica e Psicológica) e procuravam, segundo ele, construir uma gramática geral ou ciência dos princípios inalteráveis da língua falada e escrita, tal como aparece em toda língua particular.

⁵² Tradução: “*Nada existe na língua, que não tenha existido primeiro na oração*”.

⁵³ Conforme o original: “Sanctius – like a typical Renaissance man – claims that man, as a reasoning animal, has to engineer language with deliberation and logic; consequently, language derives from nature in that it flows from man’s reason. Names could not have been imposed on things according to an arbitrary convention (as advanced by those who say that order of the universe and its design arose accidentally) but only after deliberation has taken place (*adhibito consilio*)” (BREVA-CLARAMONTE, 1983, p. 202).

⁵⁴ Para Borba (1979, p. 19) “os estudos sintáticos praticamente se desenvolveram a partir das discussões sobre a dependência ou não da gramática em relação às disciplinas filosóficas – Lógica e Psicologia – cujos limites nem sempre é fácil de estabelecer”. É, portanto, o que ele entende como Sintaxe Psicológica ou mesmo como a abordagem tradicional dos estudos da sintaxe.

Por esse panorama, nota-se que o estudo da sintaxe foi de fundamental importância, pelo menos, até o Renascimento; época em que esse estudo serviu de base para o que passou a ser desenvolvido posteriormente, principalmente no século XVII e XVIII, no âmbito das chamadas gramáticas racionalistas e filosóficas de influência francesa. O que não ocorrerá no século XIX.

Como no século XIX o estudo da *sintaxe* foi pouco explorado porque os estudos da época tinham foco em fonética e morfologia,⁵⁵ os estudos de Moreira, têm grande importância, especialmente no que diz respeito à *sintaxe popular*. Há, todavia, um autor bastante citado por ele e que é seu contemporâneo, Epifânio Dias⁵⁶ (1841-1916), que publicou duas gramáticas no final do século XIX: a *Grammatica Practica da Lingua Portuguesa* (1870) e a *Grammatica Portuguesa Elementar* (1881 [1876]), ambas voltadas para o ensino elementar. Na primeira obra, Epifânio define sintaxe do seguinte modo:

O discurso é constituído por orações. O complexo de regras sobre ***o modo de combinar*** as palavras que hão-de exprimir as ideias que teem de entrar n'uma oração e sobre ***o modo de combinar as orações*** constitue a *Syntaxe* (DIAS, 1870, p. 96, grifos nossos).

Na segunda, Epifânio diz que “a syntaxe ensina a combinar as palavras que hão-de exprimir as ideias que têm de entrar em uma oração, e ***a combinar as orações entre***

⁵⁵ Os Neogramáticos começam a mudar esse cenário. De acordo com Paixão de Sousa (2008 e 2012), citada aqui a partir de minhas anotações de aulas, muitas das ideias da linguística moderna têm início com esse movimento, que ficou conhecido por constituir uma “revolução” nos estudos da linguagem. De acordo com essa pesquisadora, mesmo as concepções saussurianas são, em boa parte, frutos de tais discussões. Paixão de Sousa (2008) afirma que um breve confronto entre os termos encontrados no *Curso de Linguística Geral* (1917) – analogia, regularidade, mudança – imagem sonora, ou mesmo as dicotomias – língua falada/ língua escrita – com o mais importante manual neogramático da época, os *Princípios Fundamentais da História da Língua* (1880), de Hermann Paul (1846-1921), mostram essas relações. De nossa parte, no que diz respeito ao tratamento da sintaxe, podemos afirmar que Paul (1983[1880]) na referida obra, dedica todo o capítulo VI, intitulado “Fundamentos sintáticos da língua”, ao seu estudo. Segundo Paul (op. cit., p. 131) “§ 85. Toda actividade da fala consiste na construção de orações”.

⁵⁶ Vejamos, como exemplo, os seguintes trechos em que o filólogo portuense faz referência elogiosa ao mais importante sintaticista português: “Na excelente GRAMMATICA PORTUGUESA ELEMENTAR de Epifânio Dias, mencionam-se, para exprimir, os seguintes sufixos...” (MOREIRA, 1913, p. 165); “o notável filólogo Sr. Epiphanyo dias, no seu excelente tratado de syntaxe (GRAMMATICA PORTUGUESA ELEMENTAR, § 156, b), dá outra explicação para a construção d'estes verbos...” (MOREIRA, 1922, p. 132).

si para formarem o discurso” (DIAS, 1881 [1876], p. 81).⁵⁷ Esses trechos são importantes porque mostram o retorno do tratamento dado à sintaxe no final do século XIX por autores portugueses e porque também tais gramáticas serviram de referência a Julio Moreira, que as citam com frequência em sua obra.

No próximo item, procuraremos demonstrar como o autor registrou certas referências ao *uso* e à *norma* (ainda que não usasse esses termos), principalmente de certas orações e expressões populares do português europeu de sua época (final do século XIX e início do XX), e, como contraponto, mostraremos como a linguística moderna teoricamente vem tratando do conceito de *norma*, *uso* e *norma popular*.

2.2. O emprego de expressões relativas ao conceito de *norma* e *uso* em Moreira

A obra de Moreira (*Estudos de Língua Portuguesa*, vol. I e II) não apresenta os conceitos de *norma* e *uso*, assim como também não apresenta, explicitamente, outros conceitos como os de *linguagem popular*, *sintaxe popular* dentre outros. Não há em nenhuma passagem de sua obra expressões definidoras do tipo: *linguagem popular* é X; *sintaxe popular* é Y. A justificativa para essa falta de definição é explicada pelo próprio Julio Moreira, quando diz na *Advertência* à obra: “considerações que teríamos de fazer como introdução a estes ESTUDOS, reservámo-las para quando houverdes dado á estampa maior copia dos nossos materiaes de syntaxe histórica e popular” (MOREIRA, 1907 [1922] vol. I, advertencia), o que não ocorreu devido ao falecimento do autor, em 1911.

⁵⁷ *Grammatica Portuguesa Elementar*, 1881, 4ª ed, revista. A 1ª edição desta obra, segundo informa Tavares (1948), é de 1876. Sobre essa mesma gramática é importante ressaltar que, com exceção das já citadas, também, foram publicadas as seguintes edições: 3ª ed. 1879 e 7ª ed. 1888 (cf. TAVARES, 1948, p. 365).

Entretanto, mesmo não havendo uma definição expressamente declarada, encontraremos o emprego de certos termos e expressões perifrásticas relativas aos conceitos de *norma* e *uso*.

2.2.1 Expressões relacionadas ao conceito de *norma*:

Para o conceito de *norma*, Moreira utilizava expressões como a seguinte: “Sabe-se que as grammaticas ensinam que o verbo *haver*, na significação de *existir*, é empregado impessoalmente, sempre no singular” (MOREIRA, 1922, [1907], p. 67).

Ou ainda estas outras:

[...] a falta de respectiva demonstração e a circumstancia de aparecem, ainda nos mais esmerados escritores, devidas a descuido, construcções errôneas em que o verbo *haver* ocorre no plural, tem levado muitos outros a supôr que taes construcções representam a melhor syntaxe, aquella que devem preferir, sendo ainda arrastados a essa conclusão pela analogia (idem, ibidem, p. 67).

[...]

Fica pois reconhecido que não há razão para a concordância do verbo com o substantivo que o acompanha, visto não ser este o seu sujeito; mas é frequente encontrar-se essa concordância na linguagem popular e familiar, e ainda, como acima dissemos, em escritores menos cautelosos, bem como uma ou outra vez certamente por lapso, nos mais primorosos prosadores” (idem, ibidem, p. 69).

[...]

Dizer ou escrever *crime de lesa-patriotismo* ou de *lesa-sentimento*, é, pois, commetter uma incorrecção de linguagem, um erro de syntaxe. O que uma rigorosa analogia ensina é a construcção *leso-patriotismo*, *leso-sentimento*, com o adjectivo *leso* a concordar om o substantivo *patriotismo* ou *sentimento* (idem, ibidem, p. 73).

[...]

A linguagem culta segue rigorosamente esta norma, e só por grande descuido se explicarão actualmente formulas como *amiamo-lo*, que nós encontramos em uma **grammatica portuguesa**, em lugar de *ama-lo-hiamos* (idem, ibidem, p. 94).

Pelos exemplos acima, podemos dizer que, aliado ao carácter descritivo da obra do autor há, também, um forte viés prescritivo-normativo, em que Moreira, restringindo alguns usos, ao abordar certas construções, assinala-as como *erradas*, *incorreção de linguagem*, *erro de syntaxe*, *não há razão para tal*. O exemplo sobre a concordância do verbo *haver* como impessoal é paradigmático. Como uma das explicações para “tal

erro”, o autor apresentou a *analogia*, que, conforme vimos no capítulo *um* dessa dissertação, é um dos termos que merecem destaque em seus estudos, porque é por meio dela que se explicará muitas das mudanças linguísticas.

2.2.2 Expressões relacionadas ao conceito de *uso*:

Já para o conceito de *uso*, Moreira utilizava expressões como: “Este uso deveria ter uma certa extensão, e d’elle ficaram ainda vestígios no fallar do povo [...]” (MOREIRA, 1922 [1907] vol. I, p. 8).⁵⁸ Ou de que “A linguagem popular emprega geralmente os numeraes cardinaes da lingua culta...” (MOREIRA, 1922 [1907] vol. I, p. 9). E mesmo de que “Na própria lingua litteraria o seu uso [dos numerais ordinais] tende a restringir-se, sendo quase desusados os que derivam números que designam centenas [...]” (idem, p. 16).

Como o foco de seu trabalho era também a língua do povo”, dirá que “O povo emprega em geral os mesmos pronomes demonstrativos que a língua culta [...]” (idem, ibidem, p. 49). Na comparação dos usos do português europeu em relação aos usos do português brasileiro, Moreira também disse “Ao contrario, nas orações que não são negativas e com as quaes em Portugal se usa o imperativo, apparece na linguagem popular do Brasil o conjunctivo...” (idem, ibidem, p. 97). O mesmo ocorreria com a explicação da expressão “a gente”, em que dizia: “A expressão a gente é de uso constante na linguagem familiar e popular como sujeito indeterminado (idem, ibidem). A fórmula “usa-se”, com sujeito indeterminado, para marcar o uso difundido de uma certa expressão, também era empregada: “Usa-se muito, desde antigos tempos, a frase ‘ter *de seu*’, com a significação de *possuir*” (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 4). Do mesmo modo, Moreira usava as expressões “é frequente encontrar-se” e “tal construção é corrente”, como no seguinte excerto:

⁵⁸ Todos os sublinhados nos excertos são nossos.

É hoje freqüente encontrar-se regida da preposição *de* a expressão que designa quando uma coisa excede a outra ou difere desta. Isto sucede principalmente em tratados de matemática, mais ou menos baseados em livros escritos em francês, língua em que tal construção é corrente; e tende por isso a generalizar-se no falar da gente culta, ao passo que a linguagem popular segue prática diversa, a tradicional do nosso idioma. Assim, dizem, por exemplo: “aumentar ou diminuir o número *de* duas unidades”; “este número excede aquele *de* duas dezenas”; etc. A nossa construção regular, correcta, assenta na sintaxe latina, que empregava para exprimir esta relação um ablativo sem preposição [...]” (idem, ibidem, p. 46).

Com tais fórmulas introdutórias, conforme apresentadas em cada um dos exemplos – *emprega, usa, é frequente encontrar* –, é possível dizer que, para o filólogo, havia a clareza de que o *emprego*, o *costume* e o *uso*, forjavam novas formas, novos modelos de expressão, novos meios de expressão, independentemente, se estivessem em consonância com a prescrição das *normas gramaticais*, embora Moreira, repita-se, não apresentasse qualquer conceito ou definição do termo *uso linguístico*.

Para estabelecermos um contraponto, passemos, agora, à apresentação do modo como a linguística moderna vem tratando teoricamente do conceito de *norma, uso e norma popular*.

2.3. Norma linguística segundo Eugenio Coseriu

Eugenio Coseriu, linguista romeno, no capítulo “Sistema, Norma e Fala” de sua obra *Teoria da linguagem e linguística geral* (1979), em que fez recensão crítica aos diversos linguistas que abordaram a dicotomia saussuriana *langue* (sistema) e *parole* (fala), propôs um modelo tripartido do esquema, ampliando, assim, a dicotomia de Saussure. Para Coseriu, no lugar da dicotomia, o ideal seria um modelo tripartite, pois, entre o sistema e a fala, segundo ele, haveria a **norma**, o que Leite (1998) mais tarde denominou *filtro social*.

A mesma pesquisadora (LEITE, 2005, p. 188), registra que a noção de *norma* já havia sido introduzida na linguística por Hjelmslev desde 1943. Na introdução de “Sistema, Norma e Fala”, Coseriu (1979) fez referência a um trabalho de Hjelmslev.⁵⁹ Esse trabalho foi exposto em uma conferência no ano de 1951, quando “os autores apresentaram sua posição resumida num quadro em que aparece a distinção de três aspectos na linguagem – **esquema, norma estabelecida e parole (fala)**” (COSERIU, 1979, p. 13). Coseriu, contudo, na década de 50, elaborou uma teoria nova. Os conceitos de *norma* e *sistema* são elaborados por Coseriu (1979) com base no que ele denominou de *falar concreto*, levando em conta, por meio da retrospecção, as relações entre os atos linguísticos considerados e seus modelos. Isso quer dizer que, para Coseriu, os atos linguísticos são, ao mesmo tempo, criações inéditas (acontecimentos) e atos de “re-criação” que se estruturam na base de modelos já elaborados e que os superam, de alguma forma (Coseriu, 1979, p. 72).

Esses modelos aparecem cristalizados em uma “língua anterior”. Assim, em certo momento, as estruturas, os acontecimentos linguísticos são apenas normais (já esperados) e, portanto, tradicionais numa comunidade; compõem, então, a **norma**. É só num segundo momento que, dessa norma, se extraem elementos considerados essenciais, formando oposições funcionais, que comporão o **sistema**. A concepção de Coseriu é representada, da seguinte maneira, através de quadrados concêntricos:

(Esquema retirado de COSERIU, 1979, p. 72)

⁵⁹ Feito em parceria com Lotz.

O exterior, A-B-C-D, representa o que Coseriu chamou de **atos linguísticos concretos**; o intermediário a-b-c-d representa a **norma**, ou seja, a repetição de modelos anteriores no falar, excluindo-se o inédito, o ocasional, e o interior, a'-b'-c'-d', corresponde ao **sistema**, com exclusão, na norma, do que não é indispensável, funcional. Assim diz o linguista romeno:

Sobre a base do próprio falar concreto, única realidade investigável da linguagem, devem ser elaborados, a nosso ver, os conceitos de **norma** e **sistema** [...]. Ou seja, o falante utiliza, para a expressão de suas intuições inéditas, modelos, formas ideais que encontra no que chamamos “língua anterior” (sistema precedente de atos linguísticos) [...]. Num primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos de **norma**; mas num plano de abstração mais alto, depreende-se delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais: o que chamamos **sistema** (COSERIU, 1979, p. 71-2, grifos do autor).

Para Coseriu, o **sistema** aparece não tanto como um conjunto de “imposições”, mas como um “conjunto de liberdades”, na medida em que o sistema teria um caráter “consultivo”, proporcionando aos sujeitos meios para sua expressão inédita e, ao mesmo tempo, compreensível aos usuários do mesmo sistema. É o que se depreende da seguinte afirmação:

O **sistema** é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode ser considerado como conjunto de “imposições”, mas também, e talvez melhor, como **conjunto de liberdades**, pois que admite infinitas realizações e só exige que não afetem as condições funcionais do instrumento linguístico: mais que “imperativa”, sua índole é consultiva. [...] Poderíamos dizer, pois, que, mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema (COSERIU, 1979, p. 74).

O que, de fato, segundo Coseriu, se impõe ao sujeito é a **norma**; dada a sua configuração, é ela que restringe as possibilidades que o sistema oferece: são imposições socioculturais. Nota-se que o modelo teórico de Coseriu difere do modelo tradicional de norma. Cabe lembrar o que diz Coseriu a respeito disso:

Esclarecemos, ademais, que não se trata da **norma** no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração

subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade. Ao comprovar a norma a que nos referimos, comprova-se **como se diz** e não se indica **como se deve dizer**: os conceitos que, com respeito a ela, se opõem são **normal e anormal**, e não **correto e incorreto**. O fato de que as duas normas possam coincidir não nos interessa aqui; cabe, porém, assinalar que muitas vezes não coincidem, dado que a “norma normal” se adianta à “norma correta”, é sempre anterior à sua própria codificação (COSERIU, 1979, p. 69).

Os atuais estudos do conceito de *norma* tomam por base as ideias do linguista romeno. Leite (1998), que refletiu sobre os conceitos de *norma* e *uso*, fez menção aos atuais estudos de Rey e de Aléong para definição de *norma* linguística. Vejamos o que disse a autora sobre o assunto:

Segundo Rey (1972), há a *norma* do falar objetivo, da língua efetivamente realizada nos diversos grupos sociais, chamada *norma objetiva*, segundo a qual entendemos que cada grupo social tem a sua própria *norma* e que, conseqüentemente, há tantas *normas* quantos grupos houver. [...] Ainda podemos falar sobre a *norma* segundo a perspectiva sócio-antropológica, adotada por Aléong (1983). Segundo esse ponto de vista, há uma *norma explícita*, codificada e divulgada por um aparelho de referência, integrado pela escola, gramáticas e dicionários. Há, ainda, as *normas implícitas* que são próprias de cada grupo social e, na medida do possível, tão mutáveis quanto estes (LEITE, 1998, p. 180-1, grifos da autora).

Isso para dizer que esses aspectos são importantes e devem ser considerados para a melhor compreensão do problema.

Uma vez exposto o conceito de *norma*, mesmo que em linhas gerais, segue abaixo o conceito de *norma popular*. O objetivo é tentar compreender as aproximações entre os exemplos de formas populares e correspondentes formas cultas, que são apresentadas por Moreira.

2.3.1 O conceito de *norma popular*

Leite (2005b, p. 197), em estudo sobre a norma culta e popular, refletiu se deveríamos nos indagar se seria pertinente a “qualificação da norma” como *norma culta* e *norma popular*. Nesse exercício reflexivo, a autora perguntou se existiria mesmo essa

oposição; segundo ela (op. cit., p. 198), “poderíamos dizer que *somente em termos* esses conceitos são aceitáveis, porque os próprios conceitos do que seja culto e popular são de difícil fixação”. Para Leite, quanto à língua, tem-se que, em geral, nas sociedades letradas, o que se configura na tradição é o que ficou registrado nos “instrumentos linguísticos” como prática prestigiosa da língua, tomado assim como um parâmetro para o “julgamento” de todos os enunciados linguísticos, falados e escritos. Observe-se:

Desse modo, todos os enunciados que estiverem mais próximos da tradição são considerados “cultos”, e todos os que dela se distanciarem são considerados menos cultos ou “populares”. Isso dá origem à dicotomia norma culta/ norma popular (LEITE, 2005b, p. 198).

Diante desse quadro, Leite (op. cit.) conclui que, em primeiro lugar, pessoa alguma praticará uma língua exclusivamente culta ou popular, e que, em segundo, há, no entanto, o que se pode qualificar como *uso normal* para o grupo de falantes que conhece mais a tradição, e um *uso normal* para o grupo dos falantes que conhece menos a tradição. Para finalizar, segundo ela, esse é o fato que cria as diferenças – uso culto *versus* uso popular – e hierarquiza os falantes, socialmente.

2.4. Relações entre *sintaxe histórica* e *sintaxe popular* – a tese do conservadorismo na fala do povo

A partir desse item, passaremos a analisar os exemplos que retiramos da obra de Julio Moreira para confirmar nossa hipótese inicial: a *de que esse autor defendia a tese da conservação do idioma, pela fala do povo*. Mais precisamente, parece-nos que, no entendimento de Moreira, era *pela sintaxe do povo que se podiam entrever as fases anteriores da língua*. O trecho a seguir demonstra isso; vejamos:

Modernamente⁶⁰ a expressão escrita *senão* apenas se emprega depois de uma negação, mas antigamente usava-se também fora dêsse caso, com o sentido de *excepto* como se vê no seguinte exemplo de Gil Vicente, vol. III, p. 122-123:

⁶⁰ O termo “modernamente” aqui empregado pelo autor relaciona-se ao uso linguístico do final do século XIX e início do XX da variante europeia da língua portuguesa.

Commendo-me eu logo ó Demo,
S'eu mais lavro nem pontada;
Já tenho a vida cansada
De jazer sempre d'hum cabo.
Todas folgão e eu não
Todas vem e todas vão
Onde querem, *senão* eu

A linguagem popular diria hoje “*menos eu*”.

No entanto parece que no falar do Brasil aquela palavra tem ainda hoje o emprego que lhe encontramos no português antigo. A pag. 17 do livro Fabordão [de 1910], do ilustre escritor brasileiro Dr. João Ribeiro, em um estudo acêrca de Nietzsche lê-se o seguinte: [...] Todos os amigos, *senão* um, lhe fugiram (MOREIRA, 1913, vol II, p. 40).

A observação do filólogo português, como se nota acima, chama a atenção para o emprego de *senão* em duas situações distintas, embora com o mesmo sentido de *exceto*: em uma, a expressão é empregada após uma negação, que Moreira, referindo-se a sua época, diz ser de *uso* moderno. A segunda situação também exprime o sentido de *exceto*, porém sem o emprego antecipado de uma negação. Além disso, Moreira faz referência ao emprego do *senão* na variante brasileira, ao que ele denomina “falar” do Brasil, ou ao que podemos chamar hoje de Português Brasileiro⁶¹. Ao ressaltar o fato de que “*no falar do Brasil aquela palavra tem ainda hoje o emprego que lhe encontramos no português antigo*” o autor leva a entender que o português brasileiro, de algum modo, é conservador. É importante observar ainda que, no caso do Brasil, Moreira (*op. cit.*) não está afirmando que o emprego seja de uso popular, como no caso do Português Europeu, uma vez que a referência é retirada de João Ribeiro, que é citado como escritor, portanto como um usuário culto da língua. Tal hipótese é reforçada se ainda levarmos em consideração a lógica argumentativa do filólogo portuense, que introduziu essa informação acerca do “falar do Brasil” por meio do conector “no entanto”, com valor expressamente adversativo em relação à oração anterior, na qual faz referência ao uso popular português.

⁶¹ Podemos encontrar a expressão “português brasileiro” também empregada pelo autor, ao menos, em uma passagem de *Estudos de Língua Portuguesa Vol. I*, quando ele estudou o conservadorismo do verbo *fazer* na significação de *considerar, ter na conta de*, em que diz o seguinte: “O verbo *fazer*, na significação de *considerar, ter na conta de*, tem no português brasileiro a mesma syntaxe [com o uso da preposição *de*]” (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 149).

Sobre a primeira situação comentada pelo filólogo referente ao item *senão*, empregado após uma negação, é importante registrar que as gramáticas contemporâneas do português publicadas no Brasil, tais como a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali [s/d], e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (2004), por exemplo, também registraram esse uso de *senão* no sentido de *expressão exceptiva*. Sobre isso Said Ali (s/d, p. 215) afirmou:

Nas frases exceptivas expressas pela forma negativa, em que se interpõe o verbo entre *não* e *senão* ou entre *não* e *mais que*, vindo em seguida um nome que sirva de sujeito, o verbo vai para o singular ou para o plural, de acordo com este termo:

Não *escapou* *senão uma criança*.

Não *escaparam* *senão tres meninos*.

Do antigo templo *não apparecem* mais que as *columnas* (SAID ALI, s/d, p. 215).

É importante ressaltar que o filólogo brasileiro Said Ali (1861-1953) era contemporâneo de Julio Moreira (1854-1911) e conhecia sua obra, e ao estudar a concordância verbal recorreu ao que disse o filólogo português, conforme podemos notar na passagem seguinte. Em *Difficuldades da Língua Portuguesa* (1908, p. 134), Said Ali afirma:

Tem alguns attribuido o *é-se*, o *está-se* á influencia do *on* francez; mas o engano salta logo aos olhos, mal nos acuda á mente este reflexão: é o povo, e não os escriptores, quem mais usa daqueles modos de dizer; ora o povo de Portugal nada ou quasi nada sabe da França e sua língua. Será, pois, quando muito, um caso de vulgarismo ou plebeismo... Portuguez, calcado sobre locuções congêneres do falar pátrio (SAID ALI, 1908, p. 134).

O autor completa este estudo com a seguinte nota em que cita trechos de *Estudos da Língua Portuguesa*, de Julio Moreira:

Está-se a tratar os leitões que estaban com tinhó (apud Julio Moreira, Estudos da língua portuguesa p. 42) é um pensamento que o rustico não identificaria com *Estão-se a tratar...* Elle quer dizer que ‘alguém’ está tratando, ao passo que só empregaria o segundo modo (verbo plural) no sentido reflexo” (SAID ALI, 1908, p. 134).

O exemplo aqui referido é relevante para nossa análise porque mostra que essa concordância e esse sentido indeterminado não são novidades brasileiras, antes, já eram

empregados em Portugal pela fala do povo, e conservados, também, no português brasileiro.

Voltando ao emprego da expressão *senão*, já Bechara (2004, p. 564), no item 17 sobre “**A concordância com a expressão *não* (*nunca*)... *senão***”, diz que

O verbo concorda com o sujeito que se interpõe na expressão exceptiva *não... senão* (*ou mais que*):
“Ao aparecer o dia, por quanto os olhos podiam separar não se viam *senão* cadáveres” [AH.2, 117).

Esses exemplos servem para demonstrar que o *uso* ainda parece ser corrente na língua portuguesa tanto na variedade brasileira como na europeia. Quanto à segunda situação de emprego, que o sentido de *exceto* também exprime, mas sem o *uso* antecipado de uma negação, Julio Moreira o considera antigo, porque é encontrado na obra de Gil Vicente, a quem o filólogo se refere no exemplo.

Como sabemos, Gil Vicente é um autor que se encontra marcadamente num período de transição histórico da língua e da literatura portuguesa: o *Humanismo*. Massaud Moisés (2006, p. 43) afirma que Gil Vicente, “servindo-se de ponte de trânsito, traço de união, entre a Idade Média e a Renascença, fixou em suas peças o momento em que as duas formas de cultura se defrontavam, uma, para terminar (ou melhor, para diminuir seu influxo e domínio), a outra, para começar”.

Entretanto, a linguagem empregada no teatro vicentino mostra os traços característicos do falar medieval, era natural que assim o fosse.⁶² Talvez seja por isso que Massaud Moisés (*op. cit.*, p. 44) chama a atenção para o duplo caráter das peças do dramaturgo humanista português, pois, segundo ele, o teatro de Gil Vicente “é um teatro que tem, na exata medida do tempo, olhos voltados para trás, contemplando o mundo

⁶² Os documentos mais antigos que atestam o uso da língua portuguesa, segundo Martins (2007), são de 1175, a autora afirma que “O português escrito é observável a partir da segunda metade do século XII sendo os mais antigos textos que o atestam a Notícia de Fiadores de Paio Soares Romeu, a anotação de despesas de Pedro Parada, e o Pacto entre Gomes Pais e Ramiro Pais, o primeiro datado de 1175, os dois últimos não datados mas presumivelmente próximos de 1175” (MARTINS, 2005, p. 161-162). Sabe-se, todavia, que esses documentos indicam, conseqüentemente, o seu uso oral, que é quase inevitavelmente anterior ao seu uso escrito.

que morria (e a que Gil Vicente pertencia por ideologia e formação [...]). “Morria”, inclusive no aspecto linguístico, podemos acrescentar, mas que Gil Vicente mantinha, conforme comprova a reprodução que fez do registro popular da língua, característica essencial de sua obra, a valorização do popular.

Essa última característica apresentada por Moreira culmina na tese do conservadorismo do Português Brasileiro, que será mais bem apresentada no item seguinte.

2.5 A reflexão sobre o conservadorismo no Português do Brasil a partir de exemplos e comentários de Julio Moreira

Pelo que demonstramos até aqui, é possível afirmar que, para Julio Moreira, o Português Brasileiro, comparado ao Português Europeu, é mais conservador.

Para comprovar a tese de que a expressão antiga “senão” encontrava-se empregada do mesmo modo no Português do Brasil, o autor apresentou o seguinte exemplo “Todos os amigos, *senão* um, lhe fugiram” (João RIBEIRO *apud* MOREIRA, 1913, p. 40).

O exemplo é retirado de uma obra de João Ribeiro intitulada *Fabordão*, de 1910. Nesse contexto, Moreira faz menção ao autor brasileiro não como gramático, mas como escritor, o que é compreensível porque Moreira utilizou uma abonação literária para o uso da expressão *senão* e, tem lógica ser de 1910, o que mostra que bem para a frente o uso existe. Havia o uso da expressão *senão* em Portugal em séculos anteriores, exemplo disso encontramos na *Grammatica portugueza: 3º anno*⁶³ de 1889, em que Ribeiro fazia referência metalinguística ao uso de “*senão*” e o dava como usado abundantemente no século XVI por João de Barros (1496-1562?). Assim dizia o gramático brasileiro:

⁶³ Cf. RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889. 329p. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Joao_3ed_1889/paginas_iniciais.pdf&mn=gramatica10menu.php

“**Senão** tinha a equivalência de *excepto*: Sossobrou o esquife e todos se salvarão, *senão* eles (II, VIII, 6)” (RIBEIRO, 1889, p. 261).

Para melhor esclarecimento do aspecto conservador do Português do Brasil mencionado pelo filólogo português, reproduziremos o exemplo para tecer outros comentários:

Modernamente a expressão escrita *senão* apenas se emprega depois de uma negação, mas antigamente usava-se também fora dêsse caso [...]. A linguagem popular diria hoje “menos eu”. No entanto parece que no falar do Brasil aquela palavra tem ainda hoje o emprego que lhe encontramos no português antigo (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 40).

A opinião de outros estudiosos do Português do Brasil, tal como Serafim da Silva Neto (SILVA NETO, 1988), vai ao encontro da de Julio Moreira. Silva Neto (*op. cit.*) afirmava que a nossa variedade do português seria mais conservadora, (de feição quinhentista) do que a europeia. A tese do conservadorismo, conforme entende Serafim da Silva Neto (1986), parte de outra questão desenvolvida por ele: que é a que aborda o tema da *transplantação do português* (SILVA NETO, 1976).⁶⁴

No capítulo “*A expansão da língua: o português do Brasil*”, Silva Neto (1976)⁶⁵ **define, desenvolve e ilustra o conceito** de *línguas transplantadas*. Assim dizia Silva Neto (1976): “No Brasil [...] recebemos uma língua já feita, já em franco florescimento literário, que se transplantou durante os séculos da colonização” (SILVA NETO, 1976, p. 259). Para o autor, as línguas transplantadas oferecem precioso campo de observação a todos os que estudam os problemas relativos aos contatos de línguas, conforme se lê no seguinte trecho:

Em tal sentido, a América, a Ásia, a África e a Oceania constituem laboratórios onde a nossa observação se detém, em busca de fatos concretos que possam esclarecer-nos certas situações do **remoto passado**. Assim, até

⁶⁴ Ainda sobre a *transplantação do português*, ver também esclarecedor artigo de Leodegário Amarante de AZEVEDO FILHO (2004). *Transplante da Língua Portuguesa para o Brasil*, cujo link de acesso é este: <http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero2/10.htm>.

⁶⁵ O autor desenvolve o conceito de línguas transplantadas na obra *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa* (1976, p. 246, 248, ss.).

certo ponto, se invertem os papéis e o conhecimento do presente ilumina o passado (SILVA NETO, 1976, p. 248, grifo nosso).

Decorre dessa afirmação que, para Silva Neto (1986), as línguas transplantadas, como é o caso do Português do Brasil, mantêm traços arcaizantes, devido a certas tendências de uniformização, tal como ocorreu com o latim regional em relação ao latim da Itália (SILVA NETO, 1976, p. 249). Dessa forma, conforme defendia Silva Neto (1986, p.178), “no Brasil guardamos o modo antigo [da língua]”. A título de exemplificação, ele aponta que

o português antigo fazia uso dos partitivos. Dizia-se: “Tomaram do pam para dallo aa Boca” (Fáb. de Esopo, ed. de Leite de Vasconcelos, pág. 41), como em latim “ultrum iusti essent qui sacrificarent de animalibus” (Santo Agostinho apud Rönsch, *Itala* und Vulgata, pág. 396). A nossa linguagem familiar e regional guarda o emprego (SILVA NETO, 1986, p. 178).

A exemplificação em Silva Neto (*op. cit.*) é farta, no entanto, apresentaremos apenas mais um exemplo, como o seguinte: “A palavra *sereno*, com o sentido de orvalho, comum na linguagem brasileira, e desconhecida à portuguesa hodierna, deve ser antiga, pois também ocorre no malaio-português”.

Sendo assim, os dois autores, tanto Moreira quanto Silva Neto têm concepções aproximadas a respeito das raízes históricas do português de que há traços arcaicos e quinhentistas na língua. Esses traços arcaicos e quinhentistas estão presentes tanto no português na variante popular europeia, em relação a Julio Moreira, como no português brasileiro, no caso de Serafim da Silva Neto.

A tese do conservadorismo foi defendida e divulgada por Silva Neto, mas já existia antes. João Ribeiro, antes de Silva Neto, (pelo menos em 1939)⁶⁶, disse isso na gramática. Ressaltamos tal informação porque Moreira e Ribeiro eram contemporâneos e se citavam.

⁶⁶ A tese do conservadorismo, em João Ribeiro, pode ter sido apresentada desde o final do séc. XIX, entretanto, após consultarmos algumas edições anteriores de sua gramática, não encontramos maiores evidências quanto a isso.

2.5.1 Sobre o uso do artigo definido “a”

Neste item, analisaremos o uso do artigo definido “a” estudado por Moreira, para demonstrar que esse uso era comum no português arcaico e, conforme afirma o filólogo, diferente de sua época, isto é, no final do século XIX e início do século XX. Sobre isso o autor afirmava:

Actualmente, tanto na lingua litteraria como na popular, a palavra *um* na expressão *um e outro* não é precedida do artigo, ao contrario que succede em francês (*l'un et l'autre*).

Todavia no português arcaico encontram-se exemplos em que apparece com artigo, como se vê no seguinte passo de uma lei de D. Affonso III (anno de 1261):

“primeiramente estabeleceo nosso senhor el-Rei aos rricos homens que non voom a cas del-Rei senon por duas cousas *a huma* he se elRey mandar por eles e a outra he se ouverem que endereçar em cas del Rey” [...] (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 7).

O autor cita um outro exemplo desse uso do artigo definido “a” com um texto de Sá de Miranda e observa, a partir dele, que ficaram ainda “vestígios do fallar do povo e no familiar, na expressão “á uma – e á outra”, conforme reproduzido no excerto abaixo, seguido dos comentários do autor:

Fica-se porem julgando
Entre *a ãa* e outra sorte,
Se dais vida dando a morte
Que fareis a vida dando?

Este uso deveria ter uma certa extensão, e d'elle ficaram ainda vestígios no fallar do povo e no familiar, na expressão *á uma – e á outra*, com o sentido de: *por uma parte – e por outra*, por um lado – e por outro [...] (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 8).

Ao se referir ao artigo definido, Moreira (*op. cit.*) faz um comentário sobre a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), contestando o argumento desse autor, que, ao estudar a origem do artigo definido, afirmou que sua origem não era o pronome latino “ille”. O filólogo português neste aspecto afirmava que:

Na *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, em um dos **Annexos** publicados no fim do livro ainda na setima edição se pretende sustentar que a origem do nosso artigo definido não é o pronome latino *ille*, como a comparação com as demais línguas românicas basta para mostrar, mas sim outro demonstrativo no ablativo, *hoc, hac*. Como aquella grammatica é bastante lida, principalmente no Brasil, achamos conveniente tratar aqui

d'este facto para que tal erro não continue a propagar-se (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 8-9, n.2).

Enquanto Moreira defendia a ideia de que o português mantém traços arcaicos da língua, Júlio Ribeiro, por sua vez, mantinha a posição de ruptura em relação às gramáticas portuguesas. Mais especificamente, a obra de Ribeiro foi uma reação à teoria gramatical filosófica e não à gramática portuguesa propriamente dita. Entretanto, é certo que o gramático começou a levar para sua obra gramatical, ora aceitando, ora rejeitando, os usos do português do Brasil. De acordo com Leite (2005) Julio Ribeiro é o primeiro a gramatizar o português do Brasil: “A *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, foi o primeiro compêndio que se ocupou em *gramatizar* a variante brasileira do português”. Além disso, “Ribeiro foi o primeiro gramático a registrar marcas da *hiperlíngua* brasileira” (LEITE apud VIDAL NETO, 2010, p. 9).

2.5.2 O sujeito “gente”

Julio Moreira trata do uso do sujeito “gente” no “falar do povo” e no “familiar” em substituição ao pronome “nós”, isto é, o emprego de *a gente*, de valor pronominal, na função de sujeito e também faz referência ao uso da palavra *gente* no Brasil. Diz o autor:

Ocorre com frequencia no fallar do povo e ainda no familiar a palavra *gente* precedida do artigo e empregada como sujeito da oração, equivalendo ao pronome *nós*. Assim dizem: *a gente vae*, por *nós vamos*; [...] Às vezes nestas expressões tem-se em vista uma certa indeterminação do sujeito, como nas orações passivas formadas com o pronome *se*, correspondendo, portanto, o substantivo *gente* ao pronome *on* do francês. Nota-se isso, por exemplo, na seguinte frase: “quanto mais a gente trabalha, menos aproveita”, isto é, “quanto mais se trabalha, menos se aproveita” (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 70).

Em estudos sobre o discurso oral culto, Leite (2005a [1997]), faz referência a esse exemplo de Moreira justamente para confirmar que esse emprego, no Brasil, é

usado tanto na fala popular e familiar tanto no discurso oral culto / ou na fala culta. A autora afirma:

Moreira (1906: 343, 349 e 356) trata de um uso comum ao registro popular e familiar do português europeu, que é o emprego da expressão *a gente*, de valor pronominal, na função de sujeito. A explicação do filólogo para esse uso é que, correspondentemente ao francês **on**, o português usa *a gente*, e outras expressões, quando se tem em vista uma certa indeterminação do sujeito. Além disso, assinala que, como o substantivo *gente* é coletivo, a concordância verbal pode acontecer no singular ou no plural, se houver alguma distância entre o substantivo e o verbo. Somente para confirmar o uso anterior da expressão na língua, o autor traz exemplos de Camões (embora esteja estudando sintaxe popular) (LEITE, 2005a, p. 109).

Isso mostra que a expressão “a gente” não é inovação brasileira, uma vez que se encontra também registrada na linguagem popular e familiar da variante europeia do português, conforme mostram os estudos do filólogo português.

No exemplo seguinte de “a gente”, Moreira traz uma observação sobre o uso que essa palavra, à época, tinha no Brasil. Esse substantivo, segundo o autor, era usado com o significado de *família*. O filólogo ressalta:

Notaremos que a palavra *gente* se emprega no Brasil com a significação de *família*, como se vê no seguinte trecho extrahido do romance ESAÚ e JACOB do escritor brasileiro Machado de Assis: “a *gente* Baptista conheceu a *gente* Santos em não sei que fazenda [...]” (MOREIRA, 1922 [1907] vol. I, p. 71).

Entretanto, Leite (2005a), verificou que:

No Português do Brasil, verificamos que o uso da expressão *a gente* não se restringe mais à fala popular ou familiar, mas já tem posição assegurada no discurso oral culto. É claro que essa expressão convive com a primitiva, *nós*, à qual é correspondente. Verificamos, porém, que a ocorrência de *a gente* já é muito significativa nesse registro (LEITE, 2005a).

Podemos observar pelos exemplos apresentados por Moreira, que tinha como objetivo o estudo da sintaxe popular portuguesa, e os estudos de Leite, sobre o discurso oral culto ou na fala culta, que o Português do Brasil é conservador por manter aspectos

linguísticos da época antiga e clássica, e que, segundo Leite (2005a), estão em desuso em Portugal.

No próximo item, passaremos à análise das ideias de Julio Moreira desenvolvidas sobre as orações relativas.

2.6 Orações relativas: a sintaxe popular do português d'aquém e d'além-mar

Julio Moreira (1922), ao tratar das **orações relativas** em que o relativo deveria ser precedido de uma preposição, notou que a forma popular portuguesa omitia frequentemente essa preposição, que depois era empregada com um pronome pessoal, “para exprimir a mesma relação, no meio ou no fim da frase”. Sobre isso afirmava Moreira:

Ouvem-se a cada passo construções como: “O homem *que* eu fui *com elle*”, em lugar de “o homem *com quem* eu fui”; o navio *que* ella veio *nelle*” em vez de “o navio *em que* ella veio”; “as pessoas *que* elle tem confiança *nellas*”, por “as pessoas *em quem* elle tem confiança”; “o menino *que* eu *lhe* dei um livro”, em lugar de “o menino *a quem* eu dei um livro”. Neste ultimo exemplo, desapareceu a preposição, porque a relação que ella exprimia está representada pelo caso do pronome (MOREIRA, 1922, [1907], vol. II, p. 44).

O excerto acima nos deixa entrever que a preocupação com esse tipo de construção sintática do português, as orações relativas, não é algo que motivou apenas as pesquisas contemporâneas. Moreira, anos antes, também dedicou importante atenção a elas. Entretanto, não apenas as bases teóricas e metodológicas são diferentes entre Moreira e esses autores “modernos”, como também as conclusões a que chegamos, a partir de cada pesquisa, são divergentes.

Um dos argumentos dos autores da linguística moderna, tal como o linguista brasileiro Fernando Tarallo, é de que o português brasileiro tem se afastado do de Portugal. Para demonstrar sua tese, Tarallo se valeu de dados a respeito do emprego das

orações relativas no Brasil. Entretanto, Moreira demonstrou que tal fenômeno também era característico do português europeu no final do século XIX.

Fernando Tarallo, em estudos dos anos 80 e 90 do século XX, mostrou a existência de três variantes da oração relativa no português brasileiro: “a relativa padrão”; “a relativa com pronome resumptivo ou simplesmente pronome-lembrete” e a “relativa cortadora”. Assim diz o autor:

No uso moderno brasileiro há três estratégias típicas de relativização. O primeiro tipo é, ao menos na superfície, idêntico às relativas encontradas na norma padrão. [...] (3) Tem as que (*e*) não estão nem aí, não é? (SP81-1-J-292) [...] O segundo tipo de estratégia de relativização não apresenta lacuna. Ao contrário, a posição da lacuna é preenchida por uma forma pronominal correferente com o sintagma nominal cabeça da relativa. A sentença (4) é um exemplo de tal tipo que é rotulada de estratégia do pronome lembrete. (4) Você acredita que um dia teve uma mulher *que ela* queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone? (SP81-J-293) [...] O terceiro tipo de estratégia de relativização ocorre quando o sintagma nominal relativizado é objeto de preposição. Neste tipo, a partir de agora rotulado de relativa cortadora, tanto a preposição governante quanto o sintagma relativizado estão ausentes, isto é, trata-se também neste caso de uma relativa com lacuna. A sentença (6) ilustra tal estratégia na posição de objeto indireto. (6) E uma pessoa *que* essas besteiras que a gente fica se preocupando (*com*) (*e*), ela não fica esquentando a cabeça. (SP81-2-6-129) (TARALLO, 1993, p. 85-86).

Tarallo (1983, 1985, 1993, 1996)⁶⁷ sustentava a hipótese de que o Português do Brasil estava se afastando do Português Europeu devido a questões sintáticas como essas, conforme atestam os trechos que seguem:

As quatro mudanças sintáticas já atestadas na literatura sociolinguística brasileira são exibidas de tal forma a reforçar o ponto de que a variedade da

⁶⁷ Cf. (1) *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, 1983; (2) *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985; (3) *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português d'Aquém e d'Além-mar ao Final do Século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 69-105; (4) *Turning Different at the Turn of the Century: 19th Century Brazilian Portuguese*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1996, p. 199-220. Convém ainda mencionar que o primeiro estudo linguístico sobre o assunto no Brasil, cf (1), em que, numa combinação teórica, o autor associou pressupostos da Sociolinguística Variacionista à Teoria Gerativista de Princípios e Parâmetros, (Tarallo e Kato, 1989), refere-se à tese de doutorado de Tarallo (1983), que a denominou Sociolinguística Paramétrica. Esse trabalho foi retomado, posteriormente, por ele a partir de exemplos, gráficos e tabelas em vários outros trabalhos, tais como: os que ilustraram as lições apresentadas em seu pequeno manual introdutório sobre *A pesquisa sociolinguística*, em 1985; depois, em ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, cujos primeiros dois primeiros capítulos (póstumos) são de Tarallo. Neles, o linguista denomina a *relativa padrão* por esse mesmo nome ou de “relativa com *piedpiping*”; a *relativa cortadora* também recebe esse mesmo nome, e a *relativa copiadora*, ele a denomina como “relativa com pronome resumptivo” ou “relativa com pronome lembrete”.

língua portuguesa utilizada no Brasil tem desenvolvido um número significativo de recursos sintáticos que diferem do sistema europeu (TARALLO, 1996, p. 200).⁶⁸

O argumento de Tarallo, basicamente, era o de que enquanto o Português do Brasil realizava com maior frequência a “relativa cortadora” e a “relativa com pronome-lembrete” (esta, segundo o linguista, verificada em outras línguas românicas, e surgida no português do Brasil no século XIX), o Português europeu tendia para a manutenção da “relativa padrão”. A “relativa cortadora” era, segundo o linguista, a estratégia inovadora do português do Brasil, enquanto a relativa com “pronome-lembrete” ocorria, mas numa proporção menor do que aquela. O gráfico (1) abaixo, retirado de Tarallo (1985, p. 61), ilustra bem esse argumento do linguista:

(Gráfico 1 retirado de Tarallo, 1985, p. 61)

Analisando o uso dessas três variantes em gêneros distintos e, portanto, em situações contextuais diferentes, Tarallo (op. cit., p. 59) notou que a “variante com *pronome-lembrete* provou ser a forma estigmatizada pela comunidade”. Já a *variante*

⁶⁸ Traduzido de “The four syntactic changes already attested in the Brazilian sociolinguistic literature are displayed in such a way as to reinforce the point that the Portuguese language variety used in Brazil has developed a significant number of syntactic features that differ from the European system” (TARALLO, 1996, p. 200).

cortadora “demonstrou gozar do prestígio sociolinguístico da comunidade”. No entanto, comparando os diversos gêneros de mídia, veremos que ainda há neles o predomínio da “*relativa padrão*”, mas, se os compararmos com a *modalidade falada da língua*, que é mais espontânea do ponto de vista da realização por parte do falante, notaremos que as estratégias de uso da “*relativa cortadora*” é muito maior. O gráfico (2) abaixo, retirado de Tarallo (1993, p. 89), demonstra a percentagem do uso das três estratégias de relativização, comparado à retenção pronominal em orações através do tempo:

(Gráfico 2 retirado de Tarallo, 1993, p. 89)

A tabela (1) seguinte mostra a frequência de uso das 3 estratégias de relativização em 4 períodos de tempo, que é a mesma representada no gráfico acima: I = cerca de 1725; II = cerca de 1770; III = cerca de 1825 e IV = cerca de 1880. Como é possível notar em ambas, a partir do 4º período de tempo, ou seja, a partir de 1880, há no PB um crescimento de 59,5% da estratégia de uso da relativa cortadora (representada na tabela 1 por PP = *chopping*); enquanto que a relativa com “pronome-lembrete” (RP = *resumptive pronoun*), segundo os dados e a interpretação de Tarallo (1993), mantinha uma estratégia baixa de uso:

	I	II	III	IV
PDP	99(89.2%)	89(88.1%)	73(91.3%)	63(35.4%)
RP	11(9.9%)	8(7.9%)	1(1.3%)	9(5.1%)
PP	1(0.9%)	4(4.0%)	6(7.5%)	106(59.5%)

Key: PDP = piedpiping, RP = resumptive pronoun PP = PP-chopping

(Tabela 1, retirado de Tarallo, 1993, p. 224).

Em resumo, Tarallo afirmava que no final do século XIX já havia claras diferenças estruturais entre a gramática brasileira e a gramática portuguesa. Por isso, seu principal objetivo era delinear algumas bases linguísticas em torno das quais se centrava toda a discussão na virada do século, isto é: esboçar a emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, segundo ele, mostrava a “evidência cabal de que os dois sistemas continuam a distanciar-se um do outro” (TARALLO, 1993, p. 70).⁶⁹

Sabemos que os autores dos estudos gramaticais no Brasil também têm dado bastante atenção ao fenômeno das relativas. Bechara (2004), por exemplo, denomina esse “que” como *relativo universal*:

Frequentes vezes a linguagem coloquial e a popular despem o relativo de qualquer função sintática, tomando-o por simples elemento transpositor oracional. A função que deveria ser exercida pelo relativo vem mais adiante expressa por substantivo ou pronome. A este relativo chamamos *universal*:

O homem QUE eu falei COM ELE⁷⁰

em vez de :

O homem COM QUEM (ou COM QUE) eu falei.

A amizade é coisa QUE nem sempre sabemos SEU SIGNIFICADO

em vez de:

A amizade é coisa CUJO SIGNIFICADO nem sempre sabemos.

Embora a língua padrão recomende o correto emprego dos relativos, o relativo universal se torna, no falar despreocupado, um “elemento linguístico extremamente prático” [KN. 1, 330] (BECHARA, 2004, p. 491-2).

Já Neves (2002, p. 381) afirma que “frequentemente, a preposição é omitida antes de pronome relativo objeto indireto, especialmente a preposição de, e especialmente com o verbo gostar”. O exemplo apresentado pela linguista é o seguinte: “Tomei banho, fiz a barba, coloquei a roupa * **QUE** eu mais gostava, camisa preta e calça jeans (OMT)”.

⁶⁹ Sobre estas questões, conferir também os argumentos encontrados nos trabalhos de Galves (1987, 1989), que foram reunidos em GALVES, C. (Org.) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁷⁰ Nota-se que esse exemplo é muito parecido com o que Julio Moreira apresenta, conforme transcrevemos acima: “O homem *que* eu fui *com ele*”, em lugar de “o homem *com quem* eu fui”.

A autora exemplifica ainda outra situação em que a preposição é apagada: “Se você não faz o * **QUE** gosta, não é feliz, não tem condições de fazer o outro feliz (FSP)” (NEVES, 2000, p. 381). Essa supressão, ela afirma, ocorre quase categoricamente quando o antecedente é o “pronome demonstrativo ‘o’”. Neves oferece outros exemplos, todos retirados da imprensa escrita brasileira, tais como jornais e revistas. No caso específico desse exemplo, para atender à “relativa padrão”, observamos que o usuário deveria afirmar: “Se você não faz aquilo de que gosta, não é feliz, não tem condições de fazer o outro feliz”. De acordo com o que Neves (*op. cit.*) mostra, por meio dos exemplos que apresenta, é que em construções desse tipo, ainda, há variação, embora menos usada na fala corrente, culta e popular no português brasileiro.

A despeito do que as pesquisas sobre as relativas no Português do Brasil vêm demonstrando nos últimos 20 anos, conforme demosmos acima, os exemplos de Julio Moreira (1922), em contrariedade, evidenciam que essa tendência também já existia na “construção da linguagem popular” em Portugal, no final do século XIX e início do XX; isto é, também havia em Portugal a realização do que Tarallo denominou “relativa com pronome-lembrere” e “relativa cortadora”, tais como os apresentados.

Isso demonstra que esse não é um caso particular do português do Brasil, tal como se vinha afirmando nas últimas décadas na literatura linguística sobre o problema. Para abonar o que aqui afirmamos, estudos recentes realizados em Portugal sobre o português Europeu, a respeito do mesmo fenômeno, demonstraram que essa tendência vem-se concretizando também no português Europeu contemporâneo, tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita, embora com menor incidência sobre esta.

Alexandre (2000) centrou sua análise nas orações relativas restritivas “que em Português e noutras línguas, são formadas por uma estratégia alternativa – a

resumptiva⁷¹, àquela que é classificada de canônica” (ALEXANDRE, 2000, p. 14). Ainda, segundo Alexandre (p. 58) “a estratégia resumptiva é um processo de relativização alternativo aos anteriores⁷², sentido pelos falantes do Português Europeu como o mais marcado”. Apesar disso, segundo a autora, alguns linguistas, como Peres & Mória (1995) assinalam que “(...) há que reconhecer que, na linguagem oral dos nossos dias, mesmo nos estratos mais escolarizados, [as relativas resumptivas] atingem um grau de frequência muito elevado, como já tinham verificado vários gramáticos do passado recente (...)”. Alexandre (2000, p. 60) ainda afirma que

a partir dos dados apresentados, é notório que há, em PE, três estratégias de relativização. **Uma canônica**, ou seja, descrita e prescrita pelas gramáticas da língua portuguesa, sendo portanto considerada a estratégia gramatical. **As outras duas (cortadora e resumptiva) são recursos marginais que os falantes têm ao seu dispor e que, por isso, usam essencialmente na oralidade, embora também sejam atestadas na escrita** (Grifo nosso).

Alguns dos dados apresentados pela autora (*op. cit.*, p. 63) para, por exemplo, as estratégias de realização das relativas no Português Europeu com pronome-lembrete (resumptiva) são os seguintes:

- (1) Temos lá, no meu ano, rapazes_i [CP que [SU eles]_i parecem atrasados mentais], quer dizer, não ...
(ex., Anexo I, 1. (12))
- (2) Não sou... eu não, sou antiga! Sou antiga, então, há certas coisas_i [CP que não [OD as]_i compreendo e as_i acho bem]. Então? Então?
(ex., Anexo I, 1. (19))
- (3) Existem aqueles morros aqueles_i [CP que eles [OI lhes]_i chamam morros] e que nós cá chamaríamos ...
(ex., Anexo I, 1. (32))

Alexandre (*op. cit.* p. 171-206) também apresenta dados sobre a realização das relativas com estratégia *cortadora* no Português Europeu. De acordo com Alexandre

⁷¹ Conforme vimos, *Pronome-lembrete* na denominação de Tarallo (1983, 1985, 1993, 1996).

⁷² Isto é, as de estratégia *Cortadora* e *Padrão*, denominadas pela autora de **PP-Chopping** e **Canônicas**, respectivamente.

(2000, p. 172) os exemplos são extraídos do “*Corpus de Referência do Português Contemporâneo – Oral*” (CRPC, 2010).⁷³

- (125) Filmes [CP [P Ø] que eu gosto mais] são... que envolvam um pouco de mistério ...
(cód.: 7065579 834-04-I00)
[CP [PP [P de] que] ... t_i ...]
(127) ... houve três pontos fundamentais [CP [P Ø] que eu gostei]. Era a bacteriologia ...
(cód.: 7238559 159-15-D00)
[CP [PP [P de] que] ... t_i ...]
(193) ... as últimas pares de calças que eu fiz foi na semana [CP [P Ø] que a minha filha casou].
(cód.: 15173158 446-08-A00)
[CP [PP [P em] que] ... t_i ...]
(1) O que fica de fora é [PP [P Ø] o que] os indivíduos querem escapar.¹⁶³
[CP [PP [P a] o que]... t_i ...] (aquilo a que)

Fazendo um balanço do que foi discutido até o momento, é possível notar, pelos exemplos apresentados tanto anteriormente por Julio Moreira (1922) sobre o “português popular”, quanto os apresentados por Alexandre (2000) sobre os *corpora oral e escrito* do Português Europeu, que essa tendência da estratégia resumptiva, e, semelhantemente, da estratégia com a relativa cortadora vêm se concretizando também na modalidade falada e escrita da variedade europeia do português. Isso nos leva a concluir que não são, portanto, uma marca exclusiva da variedade brasileira (PB), conforme argumentou Tarallo, mas antes são um fenômeno da Língua Portuguesa.

Então, levando em consideração o que diz Coseriu (1979, p. 71-2) sobre o conceito de **norma**, isto é, de que, para a expressão de suas intuições inéditas, “o falante utiliza modelos, formas ideais que encontra no que chamamos ‘língua anterior’ (sistema precedente de atos linguísticos)” e de que “num primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade”, podemos afirmar

⁷³ Embora Alexandre não especifique, o CRPC (versão 2.0 2010) é, de acordo com o site do Centro de linguística da Universidade de Lisboa, “um vasto corpus eletrónico da variedade europeia do Português”. Ainda de acordo com o site, “contendo 311,4 milhões de palavras, este corpus abrange diferentes tipos de textos escritos (literário, jornalístico, técnico, etc.) e de registros orais (formal e informal)”. Disponível em: www.clul.ul.pt/recursos/183-crpc#constitution. Acesso em: 03 mar. 2014.

que a conceituação de Julio Moreira para a **sintaxe popular** é bastante atual. É atual na medida em que, como procuramos demonstrar, para ele, a *língua popular*, estruturada numa *sintaxe popular*, encontrada “na boca do povo”, mantém traços do português arcaico, isto é, da língua antiga, e que, muitas vezes, como demonstram os exemplos apresentados pelo autor, e citados ao longo desse capítulo, pode remontar à sua fase mais distante: a origem latina. Ressalta-se mais uma vez que, nesse sentido, ***para Moreira, a língua popular não é simples deturpação do português culto***. É, antes, a conservação de estruturas linguísticas “tradicionais na comunidade”, como visto aqui no sentido coseriano moderno de norma.

Convém ainda ressaltar, conforme já afirmamos, que, para Julio Moreira o Português do Brasil é conservador tal como é a *linguagem popular* em Portugal, por manter certas estruturas sintáticas típicas de períodos anteriores da língua. Sobre isso são interessantes as conclusões a que o próprio Moreira (1913, vol. II) chegou, apresentadas, postumamente, como apêndice aos seus *Estudos da Língua Portuguesa, Vol II*, em um trabalho que deixou incompleto, intitulado pelo editor como “*Um estudo sobre o falar português do Brasil*”⁷⁴. Embora o autor só tivesse tido tempo de redigir o início de sua introdução, deixou claro seu ponto de vista sobre a questão aqui discutida, nos seguintes termos:

A linguagem do Brasil, se abstrairmos de algumas particularidades de pronúncia [e de vocabulário]⁷⁵, pouco difere da que se usa em Portugal. A popular oferece-nos divergências sintáticas que a linguagem culta procura com razão evitar.[...] É certo que algumas das divergências sintáticas a que me referi, *representam modos de dizer de uma fase antiga do nosso idioma, ou do seu período clássico*. No entanto, desde que velhas fórmulas ou construções se perderam para uma língua em determinado lugar do qual essa língua procede, sendo completamente substituídas por outras, não há razão para que outros países a que essa língua foi transmitida insistam em conservá-las e pretendam impô-las à literatura de que esse idioma é instrumento (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 342-343, grifos nossos).

⁷⁴ Em nota, Vasconcelos (1913), editor do texto, afirma que Julio Moreira várias vezes referiu-lhe o plano de realizar este trabalho: “Júlio Moreira várias vezes se me referiu ao plano deste trabalho. Infelizmente não chegou a organizar senão o começo da Introdução, aqui publicado agora [...]” (p. 339).

⁷⁵ Os colchetes são de Leite de Vasconcelos.

Como vemos, ainda que reconheça o conservadorismo do Português Brasileiro, não significa com isso que o autor o veja sem algumas ressalvas, que neste caso segue a ideologia própria de quem defende que a variante brasileira não deva se afastar da europeia, uma vez que dela se originou. Em resumo, podemos entender o raciocínio do autor do seguinte modo. O conservadorismo existe na variante brasileira e na modalidade popular da variante europeia, entretanto, a língua na variante europeia “evoluiu”, mudou, adquiriu novas “fórmulas”, com novas construções, que deveriam ser seguidas pelos falantes brasileiros. Na perspectiva de Leite (2005a), em casos como esse, há um problema de *norma*, que leva a atitudes linguísticas tal como a do filólogo português.

Em síntese, é possível verificar até o momento três pontos importantes em relação ao autor e sua obra aqui estudados: 1º. pelos exemplos apresentados, e conforme já ressaltamos anteriormente, para Julio Moreira, a *sintaxe do povo* não é uma (VARIEDADE) deturpação da linguagem literária, da linguagem culta, mas sim uma variação na qual encontramos as raízes históricas da língua, por isso é conservadora; 2º o autor é um dos primeiros a abordar o assunto *sintaxe popular* em Língua Portuguesa, em um período em que a ênfase dos estudiosos estava voltada para a fonologia e para a morfologia, embora a *sintaxe* estivesse contemplada pela gramática filosófica; e em 3º, ainda que com propósitos diferentes dos estudos atuais, Moreira foi um autor que teve como foco de suas investigações os estudos da língua falada. Nota-se essa sua ênfase em relação aos estudos de língua falada nos dizeres de Leite de Vasconcelos no prefácio que escreveu da obra póstuma do autor:

Estes artigos, que saíram em folhas diárias, em revistas, etc., e de alguns dos quaes se fizeram separatas, tem, com poucas excepções, breve extensão, destinados como foram pela maior parte, desde o princípio, a vulgarizar a Glotologia⁷⁶ em jornaes populares; muitos d’eles revelam porém grande

⁷⁶ Esse termo foi introduzido em Portugal por Francisco Adolfo Coelho em (1881?) que assim o definia: “A *linguística*, ou *glottica* ou *glottologia*, a que também se chamou *philologia comparada*, é o estudo

agudeza de observação, e assinalam numerosos fenómenos do falar quotidiano, nos quaes só um investigador delicado repara; e todos estão escritos em estilo fluente, que torna agradável a leitura (VASCONCELOS, 1913, vol. II, p. X-XII).

Um vez apresentados e discutidos os principais aspectos desse capítulo, passaremos ao seguinte, em que será apresentado o *horizonte de prospecção* referente à obra de Julio Moreira.

scientifico das línguas. A glottologia (empregaremos de preferencia esta denominação) não tem por fim o estudo pratico das linguas para as fallar ou escrever, nem o estudo das linguas como meio para o estudo das litteraturas: a glottologia estuda as linguas por elas mesmas. A glottologia é porém uma sciencia histórica, como a philologia, e não uma sciencia natural. A linguagem não é um produto natural, mas sim um produto social, como o direito, a religião, a arte” (COELHO, (1881?), p. 3). Já na 2ª edição de 1887, emendada e aumentada, o autor assim a definia: “*Glottologia* é a sciencia que tem por objecto a expressão do pensamento por meio de signaes e especialmente por meio de movimentos acústicos (glottica); a glottologia em sentido estricto é por isso a sciencia da linguagem propriamente dicta” (COELHO, 1887, p.10). Na 1ª edição não há nenhuma referência explícita de que seria de 1881, porém inferimos que seja esta a data, segundo dados da Biblioteca Nacional de Portugal, na informação catalográfica que oferece da obra.

Capítulo 3

Horizonte de Prospecção: receptividade crítica à obra de Julio Moreira

INTRODUÇÃO

Este capítulo está voltado para a descrição e análise dos comentários dos principais autores que fizeram parte do *horizonte de prospecção* do autor português. Primeiramente, apresentaremos o conceito de *horizonte de prospecção*, segundo Auroux (1992); em seguida passaremos à relação dos autores, à descrição e à análise dos comentários, dos julgamentos feitos por eles sobre a obra de Júlio Gonçalves Moreira.

Segundo Auroux (1992) “todo conhecimento é uma realidade histórica; [...] porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um *horizonte de retrospecção*, assim como um *horizonte de projeção*. [...] Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (AUROUX, 1992, p. 11-12). Conforme Auroux, não se pode pensar o passado sem considerar o futuro, ou seja, simultaneamente temos na produção do conhecimento um diálogo entre o passado e o presente, o *horizonte de retrospecção*, e um diálogo do presente com o futuro, o *horizonte de prospecção*. Nesse sentido, uma obra e um autor sempre sofrem a repercussão de outras obras e autores do passado sobre eles (horizonte de retrospecção); e eles mesmos, depois, irão repercutir nas obras e autores posteriores a eles (horizonte de prospecção).

A partir da noção dessa última categoria analítica, esse capítulo tem por finalidade examinar a recepção crítica, isto é, o *horizonte de prospecção* da obra de Julio Moreira.

A partir de levantamento prévio, pôde-se constatar como se deu o recebimento das ideias linguísticas do autor estudado, seja por autores brasileiros, seja por autores portugueses contemporâneos a ele ou não. Desse modo, o capítulo está dividido em três itens:

I. Autores portugueses contemporâneos;

II. Repercussão da obra na imprensa jornalística portuguesa e brasileira;

III. Geração de filólogos, linguistas e gramáticos posteriores.

Essa geração de filólogos, tanto brasileiros como portugueses, que, para o trabalho aqui considerado, denominaremos como *segunda geração* e que atuou nos anos 30, 40, 50 e 60 do século XX, apresentava o argumento de que Julio Moreira não fazia interpretação crítica dos fatos sintáticos⁷⁷ que descrevia. No entanto, procuraremos argumentar em sentido oposto ao dos filólogos dessa referida geração, mostrando que Moreira teve relevante contribuição para os estudos linguísticos e filológicos da época, justamente porque apresentou e interpretou criticamente os fatos sintáticos descritos por ele. Exemplos disso foram as pesquisas, ligadas à *sintaxe popular* do português, em que o autor explorou os matizes significativos de várias expressões comuns à língua falada, as quais denominou *expressões enfáticas*, além de outras contribuições que mostraremos em lugar oportuno.

Iniciemos, então, a análise com os autores portugueses contemporâneos a Julio Moreira.

3.1 Autores portugueses contemporâneos

Vários autores portugueses fizeram comentários e citações referentes à obra de Julio Moreira e ao seu empenho como filólogo em uma época em que os estudos sobre

⁷⁷ Conforme já esclarecido anteriormente em nota 14 desse trabalho, entendemos “*fato sintático* como a relação, no mínimo, entre duas unidades linguísticas. Nesse sentido, é preciso uma sequência para que haja um fato de sintaxe”.

sintaxe e *sintaxe popular*, seu principal campo de estudo, era pouco explorado.⁷⁸ Em seguida, apresentamos a relação dos autores portugueses contemporâneos a Moreira:

1. José Bruno Pereira de Sampaio (1907)
2. Carolina Michaëllis de Vasconcellos (1907)
3. Henrique de Gama Barros (1907)
4. Theophilo Braga (1907)
5. José Joaquim Nunes (1908)
6. José Leite de Vasconcelos (1911)
7. Alvaro de Azeredo (1908)

Em se tratando da recepção da obra do filólogo portuense, verifica-se na própria 2ª edição de *Estudos de Língua Portuguesa*, volume I, 1922, uma nota dos editores apresentando as cartas que Julio Moreira recebeu quando do lançamento de *Estudos da Língua Portuguesa*, volume I, 1907. Há uma nota dos editores, no final da obra, referente à publicação das cartas a pedido do público do Brasil e de Portugal. Essas cartas foram escritas por “individualidades das mais notáveis na sciencia e nas letras portuguesas”. Afirmam os editores:

A curiosidade e o interesse do publico secundaram entusiasticamente o juízo consagrador com que a crítica acolheu os ESTUDOS DA LINGUA PORTUGUESA. Recordando esta unanime homenagem dos críticos e do publico, nesta segunda edição do volume I, que vem satisfazer a inúmeros pedidos que constantemente nos acodem de Portugal e do Brasil, decidimos publicar algumas cartas que ao insigne philologo dirigiram, por ocasião do apparecimento do livro, individualidades das mais notaveis na sciencia e nas letras portuguesas (In: MOREIRA, 1922, p. 243).

Vejamos o conteúdo de cada uma delas. A primeira carta direcionada a Moreira é de José Pereira Sampaio Bruno (1857-1915), escritor, ensaísta e filósofo portuense:

⁷⁸ Sobre o fato de a *sintaxe* ser pouco explorada na época, afirma Carolina Michaëllis: “O terreno que V. Ex.^a escolheu cultivar com tanta arte e tão fino critério, é fértil e pouco explorado por ora. Ainda bem que a *syntaxe* não continua a ser a enteada dos filólogos” (MICHAËLLIS, 1907 *apud* MOREIRA, 1922, p. 246).

Porto, 30 de Março de 1907.
Meu prezado am.^o e ilustre conf.^o
Julio Moreira

Agradeço, penhorado, a captivante oferta do seu interessantíssimo estudo sobre a *syntaxe popular*, trabalho notável em que se patenteia a sua vasta e solida erudição linguística e filológica e a agudeza da sua *analyse crítica*. Li-o com a atenção que se deve aos *scriptos sérios*, onde se aprende. Felicitando-o, peza-me que *desauctorizado* seja meu voto, mas minha admiração respeitosa por um saber, que o meu amigo conserva na penumbra injusta d'uma modéstia excessiva, é antiga e sincera.

Subscrevo-me, reconhecidamente,
De V. Ex.^a
Adm.^or conf.^o m.to ob.^o
José Pereira de Sampaio.

(SAMPAIO BRUNO, 1907 *apud* MOREIRA, 1922, p. 243-4).

Como se observa, José Pereira de Sampaio, em sua carta, enalteceu o estudo de Moreira referente à *syntaxe popular*, seu trabalho notável na área de linguística e filologia, como também, sua análise crítica, o que demonstra que o filólogo não mantinha uma postura somente de descrição dos fatos, mas sim uma postura crítica em relação a eles, embora os filólogos da 2^a geração não concordem com essa avaliação positiva sobre os trabalhos de Moreira, conforme veremos mais adiante. Nota-se um comentário sobre a “modéstia excessiva” do filólogo português, já apontada também pelo jornal *Correio do Norte*, como veremos, que, segundo Sampaio Bruno, ocorria de longa data e o mantinha na “penumbra injusta”.

Destacamos a opinião da filóloga Carolina Michaelis, que ressaltou a importância dos estudos de Julio Moreira. Vejamos o que diz a autora luso-germânica:

Ex.mo Snr.

Só hontem tive vagar e forças para abrir e lêr os “Estudos da Língua Portuguesa” de que V. Ex.^a teve a gentileza de me oferecer um exemplar. Conhecia a maior parte dos artigos, quer pelas *Revistas* em que vieram á luz, quer pelos *jornaes* que da mão de V. Ex.^a recebi de vez em quando. Reli-os todavia. Com interesse e prazer. Oportunamente falarei do livro no *Jahresbericht*⁷⁹. O terreno que V. Ex.^a escolheu cultiva com tanta arte e tão fino critério, é fértil e pouco explorado por ora. Ainda bem que a *syntaxe* não continua a ser a enteada dos filólogos.

Creio que V. Ex.^a nunca cita os admiráveis estudos de Adolf Tobler (da Universidade de Berlim). Se os desconhecer gostosamente lhe emprestarei as partes que possuo. (*Vermischte Beiträge zur Franz, Grammatik*). Claro está que entre a infinidade de apontamentos que tomei e

⁷⁹ Até onde se tem notícia, não houve nenhuma resenha bibliográfica sobre esse livro, que tenha sido publicada em *Jahresbericht* (Revista científica alemã) de filologia da época.

continuo a tomar, durante as minhas leituras, deve haver bastantes materiaes que serviam a V. Ex.^a. Na impossibilidade de os extrair e juntar agora, consolo-me com a reflexão que para demonstração das teses de V. Ex.^a tanto valem 3 a 4 exemplos como 7 a 8. Junto apenas os colhi antes de hontem nas partes inéditas do Graal.

Entre as Etymologias – e todas elas dignas de aplauso – a que mais me agradou é Carito – buraquilo!

Agradecendo sinceramente os favores feitos (hontem ainda recebi a explicação engenhosa de mochão) e dando os parabéns a V. Ex.^a subscrevo-me com a mais subida consideração.

De V. Ex.^a

Admiradora convicta

Carolina Michaëllis de Vasconcellos.

(MICHAËLLIS, 1907 *apud* MOREIRA, 1922, p. 246-7).

Nota-se que a filóloga enalteceu a importância dos estudos de Moreira em relação à *sintaxe*, quando expressou a seguinte opinião: “ainda bem que a *syntaxe* não continua a ser a enteada dos filólogos”. Como podemos observar, nos dizeres de Carolina, os estudos sobre *sintaxe* não eram muito cultivados na época. Também exaltou os estudos sobre as etimologias, que, segundo Carolina, eram “todas elas dignas de aplauso”. É exatamente pelos estudos etimológicos que o autor passará a ser mais conhecido, inclusive pelos filólogos brasileiros das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, conforme veremos adiante.

Por sua vez, Henrique de Gama Barros⁸⁰ (1833-1925), historiador e erudito, refere-se aos *Estudos* de Moreira com muito interesse e satisfação, sem deixar de apontar, entretanto, as deficiências relativas não à obra em si, mas aos meios de divulgação científica que em Portugal havia na época, tal como a falta de boletim bibliográfico especializado, que impedia uma exposição maior de obras como a de Moreira:

Ex.mo Snr.

Muito reconhecido a V. Ex.^a. venho agradecer-lhe a oferta do seu livro “Estudos da Língua Portuguesa”. Para vergonha minha, que tem alguma desculpa na falta de um Boletim de bibliographia, coisa que em Portugal parece ser empreendimento de difficillima execução, confesso-lhe que não

⁸⁰ Cf Albino e Prista (1997) “Henrique de Gama Barros, cuja *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV* concorre por hábito em trabalhos antroponomásticos” (ALBINO e PRISTA, 1997, p. 369).

ha ainda muito tempo que soube da existência d'este seu livro, comquanto eu procurei estar em dia com as publicações em que o leitor aprende, como vejo que me acontece com a de V. Ex.^a que estou lendo com muito interesse e satisfação.

Com a mais subida consideração me subscrevo

De V. Ex.^a

m.to alt.to ven.or e obrigado

Henrique de Gama Barros

(GAMA BARROS 1907 *apud* MOREIRA 1922, p. 248).

Ao criticar a pouca divulgação do trabalho do filólogo portuense, devido à deficiência das revistas científicas portuguesas, Gama Barros (op. cit.) reconhece a importância da obra, quando afirma “estar em dia com as publicações em que o leitor aprende, como vejo que me acontece com a de V. Ex.^a que estou lendo com muito interesse e satisfação” (idem).

Já Teófilo Braga (1843-1924), polígrafo português, teceu comentários relevantes sobre os fenômenos da linguagem popular apresentados nos *Estudos*, ressaltando que o livro ligava cientificamente o critério filológico com o etnológico:

Prezadíssimo amigo,

Toca-me vivamente a offerta do seu importantíssimo trabalho – “Estudos da Língua Portuguesa” que li imediatamente não só pelo interesse dos factos como pela excepcional competencia de philologo. Mas há uma parte pessoal que não posso deixar passar sem reparo: é a dedicatória generosa e benevolente para este obreiro que vae atraz de um ideal, em que V. Ex.^a chega á glorificação. Durante a leitura os phenomenos da linguagem popular fizeram-me considerar este livro como um novo campo aberto no nosso Folk-lore português, ligando scientificamente o criterio philologico com o ethnologico. Os mestres são-o em tudo; e felicitando o exímio mestre, confesso-me

Sempre admirador e grat.mo am.º

Theofilo Braga.

(BRAGA 1907 *apud* MOREIRA 1922, p. 248-9).

Theofilo Braga era herdeiro do método histórico-comparativo assumido pela geração de filólogos influenciados por Adolfo Coelho, que introduziu o método histórico-comparativo em Portugal, conforme atesta Serafim da Silva Neto (1988 [1952]):

Em 1868, embora muito jovem ainda (apenas contava 21 anos) Francisco Adolfo Coelho surpreendia e aterrava o meio intelectual português com seu livro de combate A língua portuguesa, Coimbra, XXI-136 páginas.

Nele introduzira as novas ideias, inaugurando, com relação a língua portuguesa, os sadios princípios que Friedrich Diez applicara às línguas neolatinas (SILVA NETO, 1988 [1952], p. 21).

Outro autor que falou sobre Moreira foi Sampaio Bruno que, além de comentar a obra *Estudos de Língua Portuguesa*, também, de acordo com nota dos editores, fez apontamentos em 1895 ao seu trabalho como um todo. Suas observações contemplam desde a contribuição de Moreira aos estudos latinos, com as edições de obras comentadas para o uso escolar, até as considerações a respeito de sua *Grammatica da Lingua Ingleza* (1880)⁸¹, também adotada no ensino elementar em escolas do Porto. Atestam os editores que:

Effectivamente, Bruno já em 1895 escrevera na Voz Publica (n.º 1498, 24 de Fevereiro), referindo-se a Julio Moreira:

“D’um estudo indefeso e ao par dos resultados das sciencias históricas, possuindo, por completo, os recursos da alta literatura, não se limitou Julio Moreira á aquisição das línguas, vivas ou mortas, do nosso occidente, antes é segura a sua competencia nos idiomas orientaes pelo que toca ao ramo semítico, especialmente ao arabe.

Aproveitando, na diffusão da cultura e na renovação dos methodos de aprendizagem, a prodígiosa copia do saber que vem acumulando e continua thesaurizando, Julio Moreira tem publicado magníficas edições escoliadas dos clássicos latinos, á altura da sciencia contemporanea e como difficilmente se encontram tam perfeitas e completas nos grandes centros da cultura escholar lá-fóra.

[...]

Estes são trabalhos fundamentaes, baseados em tudo o que de mais completo existe na grammatica e no dictionario latinos. Reporta-se, a bem dos estudantes, o seu eminente autor, para a grammatica, á versão portugueza da de Madvig. [...] Adoptada, ao presente, no ensino publico, official e particular, em Lisboa e em Coimbra, deve-se á idonea laboriosidade de Julio Moreira também uma grammatica inglesa, que se encontra na 4ª edição.

Do valor d’este livro deporá um testemunho bem mais competente do que o nosso.

A pag. 49 do seu curiosíssimo opúsculo, que tem por assumpto a reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa, e que versa os varios problemas da Philologia portugueza, o seu erudito autor, nosso amigo snr. Dr. José Leite de Vasconcellos, ocupa-se dos representantes que, entre nós, a Philologia possui tambem noutros domínios, ao lado dos estudos romanicos.

Ahi, com os justos encomios devidos, falla de Julio Moreira, “como latinista e como auctor de uma boa grammatica inglesa, *com que entre nós reformou o ensino d’esta língua*”.

O elogio é amplo mas exacto, a auctoridade do juiz, grande: os merecimentos do julgado, complexos e valiosíssimos.

Não podíamos encontrar para esta curta resenha, melhor fecho do que tam honrosa sentença.

(SAMPAIO BRUNO, 1895 *apud* MOREIRA, 1922, p. 244-6).

Conforme se nota, as cartas foram remetidas ao autor no contexto da publicação dos *Estudos* e, portanto, são contemporâneas a ele. Por seu teor, percebe-se que a obra

⁸¹ Refere-se à MOREIRA, Júlio. *Grammatica da lingua inglesa*. Porto, Livraria Universal, 1880, 177 p. Dessa obra há uma 3.ª ed. melhorada. Porto, Magalhães & Moniz, 1891 - vii+295 p.

de Moreira foi muito bem recebida pela crítica especializada em Portugal, algo que não ocorrerá com a chamada 2ª geração, que reduzirá sua importância às questões etimológicas.

Também J. J. Nunes (1859-1932) fez parte do grupo de filólogos, juntamente com Julio Moreira, que se organizou em torno da *Revista Lusitana*. Serafim da Silva Neto (1988) em seu *Manual de filologia portuguesa* faz referência a Nunes, apresentando sua contribuição filológica da seguinte maneira:

O seu primeiro trabalho (germe da Introdução da *Crestomatia Arcaica*), 1906, e da Gramática Histórica, (1919) foi um extenso artigo na *Revista Lusitana*, III, 1895, intitulado *Fonética histórica portuguesa*. Leite de Vasconcelos enriqueceu-o com preciosas anotações.

Seguiram-se outros estudos na mesma revista, pertinentes à dialetologia do Algarve, a textos arcaicos, a trovadores e, em suma, à vária matéria filológica (SILVA NETO, 1988 [1952], p. 49).

Após o falecimento de Moreira, J. J. Nunes fez um necrológio no qual traz importantes informações sobre a obra de Julio Moreira. Embora longo, o trecho é importante para que tenhamos ideia do quanto a contribuição de Moreira aos estudos linguísticos de sua época foi percebida pelos seus contemporâneos, incluindo Nunes; diz o filólogo:

[...] Tomando por norma os melhores trabalhos publicados lá fóra, onde se presta aos estudos classicos verdadeira attenção, e orientando-se pelos mais aperfeiçoados methodos de ensino, Julio Moreira não só nos deu daquelles autores o texto mais cuidado, estabelecido pela crítica moderna, mas tambem acompanhou-o de um commentario no qual, soccorendo-se do que ha melhor publicado em França e principalmente na Allemanha, esclarece os passos que ao estudioso poderão offerecer duvidas e embaraços de interpretação [...] E ainda para com maior facilidade tornar accessivel ao estudante a complicada e difficil syntaxe latina fazendo-o pelo exemplo penetrar no labyrintho das suas multiplas regras, sempre que o ensejo se lhe offerece remette para o respectivo lugar da optima Grammatica Latina de Madvig que o abalizado professor snr. Epiphanio Dias verteu há annos para portuguez [...] Nada do que possa esclarecer o texto, quer no que toca a factos mythologicos ou históricos, quer no que diz respeito a usos e costumes, Julio Moreira omitiu nas suas edições escolares daquelles escriptores, facultando déste modo aos que com a segurança desejão interpretar aquelles autores um auxiliar imprescindível e não inferior ao que sobre o assunto existe mais valioso no estrangeiro. Mas não foram só as línguas estranhas que o attrahiram, a língua pátria também lhe mereceu attenção especial. Perfeitamente a par dos modernos processos, e em dia com as acquisições da philologia, os seus estudos sobre o portuguez revelão-nos

em Julio Moreira um conhecedor profundo da língua nos seus mais recônditos segredos e nas suas phases archaica e moderna e feições popular e erudita, para o que sem duvida contribui não só o conhecimento dos escriptores antigos e modernos, mas tambem a observação escrupulosa do fallar do povo, o que tudo nos mostra o seu magnífico livro *Estudos da língua portuguesa* de que já aqui (JJ NUNES, 1911, vol XI, p. 356).

Nunes (1911) ressaltou a contribuição de Moreira para a sintaxe latina, os seus estudos sobre o português com ênfase nas fases archaica, moderna e feições popular e erudita, remetendo à obra *Estudos da língua portuguesa* de forma elogiosa.

J.J. Nunes ressaltou a apreciação crítica feita por Alvaro de Azeredo aos estudos de Moreira e o espírito investigador do filólogo português que desde muito jovem assinava artigos na Revista Lusitana sobre etimologia, prolepse, fonética e notas de etnologia os quais intitulava *Notas philológicas*:

O snr. Alvaro de Azeredo fez uma apreciação crítica, e no qual reuniu alguns artigos publicados em revista de especialidade como esta. Desde muito novo que o seu espirito investigador, especialmente no que concerne á língua pátria, se revelou, pois logo no primeiro anno da Revista Lusitana figura o nome do estudioso professor a assinar artigos sobre etymologias, prolepse, phonetica e notas de ethnologia. Desde então quasi não há volume em que não appareçam estudos nos quaes sob o modesto titulo de Notas Philologicas versa com mão de mestre alguns dos muitos e variados problemas que sugere o estudo da língua. (J.J.NUNES, 1911, p. 324).

Nunes (1911) fez menção com entusiasmo à obra póstuma de Moreira que viria a lume por meio de Leite de Vasconcelos e refere-se à publicação desses escritos do filólogo portuense com a esperança de colher novos ensinamentos. Atesta J.J. Nunes:

Propunha-se o indefeso estudioso continuar os seus Estudos da língua portuguesa, e para isso, segundo nos consta, tinha acumulado materiaes apreciáveis; com um zelo muito digno de louvor, já para com a memoria do illustre finado, já pela utilidade que de ahi advirá de certo aos que se entregão a estes assuntos, os seus herdeiros encarregaram de os rever, e prepara-los para o prelo, o snr. dr. Leite de Vasconcellos.[...] Aguardamos, pois, com legitima ansiedade a publicação dos escritos que deixou, na esperança, que de certo não será iludida, de ahi colhermos novos ensinamentos[...] (J.J. NUNES, 1911, p. 325).

Para além das cartas, há a apreciação, o respeito e a admiração de Leite de Vasconcelos em relação aos estudos de Moreira. Aliás, é o próprio Vasconcelos, conforme mencionado anteriormente quem organizou o 2º vol. dos *Estudos*.

Exemplo de tal admiração é a seguinte. **Leite de Vasconcelos** em *Lições de filologia portuguesa* (1911) faz 18 referências a Julio Moreira, inclusive dedica a obra a ele. Entretanto, procuramos nos ater às citações mais relevantes e que fizessem menção à obra *Estudos da Língua Portuguesa*. Diz o autor:

Ao Exmo Sr.
Julio Moreira
consagra, *lubentíssimo corde alque animo* antigo discípulo:

... eu com teu juyzo tenho conta
E com outros que sey que dele pendem.
Os mais, que digão bem, que mal – que monta?

(Diogo Bernardes, *O Lyra*, Lisboa, 1596, n. 99, carta XII, ao D.^o Antonio Ferreira)

J. L. de V.
(VASCONCELOS, 1911, dedicatória)

Como exemplificação de um tema em que Leite de Vasconcelos (1911) faz referência ao trabalho de Moreira, podemos apresentar o trecho em que Vasconcelos analisa o *pleonismo* e chama a atenção para o fato de essa figura de linguagem ocorrer pela perda de consciência da origem e sentido primitivo das palavras. Vasconcelos, baseado em Moreira, afirma que esse fenômeno ocorre nem sempre por falta de consciência glótica, mas sim por *emphase*.

[...] A perda da consciencia da origem e sentido primitivo das palavras faz que ás vezes se commettam pleonasmos notáveis [...] Comtudo o pleonismo nem sempre resulta da perda da consciencia glottica; póde resultar de *emphase*. [...] os nossos antigos diziam: *hoje este dia; agora est' hora*; nós presentemente: *hoje em dia*. [Julio Moreira, *Estudos da língua portuguesa*, I, 129-120] (VASCONCELOS, 1911, p. 46).

Em relação ao excerto acima, podemos dizer que a aproximação entre os dois autores está no fato de que, embora Vasconcelos seja uma referência para os estudos filológicos portugueses, a obra de Moreira é fonte para seus estudos. Lembramos que Leite de Vasconcelos foi seu discípulo e encontrava na obra do filólogo portuense bases para pesquisas que posteriormente aprofundou.

Para tratar do particípio do presente latino, Vasconcelos, enfatiza que o uso deste particípio conservou-se na nossa língua arcaica, mas que na língua corrente (moderna) da época, substituíra-se pelo gerúndio. Contudo, ressalta que permaneceram alguns vestígios do uso antigo desse particípio. Novamente, traz exemplos de Moreira para ilustrar:

temente o dia “temendo (receando) o dia”. Na origem *temente* é particípio do presente latino conservou-se na nossa língua arcaica [...] Todavia ficaram alguns vestígios do uso antigo d’aquelle particípio: *temente a Deus* eque teme a Deus”[...] (Julio Moreira, *Estudos da ling.port.*, I, 92 ss.) (VASCONCELOS, 1911, p.75-76).⁸²

Pela exemplificação do uso do particípio do presente latino, cuja referência para a análise é Julio Moreira, Vasconcelos reforça a ideia de que há na língua portuguesa traços do português arcaico, ou seja, há raízes históricas no português. Pelo que foi exposto no trecho acima, há a presença no trabalho de Vasconcelos do argumento de Moreira em relação ao conservadorismo na língua.

Vasconcelos afirmou também ser importante o estudo sobre a sintaxe e recorreu a Moreira, a quem parafraseou ao tratar do verbo *rogar*, citando-o nos seguintes termos:

Para concluir o que pretendi dizer dos vestígios arcaicos que se observam na grammatica moderna, e para considerar esta em todas as suas principaes partes, vou agora juntar duas palavras a respeito de Syntaxe. Dizia-se em latim: *rogare aliquem ut*. D’esta construcção se aproxima a nossa língoa antiga em frases como: *roqueyo que me guyasse e encaminhasse*. [...] Do verbo rogar vem o substantivo verbal rógua, que se tornou concreto, pois significa no Douro: conjunto de gente que vai rogada para a vindima (sóapara a vindima, e não para outros trabalhos campestres).

[...] É frequente naquela região, no tempo das vindimas, ver passar nas aldeias bandos de homens e mulheres [...] (Cf. também Julio Moreira, *Estudos da ling. port.*, I, 201-202) (VASCONCELOS 1911, p. 191).

No excerto acima, Vasconcelos conclui sua análise enfatizando a presença dos vestígios arcaicos na gramática moderna e traz como exemplo a construção sintática

⁸² Conforme extraído do original.

com o uso do verbo *rogar*, demonstrando nessa construção a aproximação com a língua antiga. Observa-se tanto no exemplo acima quanto no anterior, a presença da tese do conservadorismo no português (moderno) da época. Ressaltamos isso porque, conforme demonstramos no capítulo 2 desta dissertação, tal tese era defendida por Moreira em relação à língua portuguesa. A reprodução dessa ideia no texto de Leite de Vasconcelos nos remete fortemente a Moreira, que era tido por Vasconcelos como mestre.

Alvaro de Azeredo (1908) fez uma apreciação crítica à obra de Moreira e considerou os “*Estudos da Língua Portuguesa*” valioso subsídio para a Gramática Histórica Portuguesa:

É um volume de 230 páginas, onde o autor compendiou grande série de locuções, frases e modo de dizer extraídos da língua arcaica e principalmente da linguagem popular, acompanhando-os da respectiva explicação. Como grande latinista que é, vae o autor de preferência ao latim, clássico e popular, buscar a origem e justificação dos aparentes solecismos que o falar do povo nos apresenta. A comparação com factos análogos que se dão nas outras línguas do grupo românico, é frequente. Mas o que torna os Estudos verdadeiramente interessantes a maneira como o Sr. Júlio Moreira os soube profusamente ilustrar com passos dos nossos escritores antigos e com transcrições de documentos. Constituem desta forma valioso subsidio para a Gramática Histórica Portuguesa, cujo aparecimento, num futuro próximo, o grande desenvolvimento que os estudos filológicos tem tido nos últimos annos, nos deixa antever. O próprio autor nos promete, nas poucas palavras com que antecede os seus Estudos, mais largo trabalho sobre a syntaxe prehistórica e popular (AZEREDO, 1908, p. 356).

A resenha crítica de Azeredo (1908) em relação aos *Estudos da Língua Portuguesa* demonstra o quanto Moreira contribuiu para o desenvolvimento da gramática histórica portuguesa. Além disso, Azeredo ressalta o trabalho de coleta e de síntese da série de locuções, frases e modos de dizer que Moreira extraiu da língua arcaica e principalmente da linguagem popular, acrescentando a cada um a respectiva explicação.

Para Azeredo, a formação latinista de Moreira era fundamental para que o estudo proposto pelo filólogo portuense viesse a ser realizada, porquanto o autor dos *Estudos da Língua Portuguesa* dava preferência ao latim, clássico e popular, na busca da origem

e da justificação dos “aparentes solecismos que o falar do povo” apresentava. A formação comparatista do filólogo também é outro fator ressaltado por Azeredo, uma vez que, conforme aponta Azeredo, a “comparação com factos análogos” que se dava nas outras línguas do grupo românico era frequente nos estudos de Moreira. Tal observação é importante porque põe em destaque o método histórico-comparativo adotado por Moreira no desenvolvimento do trabalho.

O que faz da resenha de Azeredo algo diferenciado também é a maneira como este se reportou aos estudos de Moreira desenvolvidos acerca do Português do Brasil, visto aqui pelo resenhista de maneira científica, e não preconceituosa, ou mesmo purista, como era comum à época, tanto entre estudiosos portugueses quanto brasileiros sobre as divergências, principalmente sintáticas, entre o Português europeu e o Português brasileiro.⁸³

Azeredo afirma que Moreira contribuiu para “acabar com o estulto gracejo com que muita gente se refere ao falar brasileiro”. Diz textualmente Azeredo (op. cit.):

Altamente profícua e útil é a ameudada comparação dos casos apresentados com outros semelhantes do falar brasileiro. As particularidades sintáticas desta língua neo-portuguesa vão ficando assim registadas para base de ulteriores estudos que sobre a língua-mãe e a evolução da sua derivada se tenham de fazer. E ao mesmo tempo contribue o Sr. Júlio Moreira para acabar com o estulto gracejo com que muita gente se refere ao falar brasileiro, sem reparar que as divergências sintáticas ou modificações do vocabulário com que esta língua se vae diferenciando da portuguesa, constituem factos normaes que se dão em todos os idiomas quando transplantados para regiões diferentes onde são influenciados por factores diversos. O clima, as condições sociaes, as línguas da população indígena e dos imigrantes vindos de variados países, são outras tantas causas de modificação da linguagem brasileira que naturalmente a hão de ir afastando,

⁸³ Sobre a manifestação do *purismo linguístico*, entendido sob o ponto de vista científico, em que é esclarecido como uma atitude de preservação da norma, que se manifesta em todo gênero do discurso, por meio da metalinguagem, ver Leite (2006) na obra “Metalinguagem e Discurso: a configuração do purismo brasileiro”, especialmente, da página 65 a 102, em que a autora ilustra e analisa o período aqui mencionado e o esclarece em relação ao Brasil. Leite (op.cit.): “Reformulando, minimamente, o quadro fixado por Pimentel Pinto”, parte “para o estudo do purismo no português do Brasil, tomando como marcos divisórios das diferentes reações puristas, ocorridas ao longo do tempo, fatos que levaram estudiosos, escritores, pesquisadores, filólogos, gramáticos e linguistas a produzirem discurso metalinguístico”. Dentre os quatro momentos delimitados e estudados pela autora, está o “1º A exarcebação purista lusitanizante: (1900-1920) a. Polêmica linguística entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro” (LEITE, 2006, p. 53).

cada vez mais, do português, como do latim causas analogas fizeram derivar as linguas do grupo románico (AZEREDO, 1908, p. 355-356).

A avaliação de Azeredo em relação à abordagem de Julio Moreira no que diz respeito às diferenças entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) é, do ponto de vista dos estudos linguísticos modernos, bastante avançada porque demonstra a visão científica que o autor apresentou, já nessa época, sobre o problema da variação regional e social em relação à língua portuguesa. E que é mais importante para o caso aqui estudado: Azeredo atribuiu a Julio Moreira a contribuição em registrar “as particularidades sintáticas” do PB “para base de ulteriores estudos que sobre a língua-mãe e a evolução da sua derivada se te[r]iam de fazer”.

Azeredo chega mesmo a considerar como “factos normaes” as divergências entre as variantes portuguesa e brasileira, conforme diz: “as divergências sintaticas ou modificações do vocabulário com que esta língua se vae diferenciando da portuguesa, constituem factos normaes”. Para ele, o português brasileiro é, devido as suas particularidades, uma língua “neo-portuguesa”. Vê-se que, para este resenhista de Moreira, “o clima, as condições sociaes, as línguas da população indígena e dos imigrantes vindos de variados países” eram outros fatores de importante influência na diferenciação entre o PB e o PE.

A perspectiva de Azeredo, nesse sentido, segue de perto as ideias linguísticas de Adolpho Coelho, que, algumas décadas antes, imprimiu em Portugal uma série de artigos publicados nos Boletins da Sociedade de Geographia de Lisboa, intitulados *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América* (1881, 1882 e 1886), em que o introdutor do “método científico aplicado ao estudo da língua”, em Portugal (SILVA NETO, 1988 [1952], p. 34), dentre outras novidades, afirmava na última série dessas publicações o seguinte:

O Brasil pelas condições glotticas em que se acha é um paiz que naturalmente leva para estudos philologicos; de um lado vê-se a lingua da mãe patria que os litteratos e doutos tentam em geral escrever e fallar com a possivel correcção sob o ponto de vista do uso da antiga metropole, o que conduz ao estudo do portuguez nas suas fontes classicas, á manutenção das relações intellectuaes entre Portugal e Brazil; de outro surgem os dialectos indigenas, tupi-guarani, lingua dos botocudos, etc., que circumstancias de todo o genero levam a estudar por si e nas suas relações com as outras linguas americanas; alem aparecem as colonias estrangeiras, e especialmente as de origem allemã suscitando o conhecimento de linguas europeas distinctas da dos primeiros colonisadores; as linguas africanas chamam ainda attenção e, não sei se diga por baixo, se por cima de tudo isto, apparece a linguagem peculiar dos cidadãos brasileiros, o dialecto brasileiro, se assim se lhe quer chamar, o portuguez alterado no Brazil pela acção de causas tão complicadas como são a mistura ethnica, o contacto com linguas diversas que persistem ou desaparecem (como é o caso com os dialectos do elemento negro da população), o clima, a distancia da séde originaria, e ainda outras a cada uma das quaes é na maior parte dos casos bem difficil de attribuir o papel que lhe compete (COELHO, 1886, p. 709).

No referido artigo, Coelho (op. cit.) chegou mesmo a considerar inócua uma discussão que certos escritores brasileiros iniciaram a respeito da divergência sintática (colocação pronominal) ocorrida na expressão “acordar elles”, afirmando que tais contendores não compreendiam mais a *sintaxe* de construção dos pronomes, chegando ao ponto de eles teimarem que a diferença do português brasileiro (dialecto brasileiro na expressão de Adolpho Coelho) em relação ao português europeu não existia ou era pequena (COELHO, op. cit, p. 717).

Na opinião de Adolpho Coelho,

acordar elles (eis o ponto) é incorrecto em Portugal, mais que incorrecto, ninguem o diz, a não serem talvez as creanças; *acordar elles* é correcto no Brasil, por isso que é determinado pelas tendencias caracteristicas do fallar brasileiro [...]. O Brazil não faz n'este ponto mais que continuar a obra de muitos seculos começada. Em portuguez é correctissimo dizer *elles acordam*; em latim seria incorrectissimo dizer *illes expergescuntur* (por *illi expergescuntur*); em Portugal é incorrecto dizer *acordar elles*; no Brazil será muito provavelmente incorrecto um dia dizer *acordal-os*”.

As linguas são arrastadas n'um movimento evolutivo, que as opiniões dos grammaticos pode attenuar um pouco, mas nunca impedir (COELHO, 1886, p. 717).

Vê-se, pois, que as ideias de Adolpho Coelho estão refletidas nos comentários de Azeredo acima reproduzidos. Essa mesma difusão de ideias linguísticas, não há dúvidas, alcançaram a produção intelectual de Julio Moreira, que, conforme vimos no **capítulo um** desta dissertação, auferiu profunda influência de Adolpho Coelho em suas atividades filológicas e pedagógicas. Nesse caso específico, como bem ressaltou Azeredo, Moreira dava ênfase às construções populares, tanto em Portugal quanto no Brasil, ou, para sermos fieis às suas palavras: era “altamente profícua e útil” “a amedada comparação” que Moreira fazia “dos casos apresentados com outros semelhantes do falar brasileiro”.

O argumento dos autores aqui em análise era, de modo geral, fundamentado na perspectiva da filologia românica, que procurava demonstrar as modificações que as línguas do grupo românico iam assumindo ao longo da história. E, nesse caso, as modificações que o português brasileiro (ou dialeto do Brasil, linguagem do Brasil, linguagem brasileira, nas diversas denominações empregadas por esses autores) ia assumindo em relação ao português europeu (“língua-mãe”, conforme Azeredo ou “séde originaria”, segundo Coelho), da qual o português brasileiro era uma parte na continuidade da história do grupo românico, que tivera seu início no latim.

Além da recepção positiva de autores ligados aos estudos filológicos portugueses, houve igual receptividade por parte da imprensa portuguesa e brasileira da época, isso é o que veremos a seguir.

3.2 Repercussão da obra na imprensa jornalística portuguesa e brasileira

Nesse item apresentaremos a repercussão da obra de Julio Moreira na imprensa jornalística portuguesa e brasileira, respectivamente no Jornal Correio do Norte (1908) e em O Estado de São Paulo (1908).

Portugal

1. Correio do Norte (Jacob, 1908);
2. Correio do Norte⁸⁴ (-, 1908);

Brasil

3. O Estado de São Paulo (Silvio de Almeida, 1908)

3.2.1 Jornal Correio do Norte (Porto – Portugal)

O jornal *Correio do Norte*, publicação diária na cidade do Porto no início do século XX, mantinha Julio Moreira como um dos seus colaboradores. Seus editores publicavam uma coluna semanal em homenagem a homens de destaque, que atuavam na cidade do Porto e arredores em diversas áreas profissionais, como agricultura, finanças, comércio, engenharia, indústria, ciências físicas, biológicas, e educação. Em uma dessas séries, o homenageado foi Julio Moreira. Seguem os excertos:

Os louvores do *Correio do Norte* orrespeitável personalidade de Julio Moreira devem resultar um tanto depreciados pela sincera amisade que lhe consagra este jornal.

Ninguém ignora, porém, que o illustre romanista, gloria das mais legítimas do professorado nacional, agazalha qualidades de espirito e de character excepcionalmente captivantes; nem haverá intelligencia culta que o não admire pelos seus trabalhos de grammatica historica, de analyse syntatica, de interpretação litteraria e de linguagem popular.

Julio Moreira, talvez pelo singular affecto que dedica ao estudo das linguas, desde a do sábio allemão e da do práctico inglês, até, a do latino forte, ao do grego subtil e á do arábico ascéta, creou-se um feitio de portuguez sublimado, em cujo animo generoso, d'uma inexcedivel bondade e d'uma illimitada tolerância, luzem, como pedras finas, os mais raros dotes humanos.

[...]

Em regra, o philologo é, dos eruditos, o mais completo homem de saber. De uma cultura excepcional, empolgando o instrumento commum a todas as fórmas mentaes, possúe toda a sciencia; sabendo lêr o que todos escrevem, em tempos, em condições e em idiomas diversos, possúe toda a litterarura; comprehendendo o que espontaneamente é dito por escriptores de todas as raças, de todas as índoles e de todas as épocas, possúe toda a philosophia. O philologo é, pois, muito mais que o mathematico, que o naturalista ou o sociólogo –oum sábio. E Julio Moreira conquistou fama de philologo,

⁸⁴ Essa nota foi primeiramente publicada no *Diario de Noticias* de Lisboa, no mesmo ano de 1908 e replicada no jornal *Correio do Norte* - Porto, conforme nos é informado na própria nota.

compondo as obras superiores que ali estão honrando a pátria portuguesa com francos e inequívocos encomios de nacionaes e estrangeiros, sem a menor discrepancia de applauso (Jacob In: CORREIO DO NORTE, 1908, Anno 2º, numero 508).

De acordo com os dados oferecidos pelo jornal, o texto é atribuído a um jornalista que simplesmente se denomina “Jacob”. Pelos elogios tecidos por Jacob, nota-se que o trabalho do filólogo não passou despercebido e desfrutou de admiração não apenas no meio acadêmico, mas também na sociedade em geral.

Igualmente percebe-se que Moreira é enaltecido pela autoridade que detinha em várias áreas das ciências da linguagem, tais como a *Romanística*, a *Gramática Histórica*, a *Análise Sintática*, a “*Interpretação Literária*”, e, principalmente, os estudos sobre *Linguagem Popular*. Jacob reconhece, do mesmo modo, o domínio de Moreira em relação às principais línguas: alemão, inglês, latim, grego e árabe.

Embora a informação acima seja relevante na formação do *horizonte de retrospectção* de Moreira, o fato de ser lembrada aqui por um dos leitores de sua obra, Jacob, também a torna igualmente importante para o seu *horizonte de prospecção*; porque, para aqueles que tomarão sua obra como referência, – pensa-se especificamente na receptividade de seu texto por Azeredo e por Jacob – a formação de Moreira como latinista, conhecedor de várias línguas e comparatista era um diferencial para a abordagem dos problemas estudados por ele, tais como: locuções, frases e modo de dizer extraídos da língua arcaica e da linguagem popular, enfim, da *sintaxe popular* e histórica do português.

3.2.1.1 Jornal *Correio do Norte* (Porto – Portugal) – anteriormente publicada no *Diario de Noticias* de Lisboa (1908)

Os editores do *Correio do Norte*⁸⁵ também reproduziram uma resenha crítica dos *Estudos de Língua Portuguesa Vol. I*, que havia sido publicada anteriormente no *Diário de Notícias* de Lisboa, conforme podemos notar abaixo:

Julio Moreira

No *Diário de Notícias* de Lisboa encontramos a seguinte justíssima apreciação do ultimo livro de Julio Moreira, o insigne romanista com cuja habitual colaboração tanto se honra o *Correio do Norte*:

Estudos de Língua Portuguesa. 1ª série: *Subsidios para a syntaxe histórica e popular*, por Julio Moreira, – 1908, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1 vol. de 228 pag. 600 réis (CORREIO DO NORTE, 1908, anno 2º, numero 508).

O responsável pela nota observa que Moreira era “auctor de varias obras escolares, muitas vezes reeditadas, para o ensino do inglês e do latim”. Além disso, registrava também que “o snr. Julio Moreira é[ra], sobretudo, personalidade respeitavel e respeitada, no escasso âmbito dos nossos cultores da sciencia da linguagem” (op. cit, 1908). Além de que o autor era um

Estudioso e sabedor do que poucos desejam saber e pouquíssimos sabem, o snr. Julio Moreira póde considerar-se desconhecido, a par de qualquer charadista ou gazetilheiro. E, comtudo, é um dos sete ou oito portugueses que, em meio de cinco milhões dos mesmos, fala auctorisadamente sobre a pratica e teoria da linguagem nacional. Em varias revistas litterarias e scientificas, nomeadamente na *Revue Hispanique*, precioso repositório da linguística peninsular, tem elle, desde há muitos anos, evidenciado a sua larga cultura em morphologia da linguagem e em grammatica historica (CORREIO DO NORTE, 1908, anno 2º, numero 508).

O autor dessas notas, exagerando ou não, colocava Moreira como um dos portugueses que maior autoridade tinha sobre “a pratica e teoria da linguagem nacional”. Demonstrou saber do percurso de Moreira como colaborador das principais revistas especializadas da época, tal como a *Revue Hispanique*. Observou que o título do trabalho pecava por *excesso de modéstia*, uma vez que, aparentemente, se igualava a outras obras de títulos semelhantes, mas que não traziam a mesma seriedade e

⁸⁵ Cf. *Correio do Norte*, edição de número 508, de 02 de abril de 1908.

excelência desenvolvida nos temas, bem como não aplicavam, com Moreira, o mesmo rigor científico no desenvolvimento da matéria. Vejamos:

Os Estudos de Lingua Portuguesa, prejudicados talvez pela comunidade de título de outros livros de auctores menos respeitados, abrangem uma infinidade de lições e ensinamentos sobre os mais interessantes pontos da grammatica nacional e do falar do povo português. São nada mais nada menos de 33 capitulos, consagrados á syntaxe historica e popular do *artigo*, dos *numeraes*, dos *pronomes*, da *concordancia*, do *partitivo*, do *infinitivo*, das *orações impessoaes*, das *optativas*, da *enphase*, etc. E, afora isso, há valiosos aditamentos especializando-se em cincoenta paginas de vocabulários popular, colheita de valiosos lusitanismos e modismos populares (CORREIO DO NORTE, 1908, anno 2º, numero 508).

Como se percebe, também, o responsável pela matéria chamou a atenção para o fato de o trabalho de Moreira abranger “uma infinidade de lições e ensinamentos sobre os mais interessantes pontos da grammatica nacional e do falar do povo português”, além de ter consagrado 33 capítulos “á syntaxe historica e popular do *artigo*, dos *numeraes*, dos *pronomes*, da *concordancia*, do *partitivo*, do *infinitivo*, das *orações impessoaes*, das *optativas*, da *enphase*, etc”. Sendo assim, tanto uma (a novidade no tratamento da língua falada e popular), quanto outra (a novidade na abordagem da “syntaxe histórica e popular”, trazida a lume pelo autor), foram ressaltadas pelo autor da matéria.

E para que tenhamos uma ideia de o quanto Julio Moreira já era conhecido e respeitado por esse trabalho na época de sua publicação, convém observarmos o seguinte trecho em que o responsável pela matéria no *Diario de Noticias* de Lisboa, republicada no *Correio do Norte*, igualava-o, por exagero ou não, aos maiores filólogos de então, tais como Franz Bopp, Friedrich Diez, Graziadio Isaia Ascoli, William Dwight Whitney, Max Muller, Fumi, Julio Cornu e Hugo Schuchardt:

Em qualquer paiz, onde a sciencia da linguagem occupa lugar brilhante entre todas as sciencias modernas, como na Allemanha, e na Italia, e ainda na França, na Inglaterra, e nos Estados-Unidos, o nome do snr. Julio Moreira estaria já no quadro de honra, em que avultam nomes como Bopp, Diez,

Ascoli, Whitney, Muller, Fumi, Cornu, Schuchardt, etc. Em Portugal... Não falemos de coisas tristes (CORREIO DO NORTE, 1908, anno 2º, numero 508).

O autor encerrava a nota lamentando, de forma expressiva, o fato de, em Portugal, Moreira não ter ainda o reconhecimento merecido, mas conforme apresentado até aqui, os autores portugueses, dessa primeira geração, tais como Carolina Michäelis, Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, dentre outros, não só reconheceram o trabalho de Moreira como se referiram a ele com grande admiração. O que inferimos em relação ao final dessa nota é de que em Portugal a ciência da linguagem não tinha, à época, o devido reconhecimento, como ocorria em outros países. Seguindo essa linha de raciocínio, de outro modo, Moreira estaria em destaque por toda sua contribuição à filologia portuguesa.

3.2.2. Repercussão da obra de Moreira na imprensa brasileira

Quando os *Estudos da Língua Portuguesa* - 2 vols. de Julio Moreira (1907 e 1913, respectivamente) foram publicados, ainda não havia no Brasil cursos superiores de Letras, que, como sabemos, só foram criados na década de 30 do século passado. Segundo Altman (2004), “o início do processo de cientificação dos estudos linguísticos no Brasil é frequentemente correlacionado à criação das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro” (ALTMAN, 2004, p. 69-70). Ainda que isso tenha alguma importância para a recepção crítica às obras de Moreira no Brasil, não podemos ignorar o fato de que filólogos brasileiros, na época, utilizando os espaços que lhes eram reservados na esfera jornalística, não deixavam de “saudar” com entusiasmo os *Estudos de Língua Portuguesa* em vários de seus aspectos. Todavia, como veremos abaixo, isso não se dará de forma regular.

3.2.2.1 Jornal *O Estado de São Paulo* (Silvio de Almeida, 1908)

Encontraremos no Brasil a primeira recepção em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*⁸⁶, em texto assinado por Silvio de Almeida (1867-1924).⁸⁷ Nele, o autor faz recensão crítica positiva à obra de Julio Moreira.

Segundo atestou, anos depois, João Ribeiro (1979), Silvio de Almeida já conhecia o trabalho de Moreira antes mesmo de ser este publicado em formato de livro, conforme diz: “numa de suas ‘Palestras’ [Silvio de Almeida] citou, reparem bem, citou o artigo do Dr. Júlio Moreira sobre a confusão de *punir* e *pugnar*” (RIBEIRO, 1979, p. 180). O polígrafo João Ribeiro completa a informação com uma nota afirmando que, quando o filólogo paulista fez a tal referência, “não estavam ainda publicados em livro os *Estudos* de Julio Moreira, os quais só apareceram em 1908, e o mesmo Sr. Silvio deu notícia crítica no *Estado de São Paulo*, [em] abril do mesmo ano” (RIBEIRO, 1979, p. 180, n. 113).

Em sua resenha crítica sobre o livro *Estudos de Língua Portuguesa vol. I*, Silvio de Almeida (1908) tece comentários usando exemplos com os apontamentos do filólogo português, enfatizando os estudos voltados para a *sintaxe popular* e histórica.

Recebemos por intermédio da Casa Beethoven, um exemplar deste valioso trabalho, em que o A. enfeixou varios escriptos anteriormente estampados na imprensa periodica especial, alem de outros ineditos, quase todos referentes aos estudos de syntaxe popular e historica. Não ha na obra um só capítulo que não seja do maximo interesse para quantos desejem aprofundar o conhecimento do vernaculo: mas o que nella mais nos encanta é o modo da exposição, sempre clara, simples e magistral (ALMEIDA, 1908, p. 01).

⁸⁶ Cf. *O Estado de S. Paulo*, Anno 308, nº 10.724, do dia 20 de abril de 1908, p. 01.

⁸⁷ Silvio Tibiriçá de Almeida (1867-1924) era poeta, cronista, filólogo e diretor da *Revista de Filologia Portuguesa*. Após sua morte a *Revista* passou a ser dirigida por Mário Barreto (1879-1931). Em artigo sobre *Os estudos linguísticos em São Paulo* Maurer Jr (1954) afirma que Silvio de Almeida “era professor de literatura, mas dedicava-se com amor aos estudos linguísticos a respeito do vernaculo, publicando sobre o assunto alguns artigos. Interessa-nos, porem, aqui, sobretudo a Revista de Filologia Portuguesa, por ele fundada, que, iniciada em janeiro de 1924, saiu ate agosto de 1925. Infelizmente apos o falecimento do seu fundador em fins de março de 24, a revista so sobreviveu um pouco mais de um ano sob a direção de Mario Barreto mas sempre publicada em São Paulo” (MAURER JR., 1954, p. 121).

Silvio de Almeida ofereceu no seu texto mais detalhes a respeito da obra do que forneceu o jornal portuense *Correio do Norte*. Almeida retirou trechos da obra e descreveu-a em muito de seus aspectos, conforme ilustram os excertos abaixo:

[...] Tratando dos adjectivos numeraes cardinaes, o A. menciona, como effeito da próclise, o encurtamento de “cento” em “cem”, mas ao passo de Gil Vicente: “Cent’ açoutos do lombo” pudera juntar os do “Lusíadas” a (III, 43; V, 2): “Que pera um cavalleiro houvesse cento”, “Cursos do Sol quatorze vezes cento”, onde se acha a forma inteira, ainda não substituída pela apocopada. [...] P. 84-85. A posposição das fórmas pronominaes obliquas ao verbo auxiliar em expressões como “hei-te de dar” não é só propria do falar commum de hoje, ou da linguagem dramatica do seculo XVI. No alto estilo da epopéa, encontramos: “Mas ha-se de soffrer?” (I, 75), e nos “Sermões” do Vieira (ed. Garnier, II vol.: “ha-se de considerar” p. 58; ha-nos de servir, p. 216. [...] No cap. XVIII observa o A. que o infinitivo serve para enunciar uma ordem em tom modesto; mas olvidou os casos do “marchar! volver! etc” de uso no commando militar. [...] A syntaxe documentada á p. 142: “... averá. nome fonte de Guariçou; villa que á nome de Caiam”, não é simplesmente da antiga “Demanda do Santo Graal”, e, dos autores modernos, empregou-a Francisco Evaristo Leoni, p. 189, de “Camões e os Lusíadas” (Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1872): “Informam que a ilha a que pertencem há nome Moçambique” (ALMEIDA, 1908, p. 01).

A minúcia do trabalho resenhado é notória, tal como podemos observar nos comentários de Almeida referente ao infinitivo dos verbos *marchar*, *volver*, os quais, segundo o filólogo brasileiro, não foram citados por Moreira. Nota-se, ainda conforme Almeida, de que a syntaxe documentada pelo filólogo português foi empregada também, dentre os autores modernos, por Francisco Evaristo Leoni e não somente na Demanda do Santo Graal. Almeida refere-se aqui a uma obra de Francisco Evaristo Leoni, publicada no ano de 1872, em que Leoni realiza um ensaio histórico, crítico e literário a respeito de Luis Vaz de Camões e os Lusíadas. Nessa referência específica, Leoni é considerado usuário da língua, e não autor de uma obra metalinguística, em especial.

Entretanto, sabemos que Leoni (1804-1874) é também autor de *Genio da lingua portugueza, ou causas racionaes e philologicas de todas as reformas e derivações da mesma lingua*, publicada em 1858; obra de carácter metalinguístico, que, tendo vindo a lume em 1858 e em 1860, respectivamente, na opinião de Adolpho Coelho, “ainda não

[tinham sido] substituídas por melhores” (COELHO, 1868, Prefação, p. viii), no que diz respeito ao tratamento do “vocabulário” e da “grammatica do portuguez” (COELHO, *idem*, *ibidem*). Ainda na opinião desfavorável de Adolfo Coelho,

A obra do sr. Leoni não é tão imperfeita como a precedente [de Court Gebelin], mas estáobem longe de dar, como a parte indicada do titulo promette, uma analyse do organismo do portuguez: reduz-se quasi toda ao que nós chamamos morphologia, e apenas um acanhadíssimo capitulo é dedicado á phonologia, e esse mesmo superficialissimo, e, o que é peor, inexacto: *Vazio*, por exemplo, não pode vir de *vacuns*, como nelle se suppõe, nem tão pouco buraco de *furamen* (COELHO, 1868, Prefação, p. x).

Por fazer parte de uma geração de filólogos portugueses que, na esteira de Adolfo Coelho, eram defensores dos novos métodos filológicos chegados pelas mãos desse a Portugal, é bem provável que, na concepção de Moreira, tal como na de Adolfo Coelho, o trabalho de Leoni representasse algo ultrapassado, inexacto, porquanto “a philologia portugueza era completamente alheia”, nos tempos desse autor, “aos progressos que a sciencia da linguagem, a *glottica*, para usarmos da melhor das denominações que lhe tem sido dadas, tinha realizado em as nações que outro tempo acompanhámos no seu desenvolvimento intellectual” (COELHO, 1868, Prefação, p. vii). Daí, a provável não referência às obras de Evaristo Leoni nos *Estudos* de Julio Moreira.

Há um contraste em relação à forma como a obra *Estudos da Língua Portuguesa* foi recebida tanto pela segunda geração de filólogos brasileiros e portugueses, quanto pelos filólogos da primeira geração. Os filólogos da segunda geração perceberam a obra como uma mera descrição dos fatos sintáticos e alguns citavam Moreira para fins de estudos etimológicos.

3.3. Repercussão da obra na geração de filólogos, linguistas e gramáticos posteriores

Apresentaremos, abaixo, a geração de filólogos, linguistas e gramáticos posteriores a Julio Moreira e a maneira como receberam seus *Estudos*.

- a) Ismael Lima Coutinho (2005 [1938]);
- b) José Pereira Tavares (1948);
- c) Evanildo Bechara (1983 [1961]);
- d) Silvio Elia (1963);
- e) Serafim da Silva Neto (1988 [1952], 1986 [1957], 1956);
- f) Francisco da Silveira Bueno (1965, 1967);
- g) Rocha Lima (1962);

Ismael de Lima Coutinho (2005 [1938]) ao tratar do uso do verbo *chamar* para referir-se ao falso brasileirismo, cita Julio Moreira para reforçar a ideia de que o português brasileiro tem raízes no português antigo; diz Coutinho:

615- O verbo chamar, seguido de *de*, é outro falso *brasileirismo*. Chamei-o de tolo. O que o português usa atualmente é – *Chamei-lhe tolo* ou *chamei-o tolo*.

No entanto, encontramos exemplos da nossa prática, no português antigo. Haja vista o que sobre isso escreveu Julio Moreira: “O verbo chamar, porém, não se usa hoje com tal construção nem na linguagem popular, nem na literária, mas teve-a em outro tempo, do que se encontram exemplos, como no seguinte passo de Gil Vicente, vol. II, 435:

“Se casasses com paixão
Que grande graça seria
E minha consolação!
Que te chame de ratinha.

Tinhosa cada meia hora...” (COUTINHO, 2005 [1938], p. 340).

Coutinho (2005 [1938]) citou também o filólogo português para discordar da atribuição feita em relação ao uso de *mais* nas frases negativas em lugar de *já* ao

“dialeto brasileiro”. Coutinho arrola exemplos para mostrar que o uso já estava presente em “antigos escritores portugueses”. Vejamos:

Atribuiu Júlio Moreira ao dialeto brasileiro o uso de *mais*, nas frases negativas, em lugar de *já*.

Os seguintes exemplos mostram que o ilustre filólogo não tinha razão, porque são de antigos escritores portugueses:

“...entendeo que lhe nom compria mais aperfilhar na guerra”. (Fernão Lopes, D. Pedro I, XVII, p. 50).

“...o disse que fizessem o que quisessem, que ele nada tinha mais que fazer...” (Garcia de Resende, D. João II, XLVI, p. 253).

“Senhora, não monta *mais*

Semear milho nos rios...”

(Gil Vicente, Obras, vol. I, p. 122).

“Não quero mais ajudou, venha a morte”

(Antonio Ferreira, Obras Completas, vol. II, p. 254).

(COUTINHO, 2005 [1938], p. 340)

Pelos exemplos acima apresentados, é possível perceber que a tese do conservadorismo no português brasileiro também está ressaltada nas posições de Ismael de Lima Coutinho. Coincidentemente ou não, Lima Coutinho foi professor de Serafim da Silva Neto que, por sua vez, também defendia a tese do conservadorismo no português brasileiro.

Nesse sentido, os estudos de Moreira são importantes para dar fundamento à tese do conservadorismo, seja pelo simples fato de Moreira trazer à tona a história de um certo étimo, o que, em si, valida sua antiguidade; seja em razão de haver algum estudo mais aprofundado e elaborado pelo autor a respeito desse mesmo étimo, já que o estudo desse vocábulo mostra sua origem antiga na língua, e, ao mesmo tempo, serve de referência aos demais filólogos.

José Pereira Tavares (1948) ao referir-se a Julio Moreira e Epifânio Dias, o faz de forma elogiosa para destacar suas contribuições para o ensino da língua portuguesa em Portugal. Afirma Tavares:

Pelo que deixamos escrito, vê-se quão notabilíssima foi a acção que estes dois portugueses ilustres desenvolveram a bem do seu país, quer prestigiando-o como professores, quer dotando o ensino com admiráveis

instrumentos de trabalho [...] Julio Moreira se desse a resolver, e de modo definitivo, em revistas e jornais, muitos dos problemas da língua nacional (TAVARES, 1948, p. 389).

Augusto Epifânio da Silva dias (1841-1913) e Julio Gonçalves Moreira (1864-1911), mais simplesmente conhecidos por Epifânio Dias (ou só Epifânio) e Júlio Moreira – eis dois notabilíssimos professores e humanistas que, pelos serviços prestados ao Ensino Secundário e à Cultura, não podem ser esquecidos e é necessário mostrar às novas gerações (TAVARES, 1948, p. 361).

Tavares, quando jovem, era frequentador da residência de Moreira devido à amizade que cultivava com um dos filhos do filólogo. Tavares (op. cit.) afirma ter, inicialmente, sido conhecedor da obra de Moreira, mais pelo que o filho do filólogo falava-lhe sobre ela do que pelo efetivo manuseio dos trabalhos do mestre. Afirma textualmente o autor:

A despeito de nos termos ligado pela mais sólida e leal amizade a Júlio Armando Moreira, filho do notável filólogo e humanista portuense, geralmente conhecido por *Júlio Moreira*, e de muitas vezes, ainda em vida deste, havermos entrado em sua casa, nos anos lectivos de 1908-1909 e 1909-1910, em que estudámos no Porto —, nunca o vimos. Conhecíamos-lhe então as obras, mais pelo que a seu respeito ouvíamos ao filho – a mais robusta inteligência que nos foi dado conhecer durante a nossa vida académica —, do que pelo manuseamento dos trabalhos desse Mestre (TAVARES, 1948, p. 382).

José Pereira Tavares afirmou possuir boa parte do espólio de Julio Moreira, uma vez que o próprio filho do filólogo, Julio Armando Moreira, seu amigo pessoal, havia determinado que da livraria, constituída pelos volumes que ele próprio adquirira e pelos que restavam da livraria de seu pai, fossem entregues a Tavares os que esse desejasse possuir. Por isso, diz Tavares: “Assim se explica que bastantes volumes do grande filólogo e professor Júlio Moreira sejam hoje pertença da pessoa que traça estas linhas” (TAVARES, 1948, p. 382-3).

José Pereira Tavares conclui seu artigo sobre ambos os filólogos, Julio Moreira e Epifânio Dias, ressaltando “quão notabilíssima” havia sido a ação “que estes dois

portugueses ilustres desenvolveram a bem do seu país”, fosse prestigiando-o como professores, fosse dotando o ensino das letras portuguesas “com admiráveis instrumentos de trabalho — livros de estudo, gramáticas e edições anotadas de autores latinos, das melhores que se têm publicado entre nós” (TAVARES, 1948, p. 389). Essas informações são aqui ressaltadas porque Tavares, a partir do acesso privilegiado que teve às fontes e ao acervo pertencentes a Júlio Moreira, pode destacar a riqueza do trabalho didático e filológico do portuense, a quem comparou a um dos maiores nomes da filologia portuguesa, Epifânio Dias.

O tratamento de um dos temas mais polêmicos a respeito da divergência entre o Português brasileiro e o Português europeu, a colocação pronominal, também foi merecedor da atenção de Júlio Moreira. Evanildo Bechara, em *Moderna gramática portuguesa* (1983 [1961]) apontou a lição de Moreira, que a fez de modo bastante científico, e na qual se evitou qualquer tipo de comentário polêmico, como era costume, à época, entre escritores, gramáticos, filólogos e estudiosos portugueses e brasileiros.

Bechara (1983 [1961]) ao tratar do emprego de pronomes átonos, faz referência a Julio Moreira e afirma que o autor sustenta a ideia de que no Brasil a primeira construção é mais usada do que em Portugal:

A língua padrão admite *pode-se compô-lo* ou *pode-se compor* quando não há locução verbal: *Pode-se* de algum modo *ligá-lo* a Schopenhauer...(João Ribeiro, Fabordão, 19). Julio Moreira (*Estudo da Língua Portuguesa*, II, 30-31) diz que em Portugal é menos comum do que no Brasil a primeira construção (BECHARA, 1983 [1961], p. 257).

O comentário do filólogo português a respeito do emprego do pronome átono *lo* ser menos comum em Portugal do que no Brasil, em construções como as acima exemplificadas, não aparece, sob nenhuma hipótese, com marcas de reprovação. Antes, apresenta-se sob um caráter científico-descritivo a respeito do uso brasileiro. Tanto é

assim que Bechara expõe a forma em seu texto gramatical como admitida pela língua padrão.

Ainda em relação à *colocação pronominal* do Português brasileiro, é interessante enfatizar que, nas duas páginas precedentes (p. 28-29) às citadas por Bechara, Moreira faz também referência à colocação pronominal brasileira em início de oração, e aqui, em igual aspecto ao anterior, Moreira o faz sob um critério estritamente científico-descritivo, isto é, sem marcas de reprovação em relação à variante brasileira. Assim diz o filólogo português:

Nunca a oração começa pelo pronome *se*, como poderia suceder, se êsse pronome houvesse adquirido as funções de sujeito. Não se dirá: “*se* quebrou um copo”, mas “quebrou-*se* um copo”. No falar do Brasil e em castelhano usa-se aquela colocação, mas por outro motivo, que se estende a todos os pronomes pessoais empregados como completivos (MOREIRA, 1913, vol. II, p. 28-29).

Já Silvio Elia (1963), em *Ensaio de Filologia*, trata da supressão do uso da preposição nas orações relativas e diz que Julio Moreira refere-se a esse mesmo fenômeno também em Portugal:

O fenômeno, aliás, verifica-se também em Portugal. Basta ler o que diz Júlio Moreira, *Estudos*, I, 44. “Nas orações relativas em que o relativo deveria ser precedido de uma preposição, omite-se frequentemente essa preposição, que é, depois empregada com um pronome pessoal, para exprimir a mesma relação no meio ou no fim da frase” (ELIA, 1963, p. 124).

Conforme já desenvolvido no capítulo 2 desta dissertação, a abordagem de Moreira referente às orações relativas ganha importante destaque em seus *Estudos*, principalmente se considerarmos as semelhanças de alguns empregos das relativas tanto no Brasil quanto em Portugal. Elia (1963) continua reforçando a explicação de Julio Moreira para o fenômeno. Conforme as próprias palavras de Elia:

Como explicação para o fato, salienta ainda o Dr. Júlio Moreira que “concebe-se sem dificuldade que a rigorosa precisão das proposições relativas se quebrasse por uma tendência para a simplificação e generalização, tendência que resultaria de ser muito mais freqüente o emprego do pronome *que* como sujeito e como complemento direto, isto é,

não precedido de preposição. E para fixar essa construção concorreria ainda circunstância de ser mais enfática do que a literária” (ELIA, 1963, p. 134-135).

Podemos notar por essas referências que Julio Moreira era um autor conhecido pelos filólogos brasileiros do século XX. Esses filólogos referiam-se a Moreira, na maioria dos casos, para tratar de assuntos relacionados à etimologia e à sintaxe histórica do português sem, no entanto, dar a importância devida às análises desenvolvidas por ele. Elia, nesse caso, é uma exceção, porque extraiu do excerto a interpretação que Moreira havia dado para o apagamento das preposições antecedentes ao pronome relativo *que*. Julio Moreira ressaltou o fato de que “para fixar essa construção concorreria ainda circunstância de ser [ela] mais enfática do que a literária”.

Serafim da Silva Neto (1986) recorre a Julio Moreira para fazer levantamento etimológico de algumas palavras, embora suas referências sejam objetivas e sintetizadas:

Pulmen (polme – vj. J. Moreira, *Estudos da língua portuguesa* I, 196) (SILVA NETO, 1986, p. 270).

J. Moreira, *Estudos de língua portuguesa*, I, 189), algarv. *barda* “sebe de lenha para esguardo” (SILVA NETO, 1986, p. 299).

Além disso, Silva Neto (1988 [1952]) referiu-se à atividade filológica e à obra de Moreira de forma elogiosa e ressaltou os capítulos da sintaxe histórica e popular como também as de questões de linguagem. Afirmava que o filólogo utilizava método rigoroso e material abundante. Dizia o autor:

A principal atividade filológica de Júlio Moreira (1854-1911) está coligida aos *Estudos da língua portuguesa* (I, 1907; II, 1913, póstumo), onde se lêem preciosos capítulos acerca da sintaxe histórica e popular e de diversas questões de linguagem. Moreira trabalhava com método rigoroso e manual abundante. Cf. mais J. P. Tavares, Epifânio Dias e Júlio Moreira, editores e comentadores de textos latinos (in: *Humanistas*, II, 361-390) (SILVA NETO, 1988 [1952], p. 64).

Ainda sobre Julio Moreira, Silva Neto (1956) apresenta estudos do filólogo português sobre o árabe e traz o seguinte exemplo:

Júlio Moreira, diga-se entre parênteses, chamou a atenção para o curioso topônimo *Mafómedes*, do concelho de Penaguião, distrito de Vila Real. Segundo êsse Mestre português a origem dele esta no hispano-árabe *Mahómed*, do qual teria saído o genitivo (villa) Mahómedis. (Cf. os Estudos da língua portuguesa, II, 1913, págs. 321 e ss) (SILVA NETO, 1956, p. 344).

Serafim da Silva Neto (1946) procurando demonstrar a necessidade e a importância do estudo do latim vulgar para a elaboração de uma sintaxe histórica portuguesa, afirma que quase nada havia sobre o assunto, no entanto refere-se ao trabalho de Julio Moreira reconhecendo nele ali certos avanços, ainda que com certas ressalvas:

Cuido haver demonstrado a necessidade e a importância do estudo do latim vulgar para a elaboração de uma sintaxe histórica portuguesa. Quando, ainda há pouco, asseverei que quase nada havia sobre o assunto, naturalmente ocorreram ao espírito do leitor as obras de Epifânio Dias e Julio Moreira. Bem conheço os utilíssimos trabalhos desses conspícuos filólogos. Mas êsses investigadores limitam-se (certo porque no seu tempo mais não poderiam fazer), a registrar os fatos sem explicá-los, sem interpretar-lhes a psicologia e devassar-lhes o íntimo (SILVA NETO, 1946, p. 125-126).

A respeito desse comentário de Silva Neto é preciso que se leve em consideração que Moreira também tecia críticas referentes aos estudos de alguns autores e, como exemplo, podemos citar Julio Ribeiro. O filólogo português discordou de Ribeiro ao tratar da origem do artigo definido; diz Moreira:

Na Grammatica Portuguesa de Julio Ribeiro, em um dos Anexos publicados no fim do livro, ainda na sétima edição se pretende sustentar que a origem do nosso artigo definido não é o pronome latino *ille*, como a comparação com as demais línguas românicas basta para mostrar, mas sim outro demonstrativo no ablativo, *hoc*, *hac*. Como aquella grammatica é bastante lida, principalmente no Brasil, achamos conveniente tratar aqui d'este facto para que tal erro não continue a propagar-se. (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p.8-9, n. 2).

Percebe-se, há não só uma descrição, mas uma abordagem crítica dos fatos. Julio Moreira também deu explicações para a origem do artigo definido e, ainda que não fossem explicações psicológicas, como afirma Silva Neto, Moreira trouxe explicações históricas. Segue o excerto no qual Julio Moreira com sua explicação histórica, mais precisamente fundamentada nas leis fonéticas, opõe-se a Julio Ribeiro, fazendo referência à *Grammatica* deste:

O argumento que o autor apresenta, é não poder explicar o desaparecimento do *l* nas fórmulas anteriores *lo, la, los, las*, para chegar a *o, a, os, as*. É sabido que o *l* inicial, isto é, de princípio de palavra, permaneceu, na passagem do latim para português; mas que ao contrario o *l* entre vogais desapareceu (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 9, n.2).

Além desse exemplo de Julio Ribeiro comentado criticamente por Julio Moreira, podemos citar, também, trechos da carta de Sampaio Bruno (1895) referente aos estudos de Moreira, como prova de que o filólogo português apresentava abordagem crítica dos fatos por ele estudados. Sampaio Bruno reforça aí a ideia de que Moreira contribuiu com “edições escholiadas dos clássicos latinos à altura da sciencia contemporanea”.

D’um estudo indefeso e ao par dos resultados das sciencias históricas, possuindo, por completo, os recursos da alta literatura, não se limitou Julio Moreira á aquisição das línguas, vivas ou mortas, do nosso occidente, antes é segura a sua competencia nos idiomas orientaes pelo que toca ao ramo semítico, especialmente ao arabe.

Aproveitando, na diffusão da cultura e na renovação dos methodos de aprendizagem, a prodigiosa copia do saber que vem acumulando e continua thesaurizando, Julio Moreira tem publicado magníficas edições escholiadas dos clássicos latinos, á altura da sciencia contemporanea e como difficilmente se encontram tam perfeitas e completas nos grandes centros da cultura escholar lá fóra (SAMPAIO BRUNO, In: Voz Publica, nº 1498, 1895).

Já Rocha Lima (1962), ao referir-se à Comissão que em Portugal estudou as bases da reforma ortográfica, cita Julio Moreira como um dos maiores filólogos de

Portugal juntamente com Leite de Vasconcelos, Carolina Michaellis, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, José Joaquim Nunes entre outros. Diz o autor:

[...] A partir de 1868, depois que, graças aos estudos de Adolfo Coelho, deu entrada em Portugal a ciência linguística, é que se tornou possível enfrentar, com sólida base científica, o problema da ortografia. O grande renovador foi o mestre português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, que, após vários opúsculos preparatórios, publicou, em 1904, a sua notabilíssima *Ortografia Nacional*, ponto de partida de quanto se fez depois. Em consequência da repercussão desse trabalho, o governo português nomeou, em 1911, uma comissão para estudar as bases da reforma ortográfica. Essa comissão, integrada por alguns dos maiores filólogos de Portugal (Leite de Vasconcelos, Carolina Michaellis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e outros) (ROCHA LIMA, 1962, p. 79).

Há que se diferenciar duas facetas importantes desse todo, quais sejam: pelo que foi desenvolvido até aqui, pode-se dizer que, há depoimentos sobre Julio Moreira e, também, há trabalhos científicos que se valeram de suas lições. Entre os primeiros, podemos elencar, praticamente, as declarações dos filólogos da primeira geração. Entre os segundos, podemos relacionar os trabalhos da, aqui denominada, segunda geração de filólogos brasileiros e portugueses, conquanto haja autores dessa segunda geração que desenvolveram os dois tipos de referência ao autor. É o caso de Silveira Bueno.

Silveira Bueno (1967) em *A formação histórica da língua portuguesa* afirmava que Julio Moreira havia feito estudos em que trazia apenas normas, preceitos sobre o estudo da língua, o que para nós não condiz com a trajetória do filólogo português. Seus estudos vão muito além de “mera preceptiva”, aliás, os estudos de Moreira, conforme estudado no capítulo dois dessa dissertação, contribuíram de modo significativo para a pesquisa da *sintaxe* sobre a “fala popular”. Além disso, o próprio Silveira Bueno reconheceu que esses “estudos menores” de Moreira eram “seguros pela documentação”, o que demonstra, por um lado, o reconhecimento ao autor portuense;

mas que, por outro lado, também indica a crítica de Bueno pela expressão “mera preceptiva”:

Com estudos menores, quase todos de mera preceptiva, mas seguros pela documentação foi Júlio Moreira. Deixou-nos dois volumes “Estudos da língua portuguesa” – Lisboa – 1922 (SILVEIRA BUENO, 1967, p. 243).

Entretanto, Silveira Bueno (1965), em *Questões de português*, vol. 1, refere o filólogo português como um bom autor para se consultar a respeito da impessoalidade dos verbos *haver* e *poder*, quando este verbo “participa da impessoalidade” daquele:

Observa-se o mesmo fenómeno de impessoalidade quando *haver* depende, por exemplo, de *poder*. Numa frase como esta: “No Brasil *pode haver* pessoas descuidadas” não se corrigiria: *podem haver* pessoas descuidadas. O verbo *pode* participa da impessoalidade de *haver*. Tudo entendido? Se quiser um bom autor para consultar a respeito deste assunto, leia Júlio Moreira, *Estudos da Língua Portuguesa*, vol I, pág. 69 (SILVEIRA BUENO, 1965 p. 84).

Esse texto de Silveira Bueno, bastante interativo para a época, e no qual o autor sugere a consulta à obra de Moreira, não é uma gramática, mas sim uma coletânea em que aparecem textos de ordens diversas a respeito da língua portuguesa. Ressaltamos tais informações porque Silveira Bueno, autor também de uma *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior* (1944), até onde pudemos apurar, não citou Julio Moreira nesse seu texto gramatical.

As avaliações da geração posterior de filólogos, tais como a de Serafim da Silva Neto (1946) no Brasil, e a de Manuel de Paiva Boléo (1946) em Portugal, eram de que Moreira limitava-se a “registrar os fatos sem explicá-los, sem interpretar-lhes a psicologia e sem devassar-lhes o íntimo” (SILVA NETO, 1946, p. 126) ou de que Júlio Moreira, diferentemente de Said Ali, limitava-se “a registrar fatos sem procurar explicá-los” (BOLEÓ 1946, p. 94 *apud* ELIA, 1963, p 175).

O que podemos entender por “interpretar-lhes a psicologia sem devassar-lhe o íntimo”, no âmbito do comparativismo-histórico? A resposta está no seguinte fato.

Segundo Bouquet (2004), Van Ginneken, publicou em 1907 seus *Principes de linguistique psychologique*, obra na qual apresentou as leis linguísticas como irredutíveis às leis psicológicas, colocando a linguística “no terreno de princípios psicológicos tirados de Wundt (e rejeitando, por outro lado, a abordagem “das gramáticas filosóficas e das gramáticas comparadas”). Muitos filólogos, dentre eles Silva Neto, foram adeptos às tais teorias de Van Ginneken.

No entanto, essas ponderações de que o filólogo portuense limitava-se a “registrar os fatos sem explicá-los, sem interpretar-lhes a psicologia e sem devassar-lhes o íntimo”, pareciam não levar em conta passagens como as seguintes, em que Moreira, fundamentado no método histórico e comparativo da linguística do século XIX, apresentava explicações de ordem histórica e, muitas vezes, também de ordem psicológica para questões sintáticas, que, se não se assemelhavam às de Said Ali – reconhecidamente um dos melhores sintaticistas da língua portuguesa –, estavam muito próximas às dadas pelo filólogo brasileiro.

Para fins de comparação, apresentaremos abaixo dois trechos: um em que Said Ali (1930) explica o anacoluto, outro em que Moreira (1922 [1907]) explica a concordância do verbo *haver* na linguagem popular e familiar. Como veremos, ambos oferecem explicações ditas psicológicas para os fatos sintáticos, embora Moreira avance também explicações de ordem histórica.

Para Said Ali (1930):

quando uma oração é interrompida por outra ou por outras de certa extensão, pode dar-se esquecimento da forma com que aquella vinha iniciada, resultando d’ahi um anacolutho: Alguns vizinhos... se punham á espreita *para que*, tanto que algum daquelles animaes sahisse fora dos seus limites, *tomal-o* por perdido e *matal-o* (Bern. N. Flor, 1, 370) (SAID ALI, 1930, p. 39).

Para o filólogo “estas arrancadas de linguagem, irreflectidas ou mal ponderadas, que levam o homem a expressar-se contrariamente ás normas da syntaxe, são evitadas

[...] entre as pessoas que se prezam de falar correctamente”. Ainda, de acordo com sua explicação, “nos casos apontados, a causa perturbadora da boa estrutura oracional é a *precipitação no falar*”; segundo Said Ali (op. cit.), essa causa perturbadora da precipitação no falar “reside no proprio individuo que expõe suas idéas. Outras vezes, porém, a causa vem de fora; pode estar na pessoa ou pessoas a quem as palavras são dirigidas” (op. cit., p. 40, grifamos). Nota-se, também, que o filólogo não deixou de ressaltar as implicações interacionais que, muitas vezes, há no processo, explicando-as minuciosamente:

Com effeito, o orador tem bastante intelligencia para comprehender que o cerebro do ouvinte não é simples machina receptora, que se deixe impressionar sem nunca reagir. Mentalmente, sem proferir palavra, o ouvinte fará por vezes um reparo, uma pergunta, uma objeção. O orador, adivinhando o que se passa e querendo atalhar, põe logo em evidencia a idéa do ouvinte e depois, ainda com sacrificio da logica e da syntaxe, prossegue na exposição dos seus pensamentos (SAID ALI, 1930, p. 40).

Já Moreira (1922 [1907]), explicando as formas de concordância do verbo *haver*, afirmava que

é frequente encontrar-se essa concordancia [indevida do verbo *haver* impessoal] na linguagem popular e familiar, e ainda, [...] em escritores menos cautelosos, bem como uma ou outra vez, certamente por lapso, nos mais primorosos prosadores.
Na boca do povo ouvem-se muitas vezes até expressões como *hão dois, hão muitos* (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 69).

Moreira (idem) dá continuidade à explicação afirmando que “em certos casos”, pelo contrário, o verbo *haver* conserva a mesma linguagem no singular, fazendo-o concordar com um sujeito que lhe junta, o pronome pessoal *elle* (cfr. em francês *il y a*)”. Isto se sucede – segundo Moreira – “*principalmente* em formulas que se deseja tornar *emphaticas*” (op. cit, p. 69).

O fato de se referir à *ênfase* que existia nesses tipos de construções mostra que o autor, nessa sua análise, semelhantemente a Said Ali, deu mais importância ao aspecto interacional, próprios da língua falada, do que ao enfoque lógico da construção. Com

isso, é possível afirmar que, contrariamente ao que sustentavam alguns autores, de que Moreira apenas registrava os fatos sem explicá-los, ou mesmo, “sem interpretar-lhes a psicologia”, o esclarecimento do filólogo portuense nessa passagem da concordância do verbo *haver* demonstra não apenas uma explicação comparativa com o francês, mas também uma dedução, diríamos, psicológica sobre o fato sintático, ao afirmar que “isto se succede *principalmente* em formulas que se deseja tornar emphaticas” (MOREIRA, 1922 [1907], vol. I, p. 69, grifamos). A ênfase, nesse caso, seria tanto psicológica quanto estilística, e ambas estariam conectadas entre si.

Também, ao explicar o emprego de algumas preposições, Moreira (idem) referia-se explicitamente à *interpretação psicológica* que se faz do emprego da preposição “a”, como no seguinte trecho:

Em particular nota-se a construção do verbo *chamar* em frases como: “chamei alguém”; – não chamei ninguém”; – chamar *a* alguém ladrão” ou como se dizia antigamente entre nós e ainda hoje no falar do Brasil [...] “chamou-o de ladrão”.

O emprego da preposição parece dever explicar-se pela idéia de interesse que os seres animados podem ter na realização da acção, ao passo que os inanimados se consideram apenas como sofrendo-a. *Confirma tal interpretação da psicologia dêste facto sintático* o romano, que usa em casos como os mencionados a preposição *pré*, do latim *per*, à qual em português corresponderia propriamente “para” (MOREIRA, vol. II, 1913, p. 53-4, grifamos).

Ressalta-se ainda o fato de que, embora Moreira ofereça uma explicação psicológica para a sintaxe, não deixa também de apresentar-lhe explicações históricas.

Os estudiosos da tradição filológica comparatista recorriam às explicações históricas quando, pelo estudo comparativo das formas, era possível chegar a certas conclusões relativas a elas. Quando isso não era possível ou não era suficiente, os filólogos comparatistas recorriam à psicologia. As explicações pelo fenômeno da

*analogia*⁸⁸ são um exemplo desse tipo de interpretação de ordem psicológica. Os Neogramáticos foram seus maiores representantes. A opinião de Silva Neto (1942, p. 72), de que “a força analógica não se limita à fonética, mas domina todo o campo da língua”, parece acentuar a ideia de como os filólogos comparatistas, nesse caso, inclusive Moreira, estendiam a explicação do fenômeno da analogia também no nível da sintaxe.

De tudo o que foi exposto nesse capítulo, relativamente à recepção crítica da obra de Julio Moreira, pode-se afirmar que a primeira geração de filólogos, tanto portugueses quanto brasileiros, recebeu sua obra de forma positiva, o que não ocorreu com a segunda geração. A segunda geração percebeu o trabalho de Julio Moreira apenas como fonte para questões de ordem etimológica, e no máximo, reconhecia-o como um filólogo que somente descrevia os fatos sintáticos. Procuramos demonstrar que tais filólogos não deram o valor devido a seus estudos em relação à *sintaxe*, mais especificamente, em relação à *sintaxe popular*.

Mesmo reconhecendo toda a autoridade de Silva Neto e Paiva Boléo em questões filológicas e linguísticas, não podemos concordar com eles, quando dizem que Moreira apenas registrava “os fatos sem explicá-los, sem interpretar-lhes a psicologia e sem devassar-lhes o íntimo” (SILVA NETO, 1946, p. 126) ou, como afirmava Boléo, que Júlio Moreira, diferentemente de Said Ali, limitava-se “a registrar fatos sem procurar explicá-los” (BOLÉO 1946, p. 94 *apud* ELIA, 1963, p. 175). Vimos que Moreira, tal como Said Ali, também apresentou explicações psicológicas para fatos sintáticos, que ele denominou *expressões enfáticas*.

Além disso, defendemos que, se Moreira não ofereceu maiores explicações ditas psicológicas para fatos sintáticos foi porque este tipo de explicação não era muito

⁸⁸ Conforme demonstrado no Capítulo 1 desta dissertação, item **1.2.2.1. O conceito de analogia e etimologia popular segundo Julio Moreira**, p. 33 e ss, o autor não só empregou a metodologia para dar explicações pelo estudo da analogia, como também teorizou sobre ela.

comum em seu tempo, já que a abordagem histórico-comparativa, como se sabe, era o que prevalecia na época. E essa abordagem Moreira utilizava com maestria. Sabemos que para cada época, há o predomínio de uma orientação que, muitas vezes, não será modelo para a época seguinte. Esta pode ser a explicação para o fato de Moreira não ser devidamente reconhecido por muitos dos filólogos e linguistas que viriam depois dele.

Considerações finais

Após o percurso empreendido neste trabalho, podemos afirmar que o estudo da *sintaxe popular* do português foi objeto de estudo no final do século XIX e início do XX, a partir de uma abordagem histórico-comparativa, que foi levada a cabo pelo filólogo português Julio Gonçalves Moreira (1854-1911).

Pelos estudos das ideias linguísticas do autor aqui investigado, podemos assegurar que sua contribuição, principalmente em relação ao estudo da *sintaxe popular*, é de grande relevância para a conformação dos estudos filológicos e linguísticos do português. Os temas de interesse do filólogo português por questões, hoje, aparentemente menores, estavam no centro das discussões linguísticas da época. Os estudos de Moreira sobre a *analogia*, a *etimologia popular* e sobre a *sintaxe popular*, assim como seus estudos etimológicos são importantes porque serviram de referência a uma geração de filólogos e linguistas contemporâneos e posteriores a ele.

José Leite de Vasconcelos, só para nos referirmos a um dos mais importantes filólogos portugueses que se beneficiaram dos estudos de Moreira, foi seu discípulo e declaradamente um admirador do seu trabalho. Leite de Vasconcelos não só o cita, como também procura ampliar os estudos do antigo mestre. Além disso, foi o responsável pela organização do volume II dos *Estudos* que Moreira deixou por publicar.

O estudo de Julio Moreira foi importante porque colocou em evidência a língua do povo, sob a perspectiva metodológica considerada a mais científica para a época: a do método histórico-comparativo.

Nesse sentido, procuramos evidenciar no **capítulo um** desta dissertação que Julio Moreira contribuiu decisivamente para os estudos metalinguísticos de conceitos como o de *analogia* e *etimologia popular*, que aplicou ao estudo do português. Entendemos que para Julio Moreira a analogia era um princípio linguístico criador que age, antes de qualquer outro evento no “sistema” da língua, ou, pela falta de melhor expressão, um princípio criador que age antes de qualquer outro “arranjo” estrutural da língua.

Conforme argumentamos, a *analogia* estaria ligada, desse modo, às virtualidades, isto é, à abstração do sistema linguístico. Por isso que, para Moreira, a *analogia* é um princípio que tem forte influência sobre o desenvolvimento da linguagem, seja transformando o vocabulário, seja formando uma gramática nova, ocorrendo mudanças significativas na construção sintática, na criação de novas ideias, de mitos e lendas e na criação da poesia. Já a *etimologia popular*, na concepção do filólogo portuense, *era uma aparente manifestação da analogia*, porque, segundo ele, pela aspiração que o *povo* tem de achar a razão de ser de todas as coisas que à primeira vista não compreende, compara-as e assimila-as “a outras que lhe são conhecidas”.

Ainda no âmbito do capítulo um, o estudo do *horizonte de retrospectão* do autor mostrou a contextualização histórica e filológica de sua produção no final do século XIX em Portugal. Desse modo, ainda nesse capítulo, viu-se que a escolha de Julio Moreira, juntamente com a de outros filólogos, inclusive de renome internacional, para compor a Comissão da Reforma Ortográfica de 1911 não se deveu a um lance de mera casualidade, antes, esteve ligada ao fato de que, nas ciências da linguagem, esses autores junto com Moreira eram na época os detentores de notório saber científico em Portugal. Dentre seus pares, percebeu-se que Moreira também havia se especializado na história das formas linguísticas, isto é, na história da passagem dessas formas do latim para o português, daí seus vários estudos sobre *analogia* e *etimologia popular*.

Quanto ao **capítulo dois**, central na discussão a respeito das importantes ideias linguísticas do autor, foram discutidas características relevantes sobre o conceito de *sintaxe popular*, bem como assuntos relacionados a ele. Sendo assim, após alguns levantamentos, pudemos verificar que para Julio Moreira *a sintaxe popular é uma das “formas latinas antigas” do português arcaico preservadas de algum modo na fala do povo*, ou seja, por hipótese, a *língua popular* é conservadora porque mantém traços de estágios de língua próximos do latim falado. Conforme dissemos, essa ideia já estava representada de modo geral nos estudos românicos, conforme podemos observar, por exemplo, na afirmação de Gaston Paris, no prefácio que este fez à *Gramática das Línguas Românicas*, de Friedrich Diez (1794-1876), Nesse sentido, é preciso reconhecer que Julio Moreira foi mais adepto das ideias de Diez e Meyer Lübke, para quem, como vimos, as línguas românicas eram os estados atuais assumidos pela língua latina, anteriormente falada pelas classes baixas romanas. E isso pôde ser mostrado pela maneira como Moreira conceituou e exemplificou o que chamou de *sintaxe popular*.

Nesse mesmo capítulo, sustentamos o pressuposto de que para Julio Moreira a *sintaxe do povo* (a língua falada) não era uma deturpação da linguagem literária, culta, mas sim, de acordo com seu argumento, uma variação na qual se encontravam as raízes históricas da língua. Então, por hipótese, Julio Moreira defendeu a tese da conservação, pela fala do povo, manifesta por meio da sua *sintaxe*, e que constituía um fator de conservação de fases anteriores da língua. Ainda, conforme expomos, Moreira foi um autor que teve como foco de suas investigações os estudos da língua falada, embora com propósitos diferentes dos estudos atuais.

Fator de fundamental importância para os argumentos defendidos neste trabalho foi a constatação de que os estudos sintáticos de Moreira sobre o “português popular” também estiveram voltados para as diversas formas de construção das orações relativas no português, denominadas pela linguística contemporânea, de base gerativista, *relativa*

padrão, *relativa resumptiva* (ou com pronome lembrete) e *relativa cortadora*. Esses linguistas modernos, como Fernando Tarallo, defendiam a hipótese de que o português brasileiro estaria se afastando do português europeu, principalmente, devido à preferência do português brasileiro pelo emprego das relativas cortadoras e resumptivas (ou com pronome-lembrete), em detrimento da relativa padrão; à medida que o PE, ao contrário do PB, apresentava preferência pelo emprego da relativa padrão em prejuízo das outras duas, a resumptiva e a cortadora.

Entretanto, os estudos de Moreira (1907), como ficou demonstrado, ocorridos anos antes, revelam que o emprego tanto das relativas resumptivas com pronome-lembrete” quanto das relativas cortadoras (nos termos modernos) eram também frequentes na “construção da linguagem popular” em Portugal, no final do século XIX e início do XX.

Portanto, levando em consideração os estudos realizados por Moreira, conclui-se que: 1º a preocupação com o estudo desse tipo de construção sintática do português, as orações relativas, não foi objeto de estudo apenas das pesquisas contemporâneas, Julio Moreira, anos antes, também dedicou importante atenção ao estudo dessas estruturas; 2º a despeito do que as pesquisas modernas sobre as relativas no Português do Brasil vêm demonstrando nos últimos 20 anos, os estudos de Julio Moreira conforme desenvolvido nesse trabalho, demonstram que esse não é um caso particular do português do Brasil, tal como se vinha afirmando nas últimas décadas na literatura linguística sobre o problema.

Enfim, para abonar o que aqui afirmamos, estudos recentes realizados em Portugal sobre o português Europeu, a respeito do mesmo fenômeno, demonstraram que essa tendência da estratégia resumptiva, e, semelhantemente, da estratégia com a relativa cortadora vêm se concretizando também no português Europeu contemporâneo, tanto na modalidade falada quanto na modalidade escrita, embora com menor incidência

sobre esta, conforme atesta Alexandre (2000), pesquisadora, que parte de dados dos *corpora oral e escrito* do Português Europeu. Isso nos leva a concluir que as relativas cortadoras e as relativas resumptivas não são, portanto, uma marca exclusiva da variedade brasileira (PB), conforme argumentou Tarallo, mas antes são um fenômeno da Língua Portuguesa.

Embora Arim, Ramilo e Freitas (2005, p. 79), em uma das bibliografias mais recentes sobre o assunto, afirmem que “as hipóteses apontadas para esta tendência [de uso da relativa cortadora no PE] são, entre outros factores, a influência do Português do Brasil, que usa preferencialmente a estratégia cortadora e a crescente diminuição do pronome *cujo*”, mais uma vez, não podemos ignorar os dados trazidos pelo filólogo portuense, de que a realização dessas construções já era frequente no “português popular”, em Portugal, no final do século XIX e início do XX.

Toda essa discussão acerca das orações relativas leva-nos à conclusão de que o trabalho aqui desenvolvido, sob a perspectiva historiográfica, ganha especial relevância, ao apresentar as principais ideias linguísticas de Moreira (1907, 1913), porque muitos dos linguistas portugueses e brasileiros nossos contemporâneos demonstram desconhecer seu trabalho, pelo menos no que diz respeito ao assunto das relativas cortadoras, uma vez que não o citam.

Outro fator importante estudado nesse capítulo, e aqui mais uma vez ressaltado, é que para Julio Moreira o Português do Brasil é conservador tal como é a *linguagem popular* em Portugal, por manter certas estruturas sintáticas típicas de períodos anteriores da língua. Sobre isso são interessantes as informações a que o próprio Moreira (1913) chegou, e que foram apresentadas postumamente, como apêndice aos seus *Estudos da Língua Portuguesa, Vol II*, em um trabalho que deixou incompleto, intitulado pelo editor como “*Um estudo sôbre o falar português do Brasil*”.

E por último, no **capítulo três**, em que estudamos o *horizonte de prospecção* do autor, vimos que há um contraste em relação à forma como a obra *Estudos da Língua Portuguesa* foi recebida tanto pela segunda geração de filólogos brasileiros e portugueses, quanto pelos filólogos da primeira geração. Há que se diferenciar, conforme já se ressaltou, duas facetas importantes de todas essas citações, quais sejam: pode-se dizer que há depoimentos sobre Julio Moreira e, também, que há trabalhos científicos que se valeram de suas lições. Entre os primeiros, conforme mostramos, praticamente estão as declarações dos filólogos da primeira geração. Entre os segundos podemos relacionar os trabalhos da aqui denominada segunda geração de filólogos brasileiros e portugueses.

Os filólogos da segunda geração perceberam a obra como uma mera descrição dos *fatos sintáticos* e alguns citavam Moreira para fins de estudos etimológicos. Nesse caso, conforme se argumentou, os estudos de Moreira também foram importantes para dar fundamento à tese do conservadorismo, seja pelo simples fato de Moreira trazer à tona a história de um certo étimo, o que, em si, valida sua antiguidade; seja em razão de haver algum estudo mais aprofundado e elaborado pelo autor a respeito desse mesmo étimo, já que o estudo desse vocábulo mostrava sua origem antiga na língua, e, ao mesmo tempo, servia de referência aos demais filólogos.

Também foi possível avaliar, por essas referências, que Julio Moreira era um autor conhecido dos filólogos brasileiros do século XX. Esses filólogos referiam-se a Moreira, na maioria dos casos, para tratar de assuntos relacionados à etimologia e à *sintaxe* histórica do português sem, no entanto, dar a importância devida às análises desenvolvidas por ele.

Conforme argumentamos no fechamento desse capítulo, embora reconheçamos as autoridades filológicas e linguísticas de Silva Neto e Paiva Boléo, não podemos concordar com esses autores, quando disseram que Moreira apenas registrou “os fatos

sem explicá-los, sem interpretar-lhes a psicologia e sem devassar-lhes o íntimo” (SILVA NETO, 1946, p. 126) ou, como afirmou Boléo, que Julio Moreira, diferentemente de Said Ali, limitou-se “a registrar fatos sem procurar explicá-los” (BOLÉO 1946, p. 94 *apud* ELIA, 1963, p 175).

Um estudo minucioso mostrou que Moreira, tal como Said Ali, também procurou apresentar *explicações psicológicas* para *fatos sintáticos*. Os estudos sobre certas *expressões*, denominadas *enfáticas* pelo filólogo portuense, e empregadas na frase popular, como também na conversação de pessoas cultas de seu tempo, é um exemplo disso.

Enfim, desenvolvido no âmbito da História das Ideias Linguísticas, este trabalho analisou o *horizonte de retrospecção* e o *horizonte de prospecção* do filólogo portuense Julio Gonçalves Moreira, estudioso da *sintaxe histórica* e *popular* do português europeu no final do século XIX e princípios do XX, e teve como objetivo central colocar em evidência o conceito de *sintaxe popular*, tal como o autor o definiu; e, paralelamente, investigou os principais conceitos linguísticos e temas estudados por ele, tais como: o da *analogia*, e da *etimologia popular*. Espera-se que, com a modesta contribuição desta dissertação, e a despeito da referida “modéstia excessiva” do autor, a obra e as ideias de Julio Moreira saiam da “penumbra injusta” a que se referiu Sampaio Bruno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

MOREIRA, Julio. *Etymologias Populares Portuguesas*. In: REVISTA LUSITANA, Vol. I, Livraria Portuense: 1888, p. 56-59.

_____. *Factos de Syntaxe do Português Popular*. In: REVUE HISPANIQUE, Tome XVI, Recueil consacre' à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais. New York: The Hispanic Society of America/ Paris: Librairie C. Klincksieck, 1907, p. 1-11.

_____. *Estudos da língua portuguesa*. Subsídios para a syntaxe histórica e popular 1º volume. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1907.

_____. *Estudos da língua portuguesa* (obra póstuma) 2º volume. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1913.

_____. *Estudos da língua portuguesa*. Subsídios para a syntaxe histórica e popular 1º volume. 2ª ed. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1922.

Fontes secundárias

ALMEIDA, Silvio de. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de abril de 1908.

AZEREDO, Alvaro de. Bibliographia – I Livros – Julio Moreira, Estudos da Lingua Portuguesa. Primeira parte. Subsídios para a syntaxe histórica e popular. – Livraria Classica Editora, Lisboa, 1907. In: *Revista Lusitana*, vol. XI. Lisboa, 1908, p. 355-356. [Resenha crítica].

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. 14ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 28ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

COELHO, Francisco Adolpho. *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

_____. *Curso de litteratura nacional (para uso dos lyceus centraes) I - A língua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*, Porto: Magalhães & Moniz, Editores, 1881?

_____. *Curso de litteratura nacional (para uso dos lyceus) I - A língua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*, 2ª ed. emendada e augmentada. Porto: Magalhães & Moniz, Editores, 1887.

_____. *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e América: novas notas supplementares*. In: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. 6ª serie, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 705-755.

DIÁRIO DO GOVERNO. *Relatório da Comissão nomeada, por portaria de 15 de Fevereiro de 1911, para fixar as bases da ortografia que deverá ser adoptada nas escolas e nos documentos officiais e outras publicações feitas por conta do Estado*. Numero 213 - Anno 1911 - terça feira, 12 de setembro, p. 3845-3851.

DIAS, Augusto Epiphanio. *Grammatica Practica da Lingua Portugueza* para uso dos alunos do primeiro anno do curso dos Lyceus. Porto: Tipographia do Jornal do Porto, 1870.

_____. *Grammatica Portugueza Elementar*. 4ª ed. rev. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, 1881 [1ª ed. 1876].

DIEZ, Friedrich. *Grammatik der romanischen Sprachen*. Vol. 1. Bonn: E. Weber, 1844.

_____. *Grammaire des langues romanes*. Trad. francesa por Auguste BRACHET e Gaston PARIS. Paris : Librairie A. Franck, 1874.

_____. *Introduction à la grammaire des langues romanes*. Trad. francesa de PARIS, Gaston. Paris : Librairie A. Franck, 1863.

ELIA, Silvio. *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

[JORNAL] CORREIO DO NORTE, Porto: 02 de abril de 1908, Anno 2º, numero 508.

KOMATSU, Eisuke; WOLF, George. *F. de Saussure premier cours de linguistique générale (1907): d'après les cahiers d'Albert Riedlinger / Saussure's First Course of Lectures on General Linguistics (1907): from the Notebooks of Albert Riedlinger*. Oxford/New York/Seoul/Tokyo: Pergamon Press, 1996.

LEITE DE VASCONCELOS, José. "Prefação". In: MOREIRA, Julio. *Estudos da língua portuguesa* (obra póstuma) 2º volume. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1913, p. V-XX.

_____. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1911.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1962.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. *Eiführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*. dritten Auflage. Heidelberg: C. Winter, 1920. [ersten Auflage 1901].

_____. *Introducción al estudio de la lingüística romance*. Trad. esp. Américo Castro. Madrid: Tip. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1914.

O ESTADO DE S. PAULO. *Fallecimentos* [Nota de falecimento de Julio Gonçalves Moreira]. São Paulo: Quarta-feira. Edição de 25 de out. de 1911, p. 8.

PARIS, Gaston. “Préface”. In. DIEZ, Friedrich. *Introduction à la grammaire des langues romanes*. Trad. francesa de PARIS, Gaston. Paris : Librairie A. Franck, 1863, p. I-XIX.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves &C., 1889.

_____. *A Língua Nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Dimensões do Brasil, nº 13).

SAID ALI, Manuel de. *Grammatica secundaria da língua portugueza*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. [s/d.].

_____. *Difficuldades da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Laemmert & C. Livresiros, 1908.

_____. *Meios de expressão e alterações semanticas*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1930.

SAMPAIO, José Bruno Pereira. In: *Voz Publica*, nº 1498. Porto, 24 de fevereiro, 1895.

SAYCE, Archibald Henry. *Principes de philologie comparée*. Traduits en français par Ernest JOVY et précédés d’un avant-propos par Michel BRÉAL. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1884.

SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do Latim Vulgar – o apêndix probi*. Edição comentada por Serafim Silva Neto. Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. (Coleção Textos Antigos e Modernos II).

_____. *Manual de filologia portuguesa – história, problemas, métodos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença/ Brasília: INL, 1988. [1ª ed. 1952]. (Coleção linguagem, 6).

_____. *Ensaio de filologia portuguesa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1944.

_____. *Questões de português*, vol. I. São Paulo: Saraiva, 1965.

_____. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.

TAVARES, José Pereira. *Epifânio Dias e Júlio Moreira, editores e comentadores de textos latinos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos, Humanitas - 2 (1948), p. 361-390.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëllis. In: REVISTA LUSITANA, vol. XI. Lisboa, 1908, p. 14.

_____. In: REVISTA LUSITANA, vol. XII. Lisboa, 1908, p. 133.

Estudos

ALBINO, Cristina e PRISTA, Luís. "É preciso ter cautela com os filólogos...". In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de set. a 2 de out. de 1996). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Vol. II, Secção III – História da Linguística, 1997, p. 359-376.

ALEXANDRE, Nélia. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português Europeu*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000. Tese de Mestrado. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/nelia_alexandre/NAlexandre-Resumptivas-PE.pdf. Acesso: 01/12/2013.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

ARIM, Eva; RAMILO, Maria Celeste; FREITAS, Tiago. Mudanças em curso e os média: o caso das relativas. Cap. 4. In: MIRA MATEUS, Maria Helena; NASCIMENTO, Fernanda Bacelar (orgs.). *A Língua Portuguesa em Mudança*. Caminho: Lisboa, 2005, p. 67-80. (Coleção Universitária; série Linguística).

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

_____. *A questão da origem das línguas, seguido de A Historicidade das Ciências*. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

AZEVEDO FILHO, L. A. *Transplante da Língua Portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos da ABF, volume II, número 2, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/volume2/numero2/10.htm>. Acesso em: 01/12/2013.

BENVENISTE, Émile. "Os níveis de análise linguística". Cap. 10. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Trad. M da Glória Novak e ML Neri. Campinas: Pontes, 2005, p. 127-140 [1974].

BECCARI, Alessandro Jocelito. *Uma tradução dos capítulos sobre a classe do verbo da Gramática de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. [Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Latim com ênfase em Estudos Linguísticos, apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas].

BORBA, F. da S. “Síntaxe”. Cap. IV. In: _____. *Introdução aos estudos linguísticos*. 12ª ed. Campinas: Pontes, 1998, p. 181-223.

_____. *Teoria Sintática*. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1979.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. *Sanctiu's theory of language*. A contribution to the history of Renaissance linguistics. Amsterdã: John Benjamins, 1983. [Studies in the History of the Language Sciences vol. 27].

BURSILL-HALL, Geoffrey Leslie. *Speculative grammars of the Middle Ages*. The Hague: Mouton, 1971.

CATROGA, Fernando e Paulo A. M. Archer de, CARVALHO. *Sociedade e cultura portuguesa II*, Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

COSERIU, Eugenio. “Sistema, Norma e Fala”. In: *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. (Cinco estudos). Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rev. Téc. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro/ São Paulo: Presença/ EDUSP, 1979, p. 13-85.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII – a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FIRMINO, Nicolau. “Ao Leitor.” In: MADVIG, N.I. *Gramatica Latina*. [Tradução e reduzida a epitome por Epiphanyo Dias, e acomodada aos programas modernos por Nicolau Firmino]. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1942, p. 1-8.

FLORES, Valdir Nascimento. “Mostrar ao linguista o que ele faz”: as análises de Ferdinand de Saussure. In: FIORIN, J.L.; FLORES, V.N.; BARBISAN, L.B. (orgs.) *Saussure – a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 71-85.

GALVES, C. A “Síntaxe de português brasileiro”. In: GALVES, C. (Org.) *Ensaaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 43-60. [Edição original 1987].

_____. “O objeto nulo e a estrutura da sentença em português brasileiro”. In: GALVES, C. (Org.) *Ensaaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 73-96. [Edição original 1989].

GRANDGENT, Charles Hall. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Editorial CSIC, 1952.

HARDY-VALLÉE, Benoit. *Que é um conceito?* São Paulo: Parábola, 2013.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEITE, Marli Quadros. “Língua Falada: uso e norma”. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de Língua Falada – variações e confrontos*. Projetos paralelos – NURC/SP (núcleo USP) nº 3. São Paulo: Editora Humanitas, 1998, p.179-208.

_____. “Purismo no discurso oral culto”. In: PRETI, Dino. (org.). *O discurso oral culto*. 3ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2005a, p. 79-113. [Projetos Paralelos – NURC/SP (Núcleo USP), vol. 2].

_____. “Variação Linguística: dialetos, registros e norma linguística”. In: SILVA, Luiz Antônio da. (Org.). *A língua que falamos – português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo, 2005b, p. 188-210.

_____. *Metalinguagem e discurso – a configuração do purismo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. *A gramatização da colocação pronominal em gramáticas brasileiras*, 2013. (Comunicação oral inédita, apresentada no Simpósio **História e discurso: análise de instrumentos linguísticos** no 19º InPLA 5º SIL).

LYONS, John. “Gramática – princípios gerais”. Cap. 4. In: _____. *Introdução à linguística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979, p. 139-175.

MARTINS, Ana Maria. “*O primeiro século do português escrito*”. In: Na Nosa Lyngoage Galega. A Emerxencia do Galego Como Língua Escrita na Idade Média, ed. por Ana Boullon Agrelo. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega e Instituto da Língua Galega, 2007, p. 161-184.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Os estudos linguísticos em São Paulo*. O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 25 jan. 1954, p. 121-122.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. *Reverberações do debate decadência/atraso em Portugal e no Brasil em fins dos Oitocentos: histórias conectadas*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, 2011, 232 p.

MILNER, Jean-Claude. “Saussure – retour à Saussure”. _____. In: *Le périple structural: figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002. p. 15-43.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa*. 34ª reimpr da 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MORAES, J. V. *As diferentes abordagens em historiografia linguística: os princípios koernenianos e o horizonte de retrospectão de Aurox*. In: XVI Congreso Internacional de la ALFAL, 2012, Alcalá de Henares - Espanha. Cestero Mancera, Ana M., Molina Martos, Isabel y Paredes García, Florentino (eds.) (2012), La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2012. p. 3799-3808.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *O legado grego na terminologia gramatical brasileira*. Alfa, São Paulo, 55 (2): 641-664, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4744/4049>. Acesso em: 03 dez. 2013.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB). Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. Ministério de Estado da Educação e Cultura, Brasil, 1959.

NOMENCLATURA GRAMATICAL PORTUGUESA (NGP). Portaria nº 47 587, de 10 de Março de 1967. Ministério da Educação Nacional, Portugal, 1967.

NUNES, J. J. *Julio Moreira*. In. Revista Lusitana. Necrologia. Vol. XIV (1911) nº 1 a 4. p. 324-324.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *O Pensamento Linguístico do Século XIX*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo [Disciplina de Pós-Graduação], 2008.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Linguística Histórica do Português*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo [Disciplina de Pós-Graduação], 2012.

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Trad. Maria Luisa Schemann, 2ª ed. portuguesa Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 [1880].

PRISTA, Luís. Prista. *Biografias – Júlio Gonçalves Moreira*. In: História da Língua Portuguesa em Linha. Site Instituto Camões, 2002. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/jmoreira.html>. Acesso em: 05 abr. 2013. [Autor responsável pelas biografias dos filólogos apresentados, cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/fichatecnica.html>].

ROBINS, Robert H. “Preface”. In. KOERNER, E.F.K.; NIEDEREHE, Hans-Josef; ROBINS, Robert H. (ed.) **Studies in medieval linguistic thought**: dedicated to Geoffrey L. Bursill-Hall on the occasion of his sixtieth birthday on 15 May 1980. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1980, p. 1-6.

_____. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico/ Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. (Coleção linguística e filologia).

SANCTI BROCCENSIS, Franc. *Minerva seu de causis linguae latinae*. Commentarius, cui inserta sunt, uncis inclusa, quae addidit Gasp. Scioppius; et subjectae suis paginis Notae Jac. Perizonni. Editio septima. Lugduni, M DCC. LXXXIX [1789]. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=TLtBAQAAMAAJ&pg=PT18&lpg=PT18&dq=nihil+sit,+quod+per+orationem+non+possimus+enunciare&source=bl&ots=vUQ1nOuFy1&sig=44_7ot4LbDxUqKhV7DDcURx0Mf0&hl=ptBR&sa=X&ei=gqiLVPCxCcnyggSHqoSADA&ved=0CCIQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 15 set. 2014.

SANTOS, Maria Helena Pessoa. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*. Vols. I e II. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto D'ouro, 2005. Tese de doutorado.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. 2. ed. Paris: Payot, 1922.

_____. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipzig: Teubner, 1879.

_____. *Curso de linguística geral*. Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006. [1ª. ed. 1916]

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Grifo, 1976. (Coleção LITTERA, nº 9).

_____. *Manual de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1942.

_____. *História do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004 [1ª ed. 1957].

TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, 1983.

_____. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. “Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o Português d’Aquém e d’Além – mar ao Final do Século XIX”. In: ROBERTS, I.; KATO, Mary A (orgs.). *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 69-105.

_____. “Turning Different at the Turn of the Century: 19th Century Brazilian Portuguese”. In: GUY, Gregory R.; LABOV, William (Ed.). *Towards a social science of language: papers in honor of William Labov*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1996, p. 199-220.

TAVARES, José Pereira. *Epifânio Dias e Júlio Moreira, editores e comentadores de textos latinos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos, Humanitas - 2 (1948), p. 361-390.

VERDELHO, Telmo. *Carolina Michaëlis de Vasconcelos Filóloga*. In: "Actas" Colóquio Internacional Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série Línguas e Literaturas, II série, vol. XVIII, 2001, p. 181-189.

_____. *José Pereira Tavares e os estudos da língua*. Boletins Culturais. Aveiro, [s.n.t.] Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/hjco/aderav/Pg006020.htm>. Acesso em: 04 fev de 2014.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *A grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Dicionários

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DUBOIS, Jean et alli. *Dicionário de linguística*. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Sites consultados

ADERAV - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/hjco/aderav/Pg006020.htm>. Acesso em 07 mar. 2014.

BRANDÃO, José. *Histórias de suicídios famosos em Portugal*, 2010. Consultado em: 04 fev. 2014. Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/tag/confer%C3%A2ncias+do+casino>. Acesso em 04 fev. 2014.

CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. (CLUL). Disponível em: www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-crpc#constitution. Acesso em: 03 mar. 2014.

ESTROLÁBIO. Disponível em: <http://estrolabio.blogs.sapo.pt/tag/confer%+do+casino>. Acesso em: 10 fev. 2014.

INSTITUTO CAMÕES. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/jmoreira.html>. Acesso em: 05 abr. 2013.